UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIELLA CAMILA GABRIELA FEDYNA DA SILVEIRA FURTADO DA SILVA

MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR: SABERES AGROECOLÓGICOS ENTRE ASSENTADAS

CURITIBA

2019

ADRIELLA CAMILA GABRIELA FEDYNA DA SILVEIRA FURTADO DA SILVA

MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR: SABERES AGROECOLÓGICOS ENTRE ASSENTADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Alimentação e Nutrição do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Alimentação e Nutrição.

Orientadora: Profª. Dra. Islandia Bezerra
Coorientadora: Profª. Dra. Rubia Carla Formighieri Giordani.

CURITIBA

2019

Silva, Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira Furtado da
Mulheres e soberania alimentar [recurso eletrônico]: saberes agroecológicos entre assentadas / Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira Furtado da Silva – Curitiba, 2019.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição. Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, 2019.

Orientadora: Professora Dra. Islandia Bezerra
Coorientadora: Professora Dra. Rubia Carla Formighieri Giordani

1. Agroecologia. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Soberania alimentar. I. Bezerra, Islandia. II. Giordani, Rubia Carla Formighieri. III. Universidade Federal do Paraná. IV. Título.

CDD 363.8

Maria da Conceição Kury da Silva CRB 9/1275

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIENCIAS DA SAUDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - 40001016074P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ADRIELLA CAMILA GABRIELA FEDYNA DA SILVEIRA FURTADO DA SILVA** intitulada: **Mulheres e Soberania Alimentar: Saberes Agroecológicos entre assentadas.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua PREDISPOSIÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Junho de 2019.

ISLÂNDIA BEZERRA DA COSTA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LAURA CHRISTINA MACEDO
Avaliador Externo (UFPR)

JOYCE LUCIANE CORREIA MUZI
Avaliador Externo (IFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me abençoou e tornou possível que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, Cristina Fedyna, meu maior exemplo de vida e força, a primeira a acreditar em mim, por todo seu incentivo e esforços constantes e sem medida para me proporcionar oportunidades de estudo. Eu não estaria aqui se não fosse por ela. Gratidão pelo apoio, amor incondicional, preocupações e por nutrir-me em toda minha trajetória. Saiba que essa conquista também é sua.

Ao meu amado Marcos Antonio, pela parceria e cuidado de longa data, pelo amor sincero e que soma a minha vida, pela multiplicação e geração desse amor em nosso bem-querer Guilherme, que está a caminho. Por todas as palavras e atitudes de incentivo, encorajamento, paciência, carinho e admiração, que me fortalecem e me fazem acreditar que tudo é possível.

À minha orientadora Profª. Drª. Islandia Bezerra e coorientadora Profª. Drª. Rubia Giordani, por nossa ímpar relação acadêmica e suas valiosas contribuições em meu processo acadêmico, pela confiança e estímulo a pesquisa.

Ademais, para além dessa relação, ambas representam muito mais que orientadora e coorientadora, donas de infinitos adjetivos, mas dos quais destaco aqueles que refletem seus exemplos a que tanto admiro e me sobressaem aos olhos e inspiram enquanto, pesquisadoras comprometidas e engajadas, mulheres incríveis, acolhedoras, mães e companheiras, em quem vejo magia e agradeço por toda consideração, laços e amizade que construímos e que se mantêm, pelos sorrisos, abraços, entusiasmo, sabores, saberes e experiências partilhadas.

Às professoras Drª. Joyce Muzi; Drª. Laeticia Jalil e Drª. Laura Macedo pelas ricas contribuições para o direcionamento da pesquisa na banca de qualificação e novamente a Joyce e Laura por comporem a banca examinadora no dia da defesa, por seus apontamentos e pela oportunidade de aprimoramento desta pesquisa.

Às mulheres camponesas e agroecológicas do Assentamento do Contestado pela receptividade, acolhimento, atenção e carinho, por compartilharem comigo suas histórias, e assim darem vida a este trabalho, mediante seus saberes e dizeres, e por legitimarem as informações contidas aqui. Minha Gratidão de todo o coração.

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos durante a Pós-Graduação.

RESUMO

Este estudo analisa as práticas e os saberes em Agroecologia e Soberania Alimentar vivenciadas por mulheres assentadas de reforma agrária. Traz a atuação delas em seus territórios, com destaque aos conhecimentos tradicionais empregados nos sistemas de produção: o que cultivam, para que propósito, quais as práticas de manejo, usos e destinos dados à produção, vislumbrando as práticas agroecológicas como promotoras de Soberania Alimentar e empoderamento. A abordagem da pesquisa baseia-se na metodologia qualitativa e fundamenta-se na triangulação de métodos, associando: a) observação participante, b) entrevista semiestruturada e c) registros em caderno de campo e audiovisuais. Em relação à Análise de Conteúdo, foram levantadas cinco Categorias Temáticas Apriorísticas. A primeira apresenta quais às motivações que conduzem e/ou conduziram as mulheres camponesas para o desenvolvimento de suas práticas e saberes agroecológicos. A segunda figura os significados, as percepções e as mudanças incorporadas pelas mulheres quanto à Agroecologia, pontuam-na como um paradigma viável e alternativo de produção e consumo sustentável e assimilam-na como promotora de soberania alimentar e de saúde. Quanto às mudanças fazem referência às melhorias na alimentação, na saúde, na qualidade de vida e do agroecossistema, ganhos econômicos, transformações em seus modos de viver, pensar e ver o mundo, a vida e a sua relação com a natureza. Na terceira categoria referenciam à Agroecologia enquanto criadora e fortalecedora de processos de empoderamento e construção de suas autonomias. À medida que ocupam espaços (sociais, políticos, educativos e outros) fomentados pela Agroecologia, passam a redefinir sua posição e importância na sociedade, não se limitando ao espaço doméstico/privado. A quarta categoria apresenta a dinâmica da produção agroecológica e seus destinos, sendo a primeira fundamentada em policultivos, sistemas agroflorestais, equilíbrio da produção articulado a preservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade e o respeito à natureza, e a segunda para autoconsumo, com o excedente destinado para comercialização, e/ou trocas e doações, alimentação animal e compostagem. Destaca-se nesta categoria o protagonismo e posição de guardiãs das participantes, no que concernem as sementes e as plantas medicinais. Já a última categoria revela que em suas realidades familiares e a partir da Agroecologia experimentam/vivenciam princípios de equidade nas relações de gênero, relacionados às tomadas de decisões sobre a produção, processamento, alimentação e comercialização. Portanto, evidencia-se que mediante essas práticas há construção de mudanças significativas e transformadoras, que caminham para convivências mais igualitárias e compartilhamento de decisões. Identifica-se, por conseguinte, que o protagonismo das mulheres camponesas na Agroecologia convoca uma profunda mudança de paradigmas em direção à sustentabilidade da vida, ao bem viver, a reaprender a enxergar e a se abrir para a troca de saberes, para descobrir uma nova forma de olhar e estar no mundo, denunciando o que ficou de fora da história oficial e reconhecendo o que emerge a partir das suas práticas, suas falas, seus olhares, suas subjetividades e racionalidades.

Palavras-chave: Agroecologia; Mulheres; Gênero; Soberania Alimentar.

ABSTRACT

This study analyzes the practices and knowledge in Agroecology and Food Sovereignty experienced by women settled agrarian reform. It brings their activities in their territories, highlighting the traditional knowledge used in production systems: what they cultivate, for what purpose, which management practices, uses and destinations given to production, seeing agroecological practices as promoters of Food Sovereignty and empowerment. The research approach is based on the qualitative methodology and is based on the triangulation of methods, associating: a) participant observation, b) semi-structured interview, and c) field and audiovisual records. In relation to the Content Analysis, five A priori Thematic Categories were raised. The first presents the motivations that lead and / or led peasant women to the development of their agroecological practices and knowledge. The second figure shows the meanings, perceptions and changes incorporated by women in Agroecology, which they point to as a viable and alternative paradigm of sustainable production and consumption and assimilate it as a promoter of food sovereignty and health. As for the changes, they refer to improvements in food, health, quality of life and agroecosystem, economic gains, changes in their ways of living, thinking and seeing the world, life and their relationship with nature. In the third category they refer to Agroecology as creator and empowerer of processes of empowerment and construction of their autonomies. As they occupy spaces (social, political, educational and other) fostered by Agroecology, they redefine their position and importance in society, not limited to the domestic / private space. The fourth category presents the dynamics of agroecological production and its destinations, the first one being based on polycultures, agroforestry systems, the balance of articulated production, the preservation of the environment and agrobiodiversity and respect for nature, and the second for self-consumption, with surplus intended for marketing, and / or exchanges and donations, animal feed and compost. It stands out in this category the protagonism and position of guardians of the participants, regarding the seeds and the medicinal plants. The last category reveals that in their family realities and from Agroecology they experiment / experience principles of equity in gender relations, related to decision making on production, processing, food and marketing. Therefore, it is evident that through these practices there are significant and transformative changes that move towards more egalitarian coexistence and sharing of decisions. It is therefore identified that the role of peasant women in Agroecology calls for a profound change of paradigms towards the sustainability of life, to live well, to relearn to see and to open for the exchange of knowledge, to discover a new form to look and be in the world, denouncing what was left out of official history and recognizing what emerges from their practices, their speeches, their looks, their subjectivities and rationalities.

Keywords: Agroecology; Women; Genre; Food Sovereignty.

RESUMEN

Este estudio analiza las prácticas y los saberes en Agroecología y Soberanía Alimentaria vivenciadas por mujeres asentadas de reforma agraria. En el presente trabajo se analizan los resultados de la evaluación de las actividades agropecuarias en las que se pretende identificar las prácticas de manejo, usos y destinos dados a la producción, vislumbrando las prácticas agroecológicas como promotoras de Soberanía Alimentaria y de promoción empoderamiento. El enfoque de la investigación se basa en la metodología cualitativa y se fundamenta en la triangulación de métodos, asociando: a) observación participante, b) entrevista semiestructurada y c) registros en cuaderno de campo y audiovisuales. En relación al Análisis de Contenido, se plantearon cinco *Categorías Temáticas Apriorísticas*. La primera presenta cuáles a las motivaciones que conducen y / o condujeron a las mujeres campesinas para el desarrollo de sus prácticas y saber agroecológicos. La segunda figura los significados, las percepciones y los cambios incorporados por las mujeres en cuanto a la Agroecología, la puntualizan como un paradigma viable y alternativo de producción y consumo sostenible y la asimilan como promotora de soberanía alimentaria y de salud. En cuanto a los cambios hacen referencia a las mejoras en la alimentación, la salud, la calidad de vida y el agroecosistema, los incremientos económicos, las transformaciones en sus modos de vivir, pensar y ver el mundo, la vida y su relación con la naturaleza. En la tercera categoría se refiere a la Agroecología como creadora y fortaleciedora de procesos de empoderamiento y construcción de sus autonomías. A medida que ocupan espacios (sociales, políticos, educativos y otros) fomentados por la Agroecología, pasan a redefinir su posición e importancia en la sociedad, no limitándose al espacio doméstico / privado. La cuarta categoría presenta la dinámica de la producción agroecológica y sus destinos, siendo la primera fundamentada en policultivos, sistemas agroforestales, equilibrio de la producción articulada la preservación del medio ambiente y de la agrobiodiversidad y el respeto a la naturaleza, y la segunda para autoconsumo, con el excedente destinado a la comercialización, y / o intercambios y donaciones, alimentación animal y compostaje. Se destaca en esta categoría el protagonismo y posición de guardián de las participantes, en lo que se refiere a las semillas y las plantas medicinales. La última categoría revela que en sus realidades familiares y desde la Agroecología experimentan / vivencian principios de equidad en las relaciones de género, relacionados a las tomas de decisiones sobre la producción, procesamiento, alimentación y comercialización. Por lo tanto, se evidencia que mediante estas prácticas hay construcción de cambios significativos y transformadores, que caminan hacia convivencias más igualitarias y compartiendo decisiones. Se identifica, por consiguiente, que el protagonismo de las mujeres campesinas en la Agroecología convoca un profundo cambio de paradigmas hacia la sostenibilidad de la vida, el bien vivir, la reaprendida a percibir y abrirse para el intercambio de saberes, para descubrir una nueva forma de mirar y estar en el mundo, denunciando lo que quedó fuera de la historia oficial y reconociendo lo que emerge a partir de sus prácticas, sus palabras, sus miradas, sus subjetividades y racionalidades.

Palabras clave: Agroecología; Mujeres; Género; Soberanía Alimentaria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**
O CAMINHAR ATÉ ESTA PESQUISA 9

CAPÍTULO 1 ..... **17**
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DA ABORDAGEM, DO MÉTODO, DAS TÉCNICAS. 17
1.2. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: DO UNIVERSO EMPÍRICO ÀS MULHERES PARTÍCIPES 22

CAPÍTULO 2 ..... **32**
2.1 MULHERES, AGROECOLOGIA E GÊNERO: UM PROJETO SOCIAL, POLÍTICO E ALIMENTAR. 32
2.2 PROTAGONISMO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E EQUIDADE NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E DE GÊNERO. 40
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MOVIMENTO DE TRABALHADORES/AS SEM TERRA (MST) ORIENTADO PELA AGROECOLOGIA EM DIREÇÃO AO IDEÁRIO DA EQUIDADE DE GÊNERO. 47

CAPÍTULO 3 ..... **55**
3.1 DOS ACHADOS EMPÍRICOS ÀS CONEXÕES TEÓRICAS: MULHERES, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA. 55
3.3 CATEGORIAS TEMÁTICAS 59
3.3.1 Primeira Categoria Temática. *59*
- *Motivações para as práticas e saberes agroecológicos:* *59*

3.3.2 Segunda Categoria Temática. *63*
- *Significados, Percepções e Mudanças vinculadas a Agroecologia:* *63*

3.3.3 Terceira Categoria Temática. *69*
- *Agroecologia que cria e fortalece processos de empoderamento e construção de autonomia para as mulheres:* *69*

3.3.4 Quarta Categoria Temática. *74*
- *Dinâmica da produção agroecológica e seus destinos:* *74*

3.3.5 Quinta Categoria Temática. *78*
- *Relações de gênero nas tomadas de decisões sobre produção, processamento, alimentação e comercialização:* *78*

CONSIDERAÇÕES FINAIS **86**

REFERÊNCIAS **91**

APÊNDICE I **106**
APÊNDICE II **111**

INTRODUÇÃO

O CAMINHAR ATÉ ESTA PESQUISA

> *"Precisamos urgentemente acabar com essas falsas garantias, com o adoçamento das amargas verdades. A população precisa decidir se deseja continuar no caminho atual, e só poderá fazê-lo quando estiver em plena posse dos fatos" (Rachel Carson, 1962).*

A linguagem utilizada pela bióloga, escritora, cientista e ecologista Rachel Carson que mesclava pesquisa rigorosa com habilidade literária, já em 1962 com a publicação de seu livro *Primavera Silenciosa*, denunciava ao mundo os vários efeitos negativos dos agrotóxicos para todo sistema agroalimentar, atingindo todo meio ambiente. Além disso, a autora tratava da desconexão entre seres humanos com a natureza, e o fato da humanidade estar trilhando um caminho equivocado, em que começava a sofrer riscos introduzidos pelo próprio ser humano, justificados por uma falaciosa promessa, não cumprida, a saber: "*os agrotóxicos eram anunciados como uma maneira de erradicar "pragas" na agricultura e, com isso, resolver o problema da fome no mundo".*

É neste contexto que a epigrafe exposta anteriormente se encaixa no intuito de revelar como as palavras da autora ainda se fazem tão urgente, à medida que na atualidade há um espantoso senso de proporção de risco distorcido e uma consciência limitada a respeito da ameaça da natureza, animais e das práticas alimentares. Frente a estas colocações, as quais perpassam as discussões desta dissertação e são retomadas enquanto denuncia e anúncios, considerando a Agroecologia como caminho. Trago a seguir detalhes do meu percurso acadêmico e pessoal que contribuíram para tais percepções e, por fim, me despertaram os distintos sentidos que culminaram nesta dissertação com suas respectivas abordagem metodológicas.

No âmbito da graduação em Nutrição, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciada no segundo semestre de 2009, minha aproximação com as questões sob um ponto de vista ampliado das práticas alimentares, tendo como referência a noção da alimentação como prática social e revestida de complexidade, ocorreu durante o quarto período do Curso (2011), no qual tive inserção no projeto de extensão, intitulado *"Plantar, Colher, Comer e Nutrir: o caminho para a*

Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural Paranaense", a essência das reflexões/ações me estimulou a curiosidade para observar, questionar e transformar realidades, ao mesmo tempo, tais reflexões/ações me oportunizaram vivências inesquecíveis, bem como me fez perceber os desafios que permeavam as discussões sobre a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Na época (e anda o é) a formação de nutricionista era centrada em modelos prescritivos e biologicistas, em que pese alguns avanços que ocorrem, especialmente, devido os processos de reformas curriculares nos quais em muitas universidades brasileiras, a graduação de Nutrição vem incorporando uma visão mais crítica-reflexiva sobre a responsabilidade técnica nos sistemas agroalimentares e suas consequências para a saúde humana e do ambiente. A retomada destes debates ocorreu apenas no 7º período (1º semestre/2012) na disciplina de Nutrição em Saúde Pública.

Neste sentido, dentre as diversas contribuições do Projeto mencionado destaco que a partir de suas atividades, este me oportunizou um olhar amplo, sob uma perspectiva holística do alimento e da nutrição. Tanto este projeto de extensão, quanto a atuação no projeto de pesquisa, intitulado "*Agroecologia nos Faxinais: saber tradicional e saber científico associados no desenvolvimento de redes de abastecimento alimentar"*, me despertaram a pensar na produção de alimentos sob a perspectiva da Agroecologia e que priorizasse princípios de promoção de saúde.

Mediante estes projetos, que incorporavam relevância acadêmica, mas fundamentalmente social, conheci diferentes comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais como uma aldeia indígena, um quilombo e algumas comunidades dos povos faxinalenses (povos tradicionais do estado do Paraná). Ao longo desse processo na graduação e também depois de formada colaborei com organizações (grupos, associações e/ou cooperativas) da agricultura familiar agroecológica para o desenvolvimento de atividades como processamento, conservação de alimentos, e ainda na formação de redes locais de abastecimento de produtos da agrobiodiversidade de cultivos agroecológicos.

Após a graduação, iniciei no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (2014-2016), na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Família, também pela UFPR. Neste período, tive a oportunidade, de mais uma vez, ampliar e qualificar minha formação e atuação profissional, já que finalmente, haveria uma

possibilidade real de articular a teoria com a prática, somado ao trabalho em conjunto com uma equipe multiprofissional de saúde, realizando ações com interface multiprofissional e interdisciplinar, fomentadas no campo da integralidade, considerando a relação entre conhecimento biológico/técnico alinhado aos aspectos sociais, culturais e econômicos daquele território, fossem elas consultas compartilhadas, visitas domiciliares, grupos educativos – dos quais saliento a criação de um grupo de mulheres, com encontros mensais e abordagem diversificada, construída de forma coletiva – para além de outras ações nos diferentes espaços do território como escolas, igrejas, associação de moradores e moradoras do bairro entre outros.

Durante a residência optei por desenvolver uma pesquisa, sobre microssistemas agroalimentares voltada a identificar as contribuições dos quintais produtivos para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias na área adscrita da unidade de saúde em que atuava, já que tinham evidências e constatações do predomínio destes espaços no território.

No artigo *"Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser"*, apresentado como trabalho de conclusão da Residência, publicado em 2016 na revista Guaju, evidenciamos (FURTADO DA SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016) que os quintais produtivos configuram-se como estratégia para garantia da SAN, tendo o potencial de auxiliar as famílias a melhorarem suas condições de alimentação e/ou de renda familiar. Outra evidência é que todas as experiências eram protagonizadas – em sua maioria - por mulheres, contribuindo assim na compreensão de que as dimensões transcendem o sentido de saúde ligado apenas à nutrição, sendo estas, portanto ampliadas ao bem-estar, prazer, contentamento, plenitude, sociabilidade, identidade e existência, construídas e mantidas pelas relações das famílias com o espaço em que vivem.

Ainda em 2016, me aproximei e vinculei como voluntária a Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, localizada no Assentamento do Contestado, no município da Lapa/Paraná. Local que já havia visitado outras vezes como integrante voluntária do projeto de extensão da UFPR, chamado *"Resgatando saberes e práticas: aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos para formação e atuação crítica e consciente de nutricionistas"*. No decorrer desta parceria, tive a oportunidade de vivenciar outras experiências no Assentamento do

Contestado e, assim, auxiliar a Cooperativa na elaboração de manuais de boas práticas de fabricação, rotulagem, fichas técnicas, aplicação de cursos e preparo de receitas na agroindústria, sempre em diálogo com a pessoa responsável pelo local, funcionários e alguns/algumas integrantes da cooperativa.

Esta trajetória, continuamente intercalada à conjuntura rural paranaense, e demais experiências em participação de congressos, jornadas e outros eventos, em sua grande maioria conectada a temática da Agroecologia, assim como leituras de artigos e livros, fui me deparando com outras questões que também me despertaram o interesse, por exemplo, o protagonismo feminino em unidades produtivas agroecológicas no Assentamento do Contestado, foi algo que me "saltou os olhos".

Neste ínterim, prestei seleção no Programa de Pós Graduação em Alimentação e Nutrição. E assim, surgiu esta proposta de pesquisa que tem por objetivo geral *"Analisar práticas e saberes em Agroecologia e soberania alimentar vivenciadas por mulheres assentadas de reforma agrária"*. Para tanto, os objetivos específicos delineados foram: 1) Evidenciar como elas se inserem (ou se inseriram) na construção da Agroecologia e da soberania alimentar, sob uma perspectiva de gênero e feminista; 2) Identificar se existe relação (e como ocorre) entre o empoderamento das mulheres com as experiências agroecológicas; e 3) Analisar as relações de gênero no âmbito das famílias e das unidades produtivas que são capazes de repercutir nas práticas agroecológicas e na soberania alimentar.

Reconhecendo as lacunas existentes no meu processo formativo, sobre a construção teórica nas discussões que travam a perspectiva de gênero e estudos feministas, em 2018, após aprovação no Mestrado, senti a necessidade de buscar as leituras que me pudessem basilar uma melhor compreensão sobre este campo teórico, reflexivo e problematizador.

A participação no ciclo de conferências *"Histórias do Feminismo",* promovido pela Escola da Política, Núcleo de Estudos de Gênero UFPR e pelo Grupo de Pesquisa Mulheres e Produção Cultural/UFPR, voltadas a apresentação e discussão do panorama histórico e teórico do feminismo, foi fundamental para auxiliar nesta construção. Além disso, busquei outras estratégias de diálogo e também de leituras como a participação no curso à distância "*Ecofeminismo: reconociendo las bases materiales que sostienen la vida"*, ofertado pelo Coletivo Ecofeminista Dafnias e Cotidiano Mujer, do Uruguay, com duração de 60 horas.

Convém mencionar ainda que, cursar a disciplina "*Gênero e Cultura"*, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, oportunizou uma aproximação, o descobrimento e um necessário aprofundamento de novas autoras e autores, seus conceitos, abordagens, análises e teorias. Os módulos da disciplina contribuíram para agregar informações relacionadas às tensões conceituais e possibilidades metodológicas, apresentando indagações e críticas sobre gênero, feminismo e o conhecimento, perpassando questões estruturalistas, pós-estruturalistas, e *decoloniais.*

A partir desta construção, em que meu crescimento e amadurecimento como mulher, nutricionista, *quintaleira* e agroecologista, foi (e segue sendo) um processo complexo, questionador e apaixonante, me dispus a "navegar por este mar". Desta forma esta pesquisa, para além de uma aspiração pessoal, pretende contribuir para gerar ferramentas analíticas e ainda suscitar discussões que venham a somar no preenchimento de lacunas (gaps) na construção do conhecimento em nutrição, uma vez que visa aproximar os temas da Agroecologia e Soberania Alimentar, sob uma perspectiva de gênero e feminista. Tenho clareza dos meus limites e, estou disposta a superá-los.

Gezabel Ramírez e Martha Márquez (2010) elucidam que a perspectiva de gênero se caracteriza como um marco conceitual, uma metodologia de interpretação, mas, sobretudo uma ferramenta critica de análise que orienta a reflexão e interpretação da realidade e percepção distinta do ser humano, colocando em questão as relações injustas e de poder que se estabelecem entre homens e mulheres e nas relações sociais. As autoras reforçam que este instrumento permite reconstruir e reelaborar conceitos antigos, analisar atitudes para identificar os preconceitos e condicionantes de gênero, e assim encarar, mediante o dialogo, sua revisão e modificação. Logo, a perspectiva de gênero se delineia como uma maneira alternativa, explicativa, integral, histórica e dialética de ver e explicar o mundo, considerando as implicações econômicas, políticas, psicológicas e sociais dos gêneros na sociedade.

Além de entusiasta destas questões, me insiro – com um relativo otimismo, considerando, sobretudo o cenário de retrocessos sociais, de direitos humanos, políticas públicas para agricultura familiar e para Agroecologia, e questões de gênero que o país já enfrenta – como uma ativista e, por ser mulher, prezarei por

mudanças paradigmáticas e por esta razão me sinto incumbida de corresponsabilidades nesta luta. Contudo, é certo que a trajetória precedente apresentada tem influência direta na leitura, interpretação e abordagem dada à pesquisa. Limites e circunstâncias as quais possivelmente se materializam ao longo deste texto.

A dinâmica de construir e empreender esta pesquisa, bem como sua metamorfose e registro no formato do texto aqui apresentado, representa um esforço, amadurecimento, discernimento e enriquecimento teórico a partir de uma perspectiva analítica de gênero. Sem incorrer em conclusões generalizadas, reitero que as poucas experiências agroecológicas que pude visitar/ver/ouvir/sentir ampliaram - e seguem ampliando - as possibilidades de melhoria da vida das mulheres, visto que permitem atuar segundo um novo paradigma de harmonia da humanidade com a natureza, que preza pelo respeito recíproco e pela horizontalidade nas relações. Neste sentido, a Agroecologia favorece a participação de todas as pessoas, já que busca o comprometimento com a coletividade.

De acordo com Emma Siliprandi (2016), as mulheres rurais estão se apoiando nesses espaços agroecológicos para crescer como indivíduos e grupos, por um modelo de desenvolvimento rural sustentável, inclusivo, com igualdade e equidade de gênero enquanto princípio, como proposto pela Agroecologia.

Considerando esta perspectiva, Maria Emilia Pacheco (2016) enfatiza a necessidade de ouvir as mulheres e reconhecê-las como sujeitos políticos, portadoras de novos sentidos para continuação da caminhada na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional com igualdade de gênero, sendo esse um dos fatores determinantes para a garantia do direito à alimentação adequada e saudável.

Portanto, o olhar desta pesquisa está direcionado para o contexto histórico, a fala de mulheres assentadas – sua história, sua oralidade, o que fizeram (e fazem) e como percebem estes feitos. Do mesmo modo, refletir também sobre o trabalho e as atividades desenvolvidas em seu cotidiano, sobre o viver, o fazer e o construir a Agroecologia, na sua relação com a natureza, com o cuidado, com a preocupação com a reprodução e com a manutenção da vida e da diversidade, ressignificando o espaço em que estão inseridas e as atividades relacionadas à sua trajetória agroecológica.

Ressalta-se que esta pesquisa, é complementar ao projeto de pesquisa, intitulado – "TEMPOS MODERNOS": a relação produção-consumo de alimentos (re)significada a partir de compras públicas – vinculado ao Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o *Número do Protocolo: 42781915.9.0000.0102.* Embora o título do projeto maior traga a especificidade das compras públicas, um dos seus objetivos consta *analisar o papel das mulheres nas dinâmicas de produção e/ou comercialização para o fortalecimento da Agroecologia*. Nestes termos, esta dissertação se insere no contexto desse projeto, trazendo também outras dimensões para a análise, conforme serão descritas posteriormente.

O presente estudo assume o compromisso com a transformação e emancipação social. Desse modo, os supostos pressupostos de neutralidade atribuídos ao conhecimento científico hegemônico, não estão presentes, nem nas escolhas para o aprofundamento teórico, nem mesmo nos esforços empreendidos nas análises. Defendendo, ainda, a necessidade de se resgatar o papel da emoção e da experiência na construção do conhecimento. Assim, a partir de epistemologias situadas e engajadas que provocam rupturas com a noção de ciência única conforme referencia Tait Lima (2014), a proposta é (re)pensar a produção de saberes articulando novas abordagens e respostas para conflitos em torno dos critérios científicos que definem quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, bem como o que pode consistir-se como conhecimento, ou mesmo o que pode e/ou merece ser conhecido, corroborando Cecilia Sardenberg (2002). Essa pesquisa também considera como fio condutor a epistemologia feminista que considera que todo conhecedor e conhecedora bem como o conhecimento produzido são localizados, negando a apregoada noção de objetividade, conforme reflexões de Donna Haraway (1995).

O texto em tela está dividido em cinco partes. Esta breve introdução que elucida meus “primeiros passos” relatando um pouco da trajetória que justifica a realização desta pesquisa. Em seguida, no Capitulo 1, no qual são apontadas algumas reflexões sobre os caminhos metodológicos, técnicas e abordagens empregadas, bem como alguns achados da pesquisa de campo em si.

No Capítulo 2, a partir da perspectiva epistemológica dos estudos de gênero e feminista, são trazidos alguns dos fundamentos teóricos que subsidiaram as

análises do estudo e por meio dos quais se percebe o processo no qual algumas mulheres, que uma vez inseridas em espaços rurais, sendo estes historicamente marcados por concepções e práticas patriarcais, protagonizam - no seu cotidiano produtivo, reprodutivo, social, cultural, econômico e alimentar - ações que fortalecem e potencializam a Agroecologia.

Os três tópicos que compõem este capítulo, se fundamentam em contribuições histórico-sociológica de diferentes autores e autoras e, assumem o desafio de analisar o processo por meio do qual se estruturam as relações de gênero e socioambientais em um contexto de disputa e enfrentamentos, no qual o ativismo e a resistência feminina interferem de forma potente nos sistemas agroalimentares sustentáveis, em prol da Agroecologia e da Soberania Alimentar.

Do mesmo modo, outros/as autores e autoras trazem subsídios teóricos, empíricos e metodológicos que auxiliam na caracterização do lócus investigativo desta pesquisa e trazem elementos interpretativos do contexto relativo à atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), da condição camponesa, processo de certificação participativa e a Agroecologia como uma alternativa ao rompimento do paradigma frente ao sistema agroalimentar hegemônico.

Os achados de campo e suas respectivas análises vêm no Capítulo 3. Neste, obviamente considerado o mais desafiador, no que diz respeito às conexões teoria-campo, no qual exponho os resultados obtidos/captados (de forma espontânea e/ou de natureza mais interpretativa) durante a pesquisa de campo. O desafio da escrita propriamente dita, se expressa na dificuldade de articular as reflexões e problematizações trazidas ao longo do texto, com os discursos e práticas reais (das vidas reais) das mulheres que participaram da pesquisa.

E por fim, mas, não menos importante, as Considerações Finais e, ainda que tenha este título, reconheço que não se trata de um “final”, mas sim, de um começo de um longo caminho a percorrer. Certamente com perspicácia, sororidade, capacidade de questionar e transformar os sistemas agroalimentares, que adoecem e matam mulheres e natureza, estas mulheres (nós mulheres), se juntas... conseguiremos.

CAPÍTULO 1

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DA ABORDAGEM, DO MÉTODO, DAS TÉCNICAS.

IMAGEM 1 – PESQUISA DE CAMPO, ASSENTAMENTO DO CONTESTADO (2018).

FONTE: Elaboração própria. Assentamento do Contestado (2018).

Em seu processo de construção, o presente estudo transversal esteve fundamentado nos preceitos da pesquisa qualitativa, apresentando caráter observacional e exploratório, mediante abordagem descritiva e analítica, tendo como fio condutor do processo de reflexividade.

A Triangulação de Métodos descrita por Maria Cecília Minayo (2005), mediante a articulação de múltiplas estratégias, aportes teóricos e técnicas de coleta de informações, também fez parte desta abordagem a fim de captar elementos localizados em dimensões distintas, mas que se entrecruzam nas análises. Em suas considerações a autora supracitada (2015) destaca a relevância da abordagem qualitativa por retratar questões notadamente particulares, as quais fazem parte de uma realidade que não pode ser quantificada, ou seja, abrange um universo de significados, motivos, percepções, crenças, opiniões, história, representações, valores e atitudes, o que representa um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Ainda sobre a metodologia convém fazer referência a Daniela Kuhn (2016) que traz elementos para pensarmos o método etnográfico como sendo estratégico para abordar algumas questões. Esta autora defende a etnografia como sendo um método que se concentra em acessar o que não está na superfície das relações humanas, mas no entremeio dos sentidos, das emoções, dos gestos e movimentos, dos hábitos, do viver. Desse modo, em que pese toda a limitação, pude fazer uso de algumas técnicas tais como: a observação participante, a entrevista semiestruturada, o caderno de campo e a permanências em campo, interagindo com as mulheres assentadas. Conjuntamente com a percepção de que a conduta da/o pesquisadora/r em campo, além de ser pautada pela seriedade e profundidade nas ações, requer uma sensibilidade aguçada, já que apreender conteúdos mais subjetivos, corporais e simbólicos exige – da parte de quem pesquisa - uma leitura mais sensível e afinada, e um olhar “treinado” para decodificar outras informações.

Realizei outras pesquisas, durante a graduação e pós-graduação, em que utilizei métodos qualitativos de pesquisa, como pesquisadora e ativista adotei a observação participante, a escrita em cadernos de campo, a comunicação com interlocutores/as e a decodificação dos dados de pesquisa como métodos e/ou ferramentas, as quais seguiram fazendo parte desta pesquisa de campo.

Nessa dinâmica, vários ensinamentos como aqueles sinalizados por Daniela Kuhn (2016), seja o treino do olhar, da escuta e da sensibilidade aos detalhes; a capacidade de leitura dos significados; a paciência com as relações humanas que se estabelecem; o respeito às mulheres que fizeram parte da pesquisa; a compreensão de que é a própria vivência que delineia mais evidentemente os objetivos; a disciplina da escrita detalhada no caderno de campo; o entendimento de que é da densidade da vivência e do material produzido, pela redação dos cadernos de campo, que emerge o potencial de uma boa escrita; e, por fim, a consciência do desafio em transformar esta amplitude de dados em uma escrita articulada com as teorias.

Nessa caminhada, a construção do trabalho de campo tomou como orientações à teoria antropológica de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), no tocante a compreensão do olhar, da escuta e da escrita, que abrangem os pressupostos etnográficos e a observação participante. Em que a experiência de observar e escutar a Outra[1], seja na interação face a face no campo, seja no ato de refletir e escrever sobre esta experiência, ocorre tanto o momento de descoberta da Outra, como um retorno da pesquisadora a si mesma, por que também se redescobre na Outra. Ademais, Rubia Giordani (2012) evidencia que o encontro do Eu com a *Outra* se conjuga como uma situação relacional intermediada pela cultura de cada pessoa e marcada pela aspiração ao conhecimento, na qual se constroem possibilidades interpretativas para a subjetividade presente na ação social, permitindo alcances explicativos férteis quando se trata de conhecer outras dimensões da vida social como simbólica e representacional.

De acordo com Roberto da Matta (1978) o escutar a Outra é parte de um aprendizado a ser conquistado a cada visita para entrevista, a cada experiência de observação participante. Os constrangimentos enfrentados pelo desconhecimento vão sendo superados pela definição cada vez mais concreta da linha temática a ser colocada como objetivo da comunicação. De maneira que tal processo permite a interpretação do mundo social aproximando a pesquisadora da *Outra* “estranha”, tornando-a “familiar” ou no procedimento inverso, estranhando o familiar, superando a pesquisadora suas representações ingênuas, agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado.

[1] Como a pesquisa foi realizada com/para as mulheres, e para evitar a linguagem sexista optou-se usar a palavra “Outra” para todas as citações que fazem referência ao “Outro”.

Já em relação a observação participante, Bronislaw Malinowski (1976), por sua vez, aponta que esta abrange uma série de fenômenos que não podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas que devem ser observados em sua plena realidade. A esse fenômeno o autor chama de *os imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos elementos observáveis do dia a dia: os detalhes do trabalho diário; o modo como se prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade; as relações de gênero; o não dito; no corpo, nas entrelinhas das ações e das relações.

A observação participante foi, portanto, o método chave dessa pesquisa. Por corroborar Fernando Fernandes e Marcelo Moreira (2013) que citam que esta ferramenta promove interatividade entre quem pesquisa e os sujeitos, partilhando assim os contextos o qual elas vivem. Na pesquisa dita qualitativa, e dentre as suas técnicas, em particular, a observação participante, implica a quem pesquisa lidar com a "*Outra*", em um verdadeiro exercício constante de respeito à alteridade. Pressupõe convívio e intercâmbio de experiências primordialmente mediante os sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar e experimentar. Nesta pesquisa, essa ferramenta contribuiu para observação dos modos de vida, o cotidiano, envolvimento com agricultura, a relação com a natureza, os hábitos alimentares, conhecimentos tradicionais, as relações de gênero e as trajetórias das mulheres assentadas, com destaque para suas experiências relativas à Agroecologia e a soberania alimentar.

Destaca-se ainda que, a escolha da Observação Participante foi essencial para o aprofundamento sobre a trajetória agroecológica das mulheres do Assentamento do Contestado, por entender que ferramentas qualitativas, assim como apontam Ceres Víctora, Daniela Knauth e Maria Hassen (2001), marcam mais detidamente a importância da presença da pesquisadora em campo. Não colocam apenas a necessidade de ir a campo, mas como proceder neste, como se aproximar e como se relacionar com as mulheres participantes da pesquisa, como interagir com flexibilidade e criatividade diante de diálogos entre metodologia, teoria e trabalho de campo. No campo empírico, foram também utilizados os registros fotográficos e as anotações no caderno de campo como instrumentos essenciais para compilar não apenas falas e acontecimentos, mas o cotidiano das mulheres, o

comportamento, impressões, memórias, experiências, sentimentos, questionamentos, que auxiliaram na geração de conhecimentos para descrição e análises desse estudo.

Aliada aos instrumentos anteriormente destacados, a técnica qualitativa de apreensão da percepção e da vivência pessoal das situações e eventos do mundo, elegida para uso foi à entrevista semiestruturada, a qual abrange a coleta de informações, norteada por um roteiro de perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, cuja estrutura contemplou as recomendações de Eduardo Manzini (2003).

Para elaboração do roteiro o autor citado sugere um planejamento de questões interligadas aos objetivos pretendidos na pesquisa, adequação das perguntas e linguagem, submissão do roteiro à apreciação externa, realização de entrevista piloto, dentre outros aspectos propostos, como meio de organização para o momento da entrevista, percebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face. Segundo o autor referido anteriormente (1991), nesse formato de entrevista podem emergir informações mais espontâneas e autênticas, já que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Este instrumento de investigação, assim como sublinhado por Márcia Fraser e Sônia Gondim (2014), favorece a relação intersubjetiva de quem entrevista com quem responde (pessoa entrevistada), e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação, é possível uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações cotidianas e vivências. Nesta lógica, as autoras citadas enfatizam que a entrevista ao privilegiar a fala dos atores sociais permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos. Desta forma, a conversação que se estabelece na entrevista favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante, dando voz à pessoa interlocutora para que fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com quem entrevista. e em um processo de influência mútua, produz um discurso compartilhado.

É nesta dinâmica de aspectos que Andrea Fontana e James Frey (2000) consideram que o produto da entrevista qualitativa é um texto negociado resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto quem respondeu às perguntas como quem realiza a entrevista para a produção do conhecimento.

Outro aspecto que justifica a opção pela entrevista semiestruturada é que esta abordagem almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nas participantes da pesquisa. Dado que na abordagem qualitativa, a realidade humana é construída no processo de inserção do indivíduo em um contexto social particular e, em decorrência, as participantes são vistas como pessoas que constroem seus discursos e baseiam suas ações nos significados derivados dos processos de comunicação com os outros, com quem compartilham opiniões, crenças e valores. Deste modo o poder de ação e transformação das pessoas pode ser ampliado ao ser propiciado a cada uma delas refletir sobre suas concepções, crenças e ações (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1994; GERGEN; GERGEN, 2000).

1.2. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: DO UNIVERSO EMPÍRICO ÀS MULHERES PARTÍCIPES

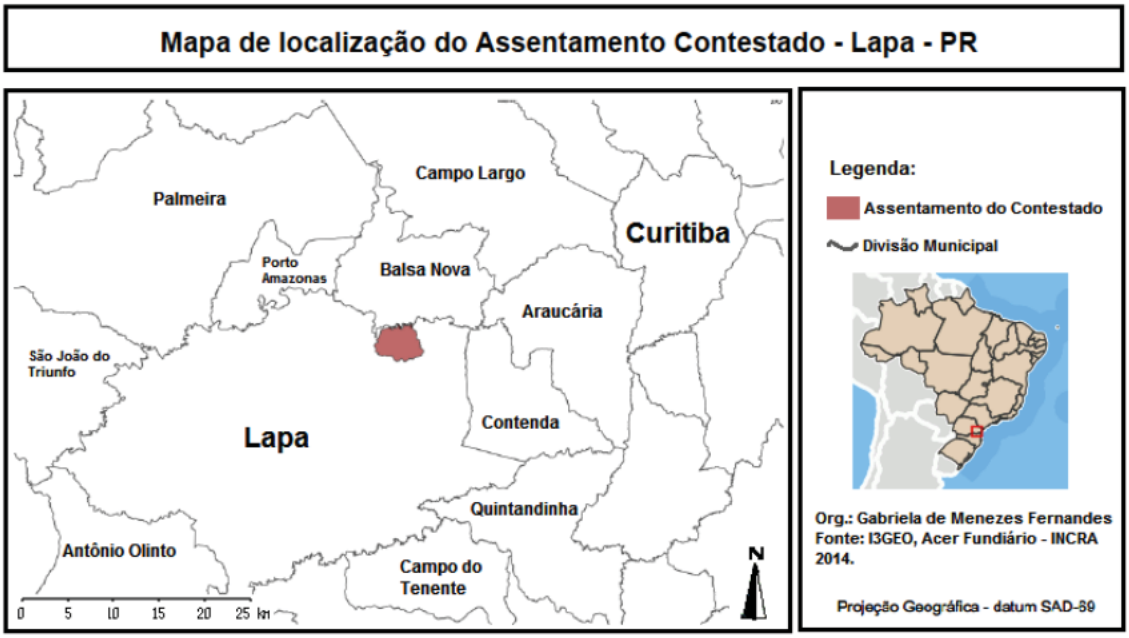
É preciso deixar explicito que o critério de escolha das participantes desta pesquisa, assim como apontado por Marli André (2012), diz respeito a sua singularidade, isto é, o grupo de mulheres selecionadas foi escolhido porque representa por si só uma conjuntura pertinente de ser estudada, *seja porque é representativa de muitas outras, seja porque é completamente distinta de outras.*

Estabeleceram-se como critérios de inclusão:

- *Ser mulher assentada de reforma agrária;*
- *Residir no Assentamento Contestado;*
- *Ser integrante ativa do grupo de certificação participativa - Grupo Che Guevara, até o período correspondente à realização da pesquisa de campo;*
- *Estar comprometida com atividades relacionadas à produção agroecológica.*

A delimitação intencional do universo estudado seguiu também as recomendações de Minayo (2015), logo a escolha das interlocutoras foi decorrente da quantidade que garantiu a representação do conjunto das características homogêneas, experiências e expressões relevantes que se almejaram para os objetivos desta pesquisa. Perante o exposto, a escolha do município da Lapa/Paraná como lócus investigativo decorreu da constatação de que neste município está localizado o Assentamento do Contestado (Figura 1). Além disso, parte da motivação para escolha deste território como *lócus* investigativo se deu em razão do Assentamento Contestado ser referência em Agroecologia e dispor de significativas experiências de mulheres camponesas e assentadas, em virtude do desenvolvimento das trocas de saberes e técnicas, tecnologias e práticas tradicionais de manejo, baseadas na realidade local (VALADÃO, 2012; ORZEKOVSKI, 2014; TORINELLI, 2016).

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO.



FONTE: FERNANDES; FACCO, 2015.

O município da Lapa, constituído como um dos 29 municípios pertencente à região metropolitana de Curitiba, do estado do Paraná, se distancia em torno de 62 km da capital, e possui uma área territorial de 2.098,8 km^2 (COMEC, 2017). De acordo com o *Caderno Estatístico do Município da Lapa* (IPARDES, 2018), o qual tem como referência o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), neste período estavam registrados 2.290 estabelecimentos agropecuários no município. Segundo

o Censo Demográfico (IBGE, 2011) a população censitária em 2010 somou 44.932 habitantes, destes 17.710 lapeanos/as possuíam domicílio no meio rural e aproximadamente 56% da área do município era composta de estabelecimentos rurais, residindo no campo 40% da população.

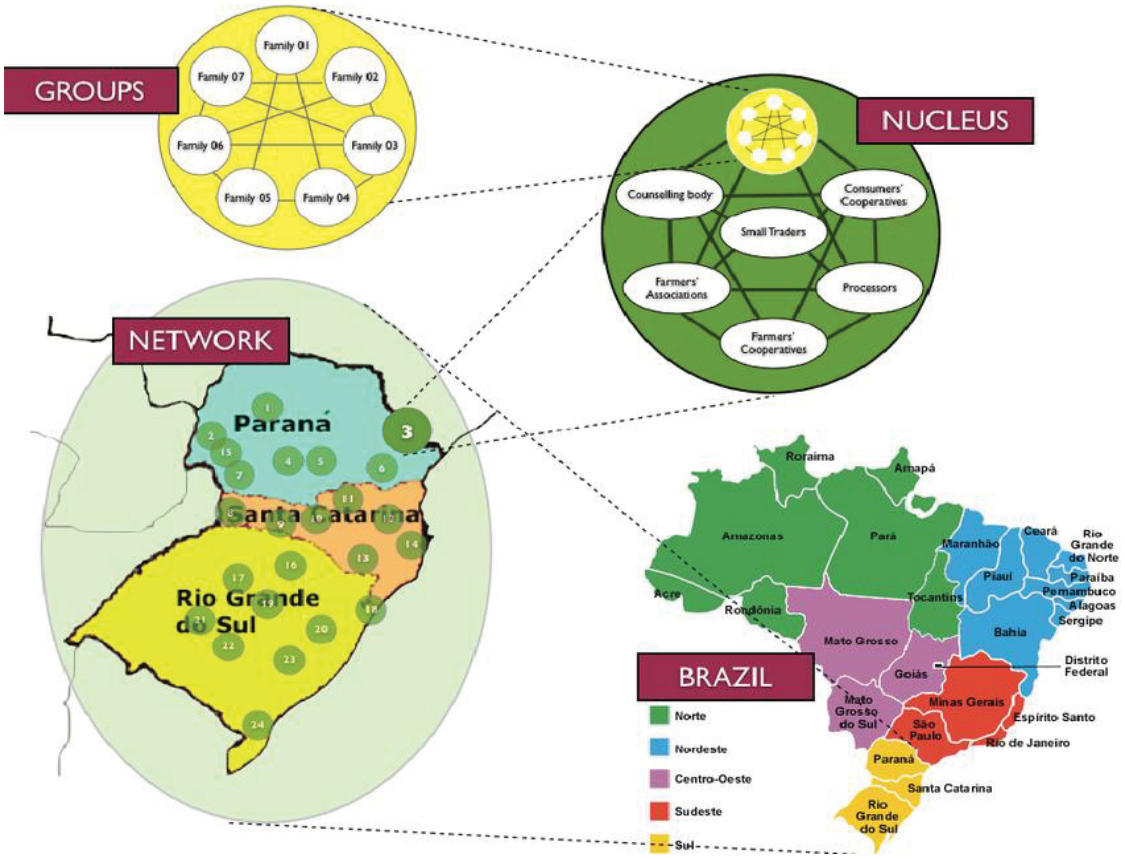
O Assentamento do Contestado, localizado na área rural da Lapa, fica distante cerca de 20 km da sede do município e 70 km da capital do Estado. Possui uma área de 3.100 hectares, algo em torno de 1,5% da extensão territorial do município, onde 1240 ha são de áreas de proteção ambiental, seja em reserva legal ou preservação permanente; e toda sua área situa-se dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana (SANTOS, 2015).

Conforme destacado por Adriano Santos (2015) e Luciene Gaspari (2016), as terras do Assentamento eram parte de uma sesmaria concedida à igreja católica. Posteriormente, sob o nome de Fazenda Santa Amélia, pertenceram ao Barão dos Campos Gerais, grande latifundiário de muita influência no período colonial, e por muito tempo aos seus herdeiros. Em 1985, passou a pertencer a Incepa empresa que explorava as terras com monocultivos de pinus e eucalipto, destinados à produção de carvão para geração de energia de sua fábrica de cerâmica. Esta empresa mantinha muitas dívidas, principalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e não desenvolvia atividades relacionadas à agricultura e pecuária, tornando a propriedade improdutiva. Frente a essas conjunturas, às reivindicações do MST, e ocupação da área desde 1999, a terra passou a ser destinada para fins da Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2002 (SANTOS, 2015; GASPARI, 2016).

Quanto à organização o Assentamento do Contestado está dividido em dez núcleos, separados geograficamente por áreas, os quais congregam de 10 a 15 famílias cada (HOSHINO; RODRIGUES, 2016; TORINELLI, 2016). Os núcleos cumprem função administrativa e de debate sobre situações comuns a serem resolvidas, como transporte, educação, saneamento, saúde, aspectos ligados à produção, comercialização, geração de renda, entre outros. Nos últimos anos grande parte das famílias assentadas no Contestado, aproximadamente 84 famílias produzem agroecológicamente e possuem certificação participativa vinculada à Rede Ecovida (HOSHINO; RODRIGUES, 2016).

Os processos de certificação orgânica e agroecológica, destas 84 famílias, são realizados por meio da Rede Ecovida de Agroecologia de Certificação Participativa, a qual se organiza por Núcleos regionais (24 núcleos distribuídos pelos três estados do Sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Grupos locais. Esta configuração pode ser observada na Figura 2.

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS E GRUPOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.



FONTE: SACCHI; CAPUTO; NAYGA, 2015.

Destes núcleos, as famílias do Assentamento se organizam no Núcleo Maurício Burmester do Amaral e no Núcleo Maria Rosa da Anunciação (SANTOS, 2015). A dinâmica dos grupos de pertencerem a este ou aquele núcleo depende de vários aspectos. Este estudo tem ênfase no *Grupo Che Guevara* que se insere no núcleo Maria Rosa da Anunciação, e uma das variáveis fortes dos grupos que compõem este núcleo é a presença marcada das características camponesas.

Maria Rosa da Anunciação, Chica Pelega e Adeodato representam nomes de jovens que desempenharam influência e protagonismo na historiografia do Contestado (TOMAZI, 2008), contemplados no Trecho da composição coletiva

“Sangue Caboclo”, exposto a seguir, elaborada coletivamente pela Juventude Campo e Cidade - MST, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, em 2011.

Seguimos com muita luta
Nossa organização
Chica Pelega, Adeodato
Maria Rosa, Anunciação
Contestado já 100 anos
De muita revolução
O projeto já tá claro
Viva a transformação
A Guerra do Contestado
Foi pra libertar o chão
(COMPOSIÇÃO COLETIVA, 2011).

Vinhas de Queiroz (1966) retrata Maria Rosa da Anunciação, cujo nome representa o núcleo de certificação participativa da Rede Ecovida, do qual pertencem as participantes desta pesquisa, como uma liderança da resistência dos caboclos durante a Guerra do Contestado, na qualidade de comandante geral do ataque de Caraguatá, um dos combates mais expressivos da guerra, o qual foi vencido sob sua influência.

Dos 23 Grupos Locais que pertencem ao núcleo Maria Rosa da Anunciação (VRIESMAN, 2016), o Grupo *Che Guevara* foi escolhido, por evidenciar durante convivência no Assentamento que *as mulheres assentadas de reforma agrária integrantes deste grupo agroecológico de certificação participativa expressam experiências e trajetórias em Agroecologia articuladas a uma perspectiva diferenciada de gênero e se organizam de forma distinta dentro do Assentamento.*

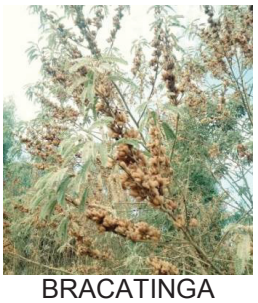
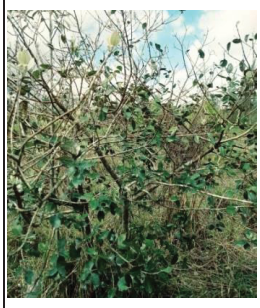
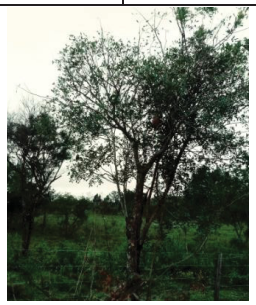
O grupo de certificação participativa *Che Guevara* é composto por 13 famílias. Dentre estas, 4 não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos na pesquisa, e portanto, não fizeram parte deste estudo. Em razão disso, integram a pesquisa 10 mulheres (sendo que duas são da mesma família).

O período correspondente à pesquisa de campo foi de julho a setembro de 2018. Durante o período de julho de 2018 a março de 2019 também houve participação da pesquisadora em reuniões mensais do grupo (*Che Guevara*). Na reunião de julho/2018 houve o primeiro contato com as mulheres participantes do grupo. Assim, foi oportuno fazer uma apresentação da proposta de pesquisa (justificativa, objetivos, metodologia), e também foram identificadas as mulheres interessadas em participar. Já na sequência se conduziu o planejamento das

entrevistas. A observação participante foi, dia após dia, sendo construída à medida que as mulheres se sentiam mais à vontade e permitiam uma inserção maior no seu cotidiano. Convém ressaltar que os momentos das refeições (do preparo e da partilha) foram os mais ricos. As idas (e vindas) às unidades produtivas e a inserção nos processos produtivos das mulheres (hortas, agroflorestas, quintais produtivos, criação de pequenos animais, bem como o processamento, organização da distribuição, comercialização da produção) permitiram momentos ímpares para a captação de dados.

Todas as participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE I), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR, segundo Parecer CEP/SD-PB.nº 1061396, e um termo de autorização de uso de imagem e voz (APÊNDICE II), previamente à realização das entrevistas. As narrativas em respostas as entrevistas foram registradas em gravador de áudio, em sequência os áudios foram, transcritos, de modo a auxiliar no processo de análise. Para garantir o anonimato das participantes, optou-se - ao invés de identificar o nome de cada uma - por nomes figurados equivalentes a nomes de plantas (árvores, plantas arbóreas, plantas medicinais e flores) como uma espécie de código, sempre que houvesse o registro de suas opiniões e concepções. Assim, foi selecionado um nome que simbolizasse alguma planta/árvore integrante de seu sistema produtivo agroecológico e que foi aludida em algum momento pela participante. De modo que, os nomes populares das plantas (e apenas aqui se destacam seus correlatos nomes científicos), junto as suas respectivas imagens registradas durante pesquisa de campo, corresponderam ao exposto no Quadro 1.

QUADRO 1 – NOMES REPRESENTATIVOS DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

ARAUCÁRIA (*Araucaria augustifolia*)	SININHO (*Abutilon striatum*)	LOURO (*Laurus nobilis*)	 BRACATINGA (*Mimosa flocculosa*)
LANTERNA-JAPONESA (*Abutilon megapotamicum*)	COLORAU (*Bixa orellana*)	 JASMIM-GRADO (*Rauvolfia sellowii*)	EUCALIPTO (*Eucaliptus*)
ERITRINA (*Erythrina speciosa*)		 AROEIRA (*Schinus terabinthifolius*)	

FONTE: Elaboração própria. Assentamento do Contestado (2018).

Os conteúdos produzidos a partir das transcrições das falas foram analisados em unidades de significados de produção de sentidos e classificados em categorias não apriorísticas, estruturadas a partir do contexto dos discursos (tópicos emergentes), selecionadas segundo os critérios de frequência e relevância, de acordo com o referencial teórico metodológico da Análise de Conteúdo, fundamentado nas considerações de Laurence Bardin (2011).

Segundo a perspectiva da autora mencionada, Análise de Conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e compreensão do conteúdo, das características, estruturas ou modelos que estão por trás dos

fragmentos de mensagens tornados em consideração, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Nesse sentido a autora, indica que a utilização da Análise de Conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

No processo de categorização, para identificar a relação entre as experiências agroecológicas e a soberania alimentar no cotidiano das mulheres, sob uma perspectiva de gênero e feminista, foi construída uma matriz para análise de dimensões que são indicadoras de Soberania Alimentar - Sobal (Quadro 2), estabelecendo relações que podem estar vinculadas às macro dimensões consideradas por esta compreensão, sendo estas culturais (e alimentares – variedade, qualidade e regularidade), sociais, econômicas, políticas, ambientais, liberdade, autonomia, dignidade e empoderamento a partir da proposição de Peter Rosset (2003), um dos autores que mais discute soberania alimentar na América Latina, e do Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia (RIGON et al., 2010).

QUADRO 2 - MATRIZ DE ANÁLISE: SOB A PERSPECTIVA DA SOBERANIA ALIMENTAR, DE GÊNERO E FEMINISTA.

DIMENSÕES	*ROTEIRO DE PERGUNTAS - ENTREVISTAS*
1. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS E AGROBIODIVERSIDADE. Aspectos relacionados às dimensões de variedade, qualidade, regularidade e ambientais inseridas no conceito de soberania alimentar.	*. BLOCO 1.* • CONTE-ME A HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NA SUA VIDA. - conhecimento da Agroecologia; - iniciativa por produzir agroecológico; - como era antes da produção agroecológica? • O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ PRODUZIR AGROECOLÓGICO? - dificuldades (acesso aos meios de produção terra, água, equipamentos, créditos). • COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES SOBRE O QUE PRODUZIR E PROCESSAR NA PROPRIEDADE? - uso da terra (local onde plantar, construir, cuidado com as sementes, fonte de água, preservação da agrobiodiversidade). • O QUE É PRODUZIDO NA SUA UNIDADE? - variedade de espécies (agrofloresta, frutas, verduras, produtos de origem animal, etc.).
2. CONSUMO ALIMENTAR. Aspectos relacionados às dimensões de variedade, qualidade e	*BLOCO 2.* • DEPOIS QUE VOCÊ SE INSERIU NA AGROECOLOGIA PERCEBEU ALGUMA MUDANÇA NA ALIMENTAÇÃO? QUAL/IS? - alimentos que são consumidos atualmente; variedade alimentar; receitas agroecológicos; uso de ervas medicinais e

regularidade; e política.	outras plantas. • COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES DO QUE COMER NA SUA CASA? - participação da mulher; quem decide o que vai ser e como vai ser preparado; quem prepara.
3. RELAÇÕES DE MERCADO E CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO. Aspectos relacionados às dimensões: econômica, social, de dignidade e autonomia.	*BLOCO 3.* • QUAL DESTINO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA? - participação da mulher; prioridade produtiva (autoconsumo, comercialização, alimentação animal, compostagem, trocas, doação, etc.); -feiras, PAA, PNAE, sacolas/cestas, mercados, restaurantes, etc. • COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO? -participação da mulher; produtos a serem comercializados (in natura/processados); preços estipulados; circuitos de comercialização. • VOCÊ CONSIDERA QUE OS PREÇOS ESTABELECIDOS COBREM OS CUSTOS DA PRODUÇÃO? ( )SIM ( ) NÃO. • COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES SOBRE O QUE FAZER COM O DINHEIRO? - participação da mulher; quem administra (se guarda; se investe no maquinário, na propriedade, o que compram).
4. EQUIDADE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO. Aspectos relacionados às dimensões: liberdade; empoderamento; autonomia e política no cotidiano das mulheres.	*BLOCO 4.* • DEPOIS DE SE INSERIR NA AGROECOLOGIA CONSIDERA QUE HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA SUA VIDA? - na divisão das atividades domésticas; relações com o marido, filhos(as), pessoas da família, do trabalho, na vizinhança. • VOCÊ CONSEGUE FAZER UMA RELAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E LIBERDADE FEMININA? -sair da unidade para participar de processos formativos, intercâmbios de saberes, trocas de experiência, jornadas. • O QUE A AGROECOLOGIA MUDOU EM VOCÊ? • QUAL A SUA COMPREENSÃO SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR?

FONTE: Versão elaborada com base em ROSSET (2003) e RIGON et al. (2010).

Para delimitar a suficiência das informações foi utilizado o decálogo de recomendações proposto por Maria Cecília Minayo (2017), visto que a extensão e complexidade do estudo é que devem orientar o tamanho da unidade de pesquisa (CHARMAZ, 2006; MINAYO, 2015). Desta maneira, a unidade de pesquisa proposta reflete, em quantidade e intensidade, o exposto por Minayo (2017) como sendo as múltiplas dimensões do fenômeno apresentado e a qualidade das ações e das interações decorridas no processo. Corroborando Patricia Rosa e colaboradores (2014) salienta-se que a validação desta pesquisa ocorreu desde o acolhimento de sua proposta durante reunião do grupo de certificação participativa e, por

conseguinte testificada junto às mulheres participantes mediante encontro dialógico concretizado no ato da defesa da dissertação.

CAPÍTULO 2

2.1 MULHERES, AGROECOLOGIA E GÊNERO: UM PROJETO SOCIAL, POLÍTICO E ALIMENTAR.

IMAGEM 2 – LOURO. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 3 – BRACATINGA. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 4 – JASMIM-GRADO. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

FONTE DAS IMAGENS 2, 3, 4: Elaboração própria. Assentamento do Contestado (2018).

> *“A natureza, em seus caprichos e mistérios, condensa em pequenas coisas o poder de dirigir as grandes; nas sutis, a potência de dominar as mais grosseiras; nas coisas simples, a capacidade de reger as complexas”. (Ana Maria Primavesi, 2002).*

A alimentação, inerente à sobrevivência humana, tem em sua descoberta e evolução uma extensa caminhada de pesquisa e criação, liderada por mulheres, na medida em que desenvolveram mecanismos complexos de produção, transformação e distribuição no contexto alimentar, na agricultura e gestão da vida (SENRA et al., 2009). Nesse percurso, legitimando tais concepções algumas mulheres, como aquelas evidenciadas no presente estudo, consideram, privilegiam e respeitam a natureza considerando-a como inscrita nas palavras de Primavesi, na epigrafe destacada na abertura deste capítulo.

As mulheres, representam a maior parte do trabalho na produção de alimentos em diversos sistemas alimentares locais, existentes em todo o mundo, exercendo ações significativas para concretização da soberania alimentar (PIMBERT, 2009; PACHECO, 2009). Neste sentido, tem sido atribuído às mulheres camponesas o protagonismo na condição de guardiãs da biodiversidade dos ecossistemas, que se expressa como forma de resistência e contraposição ao modelo de desenvolvimento rural sob a lógica do capitalismo, o qual além de aprofundar os impactos e injustiças socioambientais, reforça as hierarquias, dicotomias e desigualdades de gênero (CAMURÇA, 2013). Dentro desse modelo de desenvolvimento, o sistema agroalimentar hegemônico fundamenta-se na simplificação dos ecossistemas, visando permanentemente à maximização da produção e do lucro, atrelado às técnicas e políticas que viabilizam a exploração e degradação dos recursos naturais, das quais se torna dependente (GLIESSMAN, 2001).

Tal modelo não admite o valor intrínseco da diversidade e da natureza, por visualizá-las de forma limitada como algo a ser dominado e explorado comercialmente para o desenvolvimento do capitalismo (MIES; SHIVA, 1997). Da mesma forma, caracteriza-se como alicerce da lógica que legitima a monocultura, o agronegócio, o latifúndio, a homogeneidade de cultivos, a destruição da biodiversidade e a perda de saberes tradicionais (JALIL, 2013), assim como

estabelece múltiplos desencaixes entre a agricultura, a natureza e a sociedade (PETERSEN, 2013; CARNEIRO, 2015).

Frente aos progressivos cenários de transformações e limites do modelo de agricultura e desenvolvimento vigente, devido a suas contradições e às profundas crises conjunturais globais, perante distintas dimensões (políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas, tecnológicas e ambientais), diferentes paradigmas pautados em agroecossistemas alternativos, à chamada agricultura convencional, têm ganhado destaque (MARTINS, 2001; CAMURÇA, 2013).

A agricultura familiar e camponesa revela expressões e práticas em agriculturas sustentáveis, principalmente quando fundamentadas na Agroecologia, que por sua vez contribui para preservação da biodiversidade, valorização de saberes e modos de vida das comunidades tradicionais, além de relações mais horizontais entre humanos e natureza, contribuindo para garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade local (CAMURÇA, 2013). Nesse contexto, a Agroecologia como paradigma pode contribuir efetivamente, visto que apresenta fortes conexões conceituais com a segurança alimentar e nutricional, a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção dos processos de autogestão e a participação comunitária para superar a pobreza rural através de novos processos de desenvolvimento rural (GONÇALVES, 2008).

A Agroecologia é entendida como um campo científico multidisciplinar, portadora de um enfoque metodológico próprio, que congrega estudos e conhecimentos teóricos de diversos ramos científicos, tanto das variáveis produtivas, quanto variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. Emergiu como a disciplina científica que se constitui como uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte conceitual, metodológico e estratégico à emergência da reestruturação das práticas agrícolas, mediante desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, COSTABEBER, 2004; CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2006).

De acordo com a Carta final da 17ª Jornada de Agroecologia (2018), que apontou os desafios e as tarefas de luta da sociedade na atual conjuntura na

construção de um novo modelo de vida e relação com os bens naturais, a Agroecologia não é somente um modo de produção sem utilização de agrotóxicos (venenos). A carta afirmou que a Agroecologia *é indissociável da democracia e pilar para garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional*, correspondendo a um projeto político, prática, movimento, ciência e educação popular, bem como, caminho para a garantia da igualdade e da diversidade racial, de gênero e de sexualidade, a valorização do trabalho do ser e saber de camponesas/es, o respeito e a promoção da diversidade social, ambiental e identitária.

Desta forma, a partir da dimensão local, da agricultura camponesa, muitas experiências agroecológicas vêm se destacando por suas potencialidades e ganhando visibilidade, todavia isto, não necessariamente, tem significado reconhecimento do trabalho e das atividades desenvolvidas pelas mulheres, como mostram estudos de Emma Siliprandi (2009a) e Laura de Biase (2007).

Nessa lógica, Emma Siliprandi (2015) destaca que, do ponto de vista agroecológico, para que a Agroecologia cumpra seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses e camponeses, é preciso que ela se ocupe, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões da subordinação das mulheres. Posto que a não focalização nas mulheres como sujeitos plenos de direitos deixa descoberto um conjunto de possibilidades como a construção da equidade social e de gênero.

Segundo Graciete Santos, Emanuela Castro e Ariane Moraes (2013), ao longo da história, o trabalho desenvolvido pelas mulheres sempre foi desvalorizado e invisível, ainda que desde as sociedades primitivas, as mulheres sempre estivessem presentes no trabalho produtivo e reprodutivo da humanidade. Conjuntura que concedeu condições de fortalecimento para o sistema capitalista, o qual segue explorando os bens comuns, privatizando recursos naturais e mercantilizando o acesso a direitos.

Há uma combinação entre o sistema capitalista, o patriarcado e o racismo que estrutura a base das desigualdades de gênero, a qual Heleieth Saffioti (1987, 2004) chama de um processo simbiótico entre esses três sistemas de dominação-exploração das mulheres, denominando-o de sistema capitalista-patriarcal-racista.

Graciete Santos (2007) destaca que o patriarcado corresponde a um sistema de valores, políticos, sociais e econômicos que se fundamenta na lei do *pater poder*, ou seja, poder do pai, portanto do masculino, e na opressão e dominação das

mulheres pelos homens. Logo, na sociedade há um sistema que estrutura desigualdades de poder, prestígio e autoridade entre mulheres e homens, criando hierarquias, assim sendo há uma distribuição desigual de poder entre as pessoas, resultante de desigualdade nas relações de gênero.

Corroborando a concepção da autora anterior acerca do patriarcado, Sylvia Walby (2010) enfatiza que no cerne desse sistema de estruturas inter-relacionadas de relações desiguais de gênero, há um predomínio da figura masculina nos diversos espaços sociais, em que há uma subordinação institucionalizada e a exploração das mulheres, visto que o poder é principalmente exercido por homens.

Embora não se possa negar o alcance de novos espaços sociais ocupados por mulheres, não se pode dizer que isso representa uma equalização nas relações de gênero (FERREIRA, 2015), visto que a forma de organização social androcêntrica[2] permanece, na qual há um olhar que se fixa no masculino, e desde o masculino, para observar as realidades, que impregna o pensamento cientifico, filosófico, religioso e político (RAMÍREZ; MÁRQUEZ, 2010).

É baseado nesta constatação que para Bourdieu (2002) a dominação masculina pode ser compreendida como tendo sustentação em uma divisão arbitrária entre homens e mulheres, concebida por meio de oposições binárias, que classificam uns e outros segundo adjetivos opostos. O autor argumenta que a mudança social, que gere igualdade nas relações de gênero, deve partir das instituições que produzem e reproduzem o imaginário androcêntrico – família, escola, Igreja e Estado.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho expressa os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar atividades, correspondendo a um conceito para analisar a atribuição de papéis de gênero para homens e mulheres, como destino biológico e não como construção social, de acordo com a feminista francesa Danièle Kergoat (2009). Graciete Santos, Emanuela Castro e Ariane Moraes (2013) reiteram que esta forma de divisão social tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado e para desqualificação do trabalho

[2] A partir da crítica de vertentes feministas, entende-se como androcentrismo “a generalização de atributos vinculados ao homem e ao masculino a todo o humano, para algumas autoras, a todos os seres vivos” (TAIT LIMA, 2014, p.23).

feminino. Neste contexto, Laeticia Jalil (2009) reforça que a perspectiva feminista, mediante o debate de gênero, rompe e desconstrói a naturalização da divisão social do trabalho baseada na hierarquia de gênero e mostra, ao contrário do senso comum, que as duas esferas do trabalho – produtivo e reprodutivo - estão profundamente articuladas e que uma não seria possível sem a outra.

O caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia (2008) traz a afirmação de que a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo significa uma delimitação de espaços e dicotomias, pois enquanto o trabalho produtivo é realizado no espaço público (mercado/rua/propriedade) e gera lucro, o trabalho reprodutivo é realizado no espaço privado (casa/horta) sem nenhuma remuneração. O documento ainda enfatiza que o aprofundamento sobre as relações sociais de gênero no contexto da agricultura familiar deve contribuir em parte para superação dessa dicotomia ao mostrar que as mulheres estão presentes em ambos os espaços, ainda que falte uma valorização das múltiplas tarefas exercidas pelas mulheres no campo da produção agrícola.

Na maioria dos sistemas agrícolas existe uma divisão do trabalho, que determina as diferentes tarefas complementares pelas quais homens e mulheres são responsáveis, assim como, no que se refere às decisões na gestão da biodiversidade (FAO, 2005), em que, grande parte das mulheres rurais é sujeito ativo no cuidado com o meio ambiente e na construção de uma nova cultura, com respeito à natureza, como ressaltado por Ana Paula Ferreira (2015). Frente a isso, Emma Siliprandi (2009a) afirma que o conceito de gênero recupera análises sobre as implicações causadas pela divisão sexual do trabalho, dos papéis, normas e sanções sociais dentro do sistema patriarcal, que leva a formação de subjetividades, e reconhece que para superação desse sistema é fundamental a reivindicação da igualdade e autonomia das mulheres, reconhecendo-as como sujeitos políticos.

Nesse panorama, a presente pesquisa *incorpora gênero, na qualidade de processo sociocultural construído historicamente* (COSTA, 2009), enquanto categoria analítica para compreensão do processo de produção e reprodução de práticas, relações e representações sociais, auxiliando a desvendar relações de poder (SCOTT, 1995).

A categoria gênero foi incorporada pelo feminismo[3] como unidade de análise para repensar a organização da sociedade por meio das relações entre os sexos (CAPPELLIN, 1990) e como uma forma primária de dar significado às relações de poder, portanto, ela não se refere apenas aos papéis atribuídos a homens e mulheres. O risco dessa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, não deixando meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo a que ele se refere) com outros aspectos da organização social de modo a articular a natureza das suas inter-relações (SCOTT, 1995).

Joan Scott (2010) reforça que gênero é um convite para pensar criticamente de que maneira os significados dos corpos sexuados são produzidos em relação ao outro e como esses significados são criados e alterados. Gezabel Ramírez e Martha Márques (2010) e Graciete Santos, Emanuela Castro e Ariane Moraes (2013) destacam que gênero permite compreender que as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes entre homens e mulheres não são, simplesmente, produtos de suas diferenças biológicas. Todavia, são construções decorrentes das relações sociais, de fatores psíquicos, afetivos, racionais, culturais e das dimensões históricas, econômicas, sociológicas e religiosas.

A partir da obra de Gayle Rubin (1975), *"O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo"*, frente à face multidimensional do conceito de gênero, a autora elabora o conceito de sistema de sexo/gênero, o qual vai se complexificando ao longo da obra. Primeiro a autora define o sistema como um conjunto de arranjos por meio do qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. Posteriormente, o conceito é ampliado a partir da ideia de que tanto a matéria-prima biológica do sexo quanto a procriação humana são moldadas pela intervenção social e satisfeitas de forma convencional. A autora ainda afirma que o sistema de sexo/gênero estabelece a opressão como produto das relações sociais específicas que a organizam, por isso deve ser pensado como resultante da atividade humana histórica.

[3] A presente pesquisa compreende o feminismo como campo discursivo de ação heterogênea, correspondendo a um movimento marcado por uma dinâmica horizontal, assim como destacado por Sonia Alvarez (2014), uma vez que o movimento feminista não pode ser classificado em formato singular, pois há necessidade de ser expresso no plural como "feminismos". Em efeito, o campo feminista tem se constituído cada vez mais plural e diverso, desembocando em novos e distintos campos discursivos de ação, interconectando a pluralidade de mundos sem torná-los comensuráveis.

À vista disso, Gezabel Ramírez e Martha Márques (2010) salientam que o sistema sexo/gênero consiste no processo em que as pessoas estão socialmente relacionadas a uma série de características, expectativas, práticas, símbolos, representações, normas, valores e oportunidades, que as sociedades elaboram, a partir da diferença biológica. Diante disso, a preocupação se volta ao fato de que se subestima a contribuição vital das mulheres para gestão dos recursos biológicos e para produção econômica geral (FAO, 2005).

Vilênia Aguiar (2017) aponta que as relações de gênero não estão dadas a priori, e devido a isso na qualidade de categoria de análise a perspectiva de gênero deve ser utilizada como uma lente que permite captar os condicionantes envolvidos no estabelecimento das relações sociais no interior da unidade familiar, ou seja, aqueles que abarcam questões econômicas e extraeconômicas.

Sob a lógica do patriarcado não são reconhecidas e nem valorizadas as contribuições das mulheres para o desenvolvimento e conservação da biodiversidade e de agroecosistemas sustentáveis, assim como nenhum aspecto de seu trabalho e seus saberes, fundamentados em práticas culturais e científicas complexas (SHIVA, 1998). Corroborando esta discussão, Michelle Perrot (2005) ressalta que há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando-as e/ou excluindo-as do texto histórico. Contudo, Maria Emilia Pacheco (2009) afirma que existem diversas contribuições em atividades reprodutivas e produtivas agrícolas e não agrícolas desempenhadas por mulheres camponesas.

Da mesma forma, a história de mulheres na constituição e trajetória em Assentamentos rurais é marcada por uma representação do trabalho feminino como atividade secundária e marginal, envolto em uma rede de invisibilidade. Ainda assim, diversos estudos, como os realizados por Cidvânia Oliveira (2009); Maria Lúcia Oliveira (2007); Daniele Aro (2012); Mauricélia Silva (2015); Ângela Paixão (2015); Lívia Froes (2015), em Assentamentos rurais evidenciam experiências agroecológicas organizadas e lideradas pela iniciativa de mulheres, inferindo mudanças em vários aspectos sociais, ambientais, culturais, econômicos, políticos, alimentares e também nutricionais, contribuindo assim para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/SSAN das famílias.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 1999), ressalta que os papéis das mulheres rurais como fornecedoras e produtoras de alimentos ligam-nas diretamente à conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos para a alimentação e agricultura. Séculos de experiência prática deram às mulheres um papel único na tomada de decisão e conhecimento acerca de culturas locais e gestão de animais, ecossistemas e seus usos.

Por considerar, as características das investigações feministas sinalizadas por Sandra Harding (1998), correspondentes as experiências das mulheres enquanto novos recursos empíricos e teóricos, a presente pesquisa se situa em prol das mulheres e se coloca à luz da perspectiva feminista. A partir disso, buscando uma postura engajada e situada feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998, TAIT, 2014), parte-se do entendimento das mulheres camponesas como construtoras de conhecimentos e agentes/sujeitos políticas.

2.2 PROTAGONISMO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS[4] E EQUIDADE NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E DE GÊNERO.

Agricultura e alimentação são áreas em que as mulheres tradicionalmente desempenham um trabalho fundamental (ESTEVE, 2017). Segundo um documento da FAO (2011), *as mulheres representariam, aproximadamente, 43% da força de ocupação agrícola nos países em desenvolvimento*. Contudo, Maria Paulilo (2013) ressalta que as estatísticas possuem um caráter limitado de dados, pois tendem a subestimar a contribuição da mão de obra feminina nas atividades agrícolas, uma vez que, geralmente, as mulheres declaram as tarefas desenvolvidas por elas no meio rural, como trabalho doméstico. Neste sentido, já houve estimativas da própria FAO (1996), estabelecendo as mulheres como responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos nos países do Hemisfério Sul, e por 50% da produção em todo o mundo.

[4] De acordo com o relatório produzido pelo Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE, 2014), do Comitê Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), um sistema alimentar é definido como a soma de todos os diversos elementos e atividades que, juntos, levam à produção e consumo de alimentos e suas inter-relações, sendo o sistema alimentar sustentável configurado como aquele que garante a segurança alimentar e nutricional, de tal forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar alimentos, segurança e nutrição das gerações futuras não são comprometidas.

Quanto à gestão e conservação da agrobiodiversidade agrícola, ainda que mulheres e homens desempenhem papéis importantes, suas estratégias são muitas vezes distintas. O uso e gestão da biodiversidade agrícola são dinâmicos. Nessa dinâmica, os componentes da agrobiodiversidade são usados por pessoas diferentes, em vários locais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias complexas de subsistência. Frequentemente há uma evidente diferenciação de gênero em termos da divisão de trabalho, funções e responsabilidades na agricultura, tendo propósitos e exigências diferentes e, isso, certamente tem um impacto sobre o conhecimento da gestão e utilização dos elementos específicos da biodiversidade agrícola (FAO, 2005).

Nessa lógica, as mulheres por meio de suas práticas e trabalhos diários no meio rural, acumularam conhecimentos profundos sobre os seus ecossistemas, incluindo a gestão de situações de desequilíbrios, a conservação do solo e o desenvolvimento e uso dos recursos genéticos de plantas e animais. Desse modo, as mulheres têm sido largamente responsáveis pela seleção de sementes, gestão de animais, melhoramento, adaptação, conservação e uso sustentável de variedades de plantas e animais, desempenhando um papel crucial na preservação e gestão dos recursos genéticos de plantas e da biodiversidade. Essas afirmações são validadas por inferências publicadas pela FAO (1999), as quais estimam que até 90% do material de plantação usado por camponesas/es deriva de sementes produzidas, selecionadas, melhoradas, adaptadas e guardadas por estas/estes (FAO, 1999).

Corroborando as assertivas anteriores, as experiências em Agroecologia têm ressaltado o protagonismo das mulheres no campo da alimentação, revelando a magnitude das funções exercidas por elas na manutenção da agrobiodiversidade e da cultura alimentar. Devido, em parte, ao fato de as mulheres serem as responsáveis pela maioria dos cultivos, manejo e armazenamento das espécies alimentares utilizadas pelas famílias, sendo detentoras de saberes múltiplos associados à culinária tradicional e local (CARNEIRO et al., 2015).

Diante dessa perspectiva, a maior parte do trabalho realizado por mulheres na produção de alimentos se configura como estratégico na conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, assim como na garantia da Soberania Alimentar,

a qual pressupõe o reconhecimento da memória, dos sabores, saberes, afazeres, identidades e ritos envolvidos na alimentação (CONSEA, 2015).

Francisca Sousa (2016) cita que o percurso de mulheres assentadas de reforma agrária, pautadas em práticas agroecológicas, tem sido reconhecido, destacando as mulheres como agentes de transformação nas dinâmicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), mediante ações que compreendem a preservação e reprodução da cultura alimentar e da agrobiodiversidade, como na produção de alimentos saudáveis e diversificados, destinados em sua maioria para autoconsumo.

No entanto, devido às relações de gênero, que adquirem hierarquias desiguais de poder entre homens e mulheres, os saberes e trajetórias das mulheres costumam não ser reconhecidos, nem valorizados sequer por suas próprias famílias (e também no universo das pesquisas) reproduzindo assim processos de invisibilização (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009). Esther Vivas (2012) salienta ainda que as mulheres camponesas têm sido responsáveis, durante séculos, por trabalhos reprodutivos, produtivos e comunitários, ocupando uma esfera privada e invisível. Dessa forma, as autoras ainda afirmam que os pontos de vista, proposições e demandas das mulheres vêm sendo sistematicamente negligenciados nos processos de desenvolvimento rural.

Embora o conjunto de contribuições decorrentes das práticas cotidianas de mulheres rurais em sistemas alimentares agroecológicos siga sendo negligenciado, tais contribuições têm favorecido de forma decisiva para cunhar, as perspectivas da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da feminista de construção e análise (PIMBERT, 2009).

Emma Siliprandi (2009a) lembra que a história das mulheres rurais, por muito tempo permaneceu oculta, ainda que elas sempre estivessem presentes nas lutas das camponesas, e que, apenas no período mais recente, parte dessa história tem sido resgatada. Em outra reflexão (2009b) a autora cita que há uma persistente lacuna de análises no campo das experiências relacionadas ao trabalho desenvolvido por mulheres na Agroecologia, especialmente pautada em articulação com o tema da Soberania Alimentar.

De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional/SAN (LOSAN), a concretização da SAN se dá

mediante dois princípios: 1) a Soberania Alimentar e 2) o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para Alfio Brandemburg, Islandia Bezerra e Rubia Giordani (2016) a SSAN refere-se à possibilidade da autodeterminação das sociedades em relação ao seu modelo produtivo, considerando as próprias referências sociais e culturais e necessidades internas da sociedade em questão quanto à produção, consumo e abastecimento de alimentos.

A primeira versão de um conceito de Soberania Alimentar surgiu em 1996. Demandado pelos movimentos sociais camponeses como uma resposta às políticas agrícolas neoliberais e também como um enfrentamento à Cúpula Mundial da Alimentação. No entendimento desses movimentos, o conceito de Segurança Alimentar utilizado pela FAO, se estabelece para "... *garantir que todos e todas tenham acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais, bem como as políticas de segurança alimentar"*, se limitava apenas em "garantir" alimentos, negligenciando onde e como eram produzidos. Este posicionamento por parte da FAO apenas favorecia o agronegócio e inviabilizava a agricultura camponesa, uma vez que, sob esta perspectiva a oferta de alimentos poderia ser atendida por meio da importação ou da produção em larga escala de alguns produtos em forma de monocultura (BURITY et al., 2010).

Em contraposição a essa forma de garantir o acesso à alimentação, os movimentos sociais camponeses, liderados pela Via Campesina, propuseram na Declaração Final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina (2001) o conceito de Soberania Alimentar, como sendo:

> O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Ainda que a presente pesquisa disserte sobre uma discussão notadamente voltada ao conceito da Soberania Alimentar, é relevante destacar, a pertinência da noção brasileira que se tem da Segurança Alimentar e Nutricional/SAN, que difere

do conceito da FAO. No Brasil, o conceito de SAN partiu de um processo de construção coletiva, sobretudo de pessoas (do campo acadêmico, dos coletivos e movimentos sociais), e se diferencia ao contemplar tanto as dimensões da qualidade dos alimentos e sua segurança biológica quanto por considerar a necessidade de um sistema produtivo de alimentos mais justo, solidário, sustentável, e ademais a valorização das culturas alimentares e de cultivo dos povos, aproximando-se fortemente da perspectiva de soberania alimentar (BURITY et al., 2010).

De acordo com a Declaração do Fórum Internacional de Agroecologia (2015) a Soberania Alimentar tem a Agroecologia como a chave para sua concretização, visto que esta incorpora um vasto leque de dimensões da questão alimentar, do modelo de produção, do acesso, da qualidade do alimento, da preocupação ambiental, capturando não só as características e atributos, mas integrando circunstâncias e fenômenos presentes no cotidiano (ALEM et al., 2015).

Neste sentido, as experiências agroecológicas permitem a incorporação de várias dimensões estratégicas de SSAN, por articularem a conservação e manejo da biodiversidade, valorização e conservação de sementes crioulas e espécies vegetais adaptadas, manejo dos recursos florestais e diversificação dos sistemas produtivos, contemplando ações voltadas para o fortalecimento do autoconsumo. Proporcionando, ainda, a manutenção de culturas alimentares, a valorização do alimento de qualidade, a educação alimentar, a melhoria da saúde, assim como ações que tratam o mercado a partir da ótica dos/as consumidores/as, contribuindo para a construção de um novo padrão de consumo que valoriza a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica (CONSEA, 2007).

Esther Vivas (2012) corrobora as afirmações anteriores ao inferir que a partir do momento que as mulheres rurais se organizam na construção da Soberania Alimentar há transformação individual/coletiva assim como espacial, uma vez que essa organização influencia na construção do território e na apropriação deste mediante a intencionalidade que concebe as diferentes formas de uso, ou seja, a territorialidade.

Neste sentido, Laiany Santos e Josefa Santos (2015) destacam que a conquista da Soberania Alimentar via Agroecologia se coloca como um mecanismo de empoderamento das mulheres e de mudanças sociais significativas. Dessa forma, a ressignificação do conceito de Soberania Alimentar representa na

organização das mulheres, sua condição política de ser voz da sua própria causa, assim como possibilidade de organização nas esferas locais para apresentar, questionar e defender suas demandas.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), como uma nova rota global, coloca a igualdade de gênero, o empoderamento e os direitos das mulheres como uma questão transversal prioritária, com seus dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os objetivos estão intrinsecamente ligados à vida de mulheres em todo o mundo, dentre esses se destacam o objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todo o mundo; os objetivos de acabar com a fome; alcançar a segurança alimentar; melhorar a nutrição; promover a sistemas agroalimentares sustentáveis, bem como alcançar igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres (ONU MUJERES, 2015).

Pesquisas, sistematizações e coletâneas têm agregado experiências agroecológicas desenvolvidas por mulheres no meio rural, as quais contribuem significativamente para o fortalecimento do movimento agroecológico, como o livro *Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves (2015)*, que registra a participação das mulheres rurais na produção agroecológica e revela diferentes estratégias adotadas na produção de alimentos saudáveis; o livro *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas (2015*), que reúne sistematizações das experiências de mulheres de diversos estados brasileiros e os processos de organização e mobilização de grupos produtivos de mulheres; experiências sistematizadas em diferentes regiões brasileiras e no exterior, publicadas na revista Agriculturas, *Pela vida das mulheres e pela Agroecologia (2015)*, enfoca trajetórias de mulheres em suas lutas cotidianas por emancipação política e por aprimoramentos nos sistemas produtivos, visibilizando o efeito das práticas agroecológicas sobre a qualidade de vida das mulheres. Ainda outra edição desta revista, *Mulheres construindo a Agroecologia (2009), evidenciava* narrativas de dinâmicas sociais em que a transição agroecológica era compreendida como caminho de empoderamento das mulheres (HORA, MACEDO, REZENDE, 2015; SILIPRANDI, 2015; ASPTA, 2015; ASPTA, 2009).

Para Iara Henn (2013), no propósito de compreender de que maneira, na Agroecologia, a contribuição das mulheres vem protagonizando processos

transformadores, a autora evidencia que estas se reconhecem como “provedoras”, não somente porque trabalham, planejam e participam de processos sociais e educativos, mas pela persistência, sustentação e iniciativas que empreendem, principalmente quando surgem as dificuldades. A participação das mulheres na Agroecologia se constitui como a possibilidade de redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam.

Na concepção da ciência agroecológica, as questões de gênero estão interligadas e apoiadas à valorização da diversidade e à equidade nas relações socioambientais, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação, com possibilidades de distribuição mais justa de renda, poder e responsabilidade (MUSSOI, PINHEIRO, 2002; WEITZMAN, 2011).

Segundo Kelli Mafort (2017) é possível considerar que a Agroecologia tende a abrir espaços de visibilidade na produção de alimentos, pois propicia um repensar para além da matriz de produção, que avança sobre as relações dos homens e das mulheres com a natureza e também sobre as próprias relações de gênero. Nesta lógica, iniciativas eficientes de novas relações de gênero têm sido construídas a partir de processos agroecológicos integrados, visto que a maneira diversificada como o alimento é produzido neste modelo, junto do ato de alimentar-se e aos demais, e a forma de comercialização ganham outros significados e modos de serem praticados, em que se subtraem dicotomias e o trabalho das mulheres se visibiliza e ganha espaço na sociedade.

Emma Siliprandi (2015) enfatiza que as mulheres atuam de forma questionadora nos espaços da Agroecologia, procurando ampliar sua participação nos mais distintos espaços e influenciar de forma decisiva nas tomadas de decisões e nas estratégias de atuação e definição de pautas políticas. As mulheres envolvidas em tais processos organizativos e que se constituem como lideranças e/ou protagonistas no movimento agroecológico vêm trazendo questões que combinam sua perspectiva sobre a problemática ambiental nos debates (nas instâncias públicas e privadas), bem como com suas ações práticas reivindicando assim maior autonomia. A autora menciona ainda que a forma como as mulheres têm ocupado a Agroecologia como campo político, tem aberto espaços para debates e reflexões, jornadas, painéis e oficinas sobre temas de gênero, a participação das mulheres e o protagonismo feminino.

Vilênia guiar (2017), por sua vez, destaca que sistemas de produção diversificados, que envolvem a combinação de várias atividades tendem a transformar as relações familiares, já que estes dinamizam a unidade a unidade produtiva, possibilitando assim um grau maior de participação e igualdade de gênero.

Em que pese algumas ressalvas a esta assertiva supracitada, é possível inferir também que tais sistemas potencializem, no cotidiano da unidade de produção, o resgate de saberes e práticas, oportunizando assim, um maior envolvimento das mulheres em outras dimensões da vida produtiva. Nesta perspectiva, os sistemas agroalimentares protagonizados por mulheres e baseados na Agroecologia, dão concretude à proposta de um projeto social, ambiental e político capaz de propiciar as mudanças necessárias para promover assim a Soberania Alimentar.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MOVIMENTO DE TRABALHADORES/AS SEM TERRA (MST) ORIENTADO PELA AGROECOLOGIA EM DIREÇÃO AO IDEÁRIO DA EQUIDADE DE GÊNERO.

O Assentamento do Contestado, pertencente à região metropolitana de Curitiba, recebeu este nome em homenagem à população cabocla que lutou na Guerra do Contestado, em conflito armado com os representantes do poder estadual e federal brasileiro, travado entre outubro de 1912 e agosto de 1916, disputada pelos estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina (FRAGA, 2005).

Neste contexto, o Assentamento do Contestado é decorrente de meses de ocupação, iniciada em 7 de fevereiro de 1999, por algumas famílias da região de Curitiba, Balsa Nova, Lapa e outras regiões do Paraná (CAPITANI, 2016), as quais foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra (MST), do Brasil, cuja estratégia era ocupar áreas de empresas endividadas com a União e reivindicar que fossem destinadas à reforma agrária. Nesse quadro, a formação do acampamento teve como propósito pressionar o Estado para impulsionar o processo de desapropriação da área (GASPARI, 2016).

Nessa situação, José Misnerovicz (2017) acentua que um dos principais desafios em um acampamento que apresenta intencionalidade política está em

desconstruir e reconstruir valores e práticas, tendo como objetivo central a transformação social, sob responsabilidade coletiva. Desta forma, sucederia uma sociedade com mulheres e homens livres, em que os princípios da solidariedade, do companheirismo e da cooperação produtiva, humana e com a natureza fariam parte do cotidiano, não como imposições, mas como práticas de vida, postura de seres humanos éticos, humanizados, enfim reconstruídos.

Ana Paula Ferreira (2015) aponta que embora se originem dos mais diversos contextos sociais, a militância que integra o MST assimila regras e convenções partilhadas por todas e todos. E isso, se deve ao sentimento de pertencimento ao movimento, o qual se constitui como um campo que comporta uma estrutura definidora de ideologias e se reelabora com diferentes concepções e práticas sociais. Esse é um espaço de socialização, vivências, interesses e experiências, em que o *habitus,* a incorporação das estruturas e condicionamentos sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo, segundo Pierre Bourdieu (1983), abrange um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.

De tal maneira que, assim como afirmado por Jan Ploeg (2008) o MST tem exercido um papel importante na mobilização de pessoas, em lugares não agrários, para o meio rural, que passam a se encaixar no princípio camponês, visto que se tornam camponesas e camponeses ao mudarem para o campo intencionando dignidade, construção de alguma autonomia e perspectivas de uma vida melhor, na luta para escapar da miséria. Com efeito, é possível conceber que o retorno ou ida dessas famílias ao campo representa um exemplo do que o autor chama de processo de recampezinação e surgimento de novos atores sociais.

A relevância do princípio camponês se encontra em sua representação como saída para a crise do sistema agroalimentar que atualmente se configura como cada vez mais global e multidimensional, resultando, portanto na qualidade dos alimentos, na segurança da distribuição de alimentos, na sustentabilidade da produção agrícola e a negação das aspirações à emancipação de quem produz. Essa saída se centra na reconstrução substancial do capital ecológico, social e

cultural, sendo esses os recursos principais nos quais a agricultura camponesa cada vez mais se fundamenta (PLOEG, 2008).

Corroborando esta análise Priscila Diniz (2014) enfatiza que há uma emergente necessidade da (re)construção de um sistema agroalimentar baseado em novas relações sociedade-natureza, e no qual as família agricultoras e camponeses são os principais personagens da edificação da Agroecologia, tida como basilar para promover um desenvolvimento rural alternativo que tenha como perspectiva a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesta mesma linha, grande parte das famílias camponesas assentadas de reforma agrária, moradoras no Assentamento do Contestado, também atua na construção e fomento da Agroecologia.

O sistema de produção agroecológico visa garantir que a área utilizada seja um lugar sustentável e equilibrado. Entre as práticas mais comuns para substituir os sistemas convencionais encontram-se: a não utilização de agrotóxicos, o rodízio de culturas, a diversificação de espécies, o plantio em consórcio, o plantio direto, a adubação verde, o uso de adubo orgânico e o uso de minhocas (BRASIL, 2013). Assim como na Agroecologia, no modo camponês de fazer agricultura, a coprodução é central, ou seja, a interação é multifacetada e em constante evolução entre o ser humano e a natureza, havendo um processo de produção por meio do qual a natureza é convertida em bens e serviços para consumo. Seguindo essa lógica, mediante uma redescoberta e o desenvolvimento ativo do capital ecológico, a agricultura orgânica (mas principalmente aquela direcionada pela abordagem agroecológica) segue uma forte tendência fundamentada na estratégia da "agricultura de baixo custo" que visa reduzir o uso de recursos externos, melhorando e reutilizando recursos disponíveis internamente (PLOEG, 2000).

Eric Sabourin (2009) expõe seis características que definem a condição camponesa: a relação de coprodução com a natureza; a construção e a autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com os mercados diversificados, resguardando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e resistência à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade e a cooperação das relações de reciprocidade.

Neste sentido, Rubia Giordani, Islandia Bezerra e Mônica Anjos (2017) acrescentam à discussão o fato da produção do alimento agroecológico acionar

diferentes redes de sentido, como a integração e a dependência com o espaço e o conceito ampliado de saúde, que envolve um bem-estar que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração sociedade-natureza.

A partir da análise centrada na Perspectiva Orientada aos Atores Sociais (POA), preconizada por Norman Long e Jan Ploeg (2011), parte-se do pressuposto que os atores (agricultores e agricultoras), mesmo compartilhando os mesmo espaços sociais, políticos e econômicos, adotam estratégias semelhantes, mas heterogêneas, para solução de problemas comuns, evidenciando a existência de uma racionalidade própria, regida por seus critérios, interesses, experiências e perspectivas.

Desta forma, a agricultura orgânica e a agroecológica, evidenciam novas práticas e formas de organização dos atores, em que as necessidades e os recursos locais são configurados, reconfigurados e combinados (mediante processos complexos de conceituação e materialização) para criar soluções locais para problemas globais, em resposta à situação caracterizada por Ploeg (2008) como *squeeze* agrícola, gerada a partir do processo de modernização da agricultura, em que às famílias agricultoras são “comprimidas” entre, de um lado, pelo aumento dos custos de produção de insumos e tecnologias externas à propriedade e, de outro, pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas e alimentos, gerando queda constante na rentabilidade das atividades produtivas.

Durante a formação do Assentamento do Contestado a diretriz produtiva definida pelo Movimento Sem Terra para as famílias assentadas foi pautada na produção orgânica e agroecológica, sendo que esta intenção colocava o Assentamento na posição de se constituir, para o MST, como referência neste modelo produtivo. Ressalta-se que atualmente o Assentamento do Contestado se configura de fato como referência, especialmente, por este também ser o lócus da Escola Latino Americana de Agroecologia. (HOSHINO; RODRIGUES, 2016) e ter como eixos centrais a produção orgânica, práticas agroecológicas e experiências em sistemas de agrofloresta. No entanto, é preciso mencionar que algumas famílias deste mesmo Assentamento ainda persistem com suas produções baseadas no modelo de agricultura convencional.

A produção, o processamento, a rotulagem e a comercialização dos alimentos orgânicos no Brasil são regidas pela Lei nº 10.831/03 (BRASIL, 2003), que

regulamenta os processos de certificação para agricultura ecológica, sendo um destes o Sistema Participativo de Garantia que assegura as conformidades ao conjunto de normas e regras da qualidade orgânica dos alimentos.

Para as famílias do Assentamento do Contestado que produzem agroecológicamente a Rede Ecovida de Agroecologia, se caracteriza como um espaço de articulação entre agricultores/as familiares e suas organizações, de assessoria e pessoas envolvidas, e apoiadores/as da produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede representa um mecanismo de certificação participativa que assegura que os alimentos produzidos, processados e comercializados, cumprem com o que determina a legislação. Certamente este processo vem, ao longo dos anos, contribuindo para o fortalecimento da Agroecologia, mediante a disponibilidade de informações entre as/os envolvidas/os e criação de mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos por seus membros (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000).

Atualmente, a Rede avança em outros campos para além da certificação por intermédio do selo de qualidade orgânica e ecológica; sua proposta para organização social de centenas de grupos de famílias agricultoras compartilha práticas de produção que geram conhecimento mediante intercâmbios, reuniões, cursos, oficinas e publicação de materiais orientativos - pautando, desta forma, uma identidade sociopolítica, como destaca Julian Perez-Cassarino (2012). Este autor evidencia também que por meio de uma iniciativa, denominada Circuito Sul, a Rede Ecovida dispõe de um mecanismo de circulação de alimentos entre os núcleos da Rede, com o objetivo de atender às famílias integrantes, bem como garantir a diversificação dos canais de comercialização estruturados, resultando no fortalecimento da Rede e do movimento agroecológico.

Neste contexto de comercialização, grande parte da agricultura camponesa se baseia, sobretudo em circuitos curtos e descentralizados, por meio dos quais cerca de 85% da produção mundial de alimentos é canalizada, em que há interligação da produção e consumo de alimentos e escape do controle direto do capital, enquanto a agricultura capitalista e empresarial, fortemente centralizada, está constituída por grandes empresas de processamento e comercialização de

alimentos, que cada vez mais, operam em escala mundial, modelo referido por Jan Ploeg (2008) como Impérios Alimentares.

Segundo o mesmo autor, cotidianamente as camponesas e os camponeses desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar e resistir, e por vezes, acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. Trata-se de um processo fragmentado, com avanços e reveses, expresso na inserção diferencial das unidades de produção nos mercados. Desse modo, o fato de os/as camponeses/camponesas mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados cria espaços de manobra e estratégias para manter e ampliar sua autonomia (PLOEG, 2003).

De acordo com Adriano Santos (2015) as práticas sociais e tecnológicas das famílias que trabalham com a Agroecologia no Assentamento do Contestado contribuem para reforçar processos de campesinização e de sustentabilidade econômica e ecológica, garantindo sua reprodução, fortalecendo e ampliando uma autonomia relativa e processos de transformação social, assim como contribuindo para consolidação do campesinato contemporâneo.

O autor supracitado aponta que para o MST é nessa possibilidade de autonomia que está apoiada a condição de organizar e desenvolver resistência econômica, política e social das famílias agricultoras acampadas e/ou assentadas. Portanto, o acesso à terra, aos meios de trabalho e ao conhecimento, garante o domínio dos processos de produção agrícola, virtudes da condição camponesa e essenciais na sua resistência, que pode lhes garantir relativa autonomia.

Diante do exposto, evidencia-se que existe uma relação intrínseca entre o Assentamento do Contestado que data desde sua criação com a Agroecologia. Em que pese às situações de enfrentamento, coexistência da produção orgânica e/ou agroecológica com a produção convencional neste local, entre as próprias famílias assentadas, atualmente o Assentamento se configura, de fato, como referência em Agroecologia para MST.

No que diz respeito às discussões sobre as questões de gênero no MST Maria Paulilo e Cristiani Silva (2010) revelam que este debate está presente desde a formação do movimento, na década de 1980, e que foi fortemente influenciado pelo

Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA)[5]. De acordo com Gema Esmeraldo (2013), neste período, a emergência do MST e de suas mobilizações envolveu a totalidade da família, abrindo maior espaço para o protagonismo feminino. Ainda, segundo Neiva Furlin (2013), ao longo dos anos, gênero constituiu-se como tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do MST.

Kelli Mafort (2014) corrobora as autoras anteriores ao descrever que desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra. Na qual a participação das mulheres possibilita a organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. Neste contexto, o conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como construir novas relações de gênero.

Neste sentido, o estudo de Ana Paula Ferreira (2015) evidencia que o MST caminha no sentido de buscar uma possibilidade de igualdade e equidade de gênero, para que o Movimento, de fato, seja conduzido por homens e mulheres. Entre esses sinais que podem ser evidenciados, estão: o fato de ser norma do MST que cada núcleo de base dos acampamentos e Assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora; participação de 50% de mulheres, em cursos de formação; mulheres integrantes do MST coordenando setores nacionais e estaduais, em setores como educação, saúde, gênero, atuando também na produção, na formação, nos direitos humanos, nas finanças, na frente de massa. Estas são constatações que nos faz inferir que alguns passos estão sendo dados, no entanto, é necessário reconhecer que ainda existe uma longa caminhada.

Desde 2010 o MST desenvolveu uma pauta com suas principais reivindicações, a partir de uma reforma agrária efetiva e de caráter popular. Eis que dentre as propostas, no que se refere à organização da produção no meio rural, está promover uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, usando técnicas de produção agrícolas sustentáveis, em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando uma alimentação saudável (MST, 2010).

À vista disso, como salientado por Adriano Santos (2015), a produção agroecológica fornece alimentação para as pessoas na própria região produzida e

[5] A partir de 2004, o MMA/SC se unificou com os demais movimentos de mulheres no Brasil criando o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), de organização nacional (MAGRINI; LAGO, 2013). Conferir mais detalhes em Giovana Salvaro (2010).

faz parte de uma organização econômica e política das famílias. Ademais, possibilita certa autonomia, que rompe as teias da subalternidade. Para tanto, se faz necessário construir ações pedagógicas que busquem desfazer paradigmas, como o tecnológico e o mercadológico, construindo e reconstruindo as concepções de mundo e de vida em sociedade, ampliando paradigmas que coexistem e podem harmonizar-se nas relações produtivas.

Pode-se inferir que grande parte das experiências em curso desenvolvidas pelas famílias agroecológicas no Assentamento do Contestado e aquelas em processo de conversão, demonstram os esforços empregados para materializar as transformações necessárias, no âmbito público e privado. Assim, este capítulo serviu para caracterizar esse campo empírico trazendo elementos que puderam caracterizar a luta, mas também as conquistas.

É importante ainda ressaltar que o contexto deste campo possui uma série de variáveis que de forma direta e/ou indireta se relacionam com a escolha da metodologia empregada e, mais ainda, com a escolha do tema empreendido.

O capítulo seguinte traz, portanto, os resultados da pesquisa de campo, respondendo aos questionamentos que dispararam as inquietudes e ainda viabilizando outras inquietações.

CAPÍTULO 3

3.1 DOS ACHADOS EMPÍRICOS ÀS CONEXÕES TEÓRICAS: MULHERES, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA.

IMAGEM 5 – ERITRINA. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 6 – COLORAU. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 7 – LANTERNA-JAPONESA. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

FONTE DAS IMAGENS 5, 6, 7: Elaboração própria. Assentamento do Contestado (2018).

Como já mencionado anteriormente, participaram desta pesquisa, segundo os critérios de inclusão, mulheres assentadas de reforma agrária que residem no Assentamento Contestado, possuíam e/ou possuem participação ativa do grupo de certificação participativa - *Che Guevara* e ainda estão comprometidas com atividades relacionadas à produção agroecológica.

A variação de idades entre as dez mulheres entrevistadas está entre 15 e 52 anos. O tempo de duração da realização das entrevistas variou de 50 minutos a 1hora e 10 minutos. Para cada 10 minutos de áudio foram necessários aproximadamente 60 minutos de transcrição, ou seja, cada transcrição levou em torno de 300 a 420 minutos (ou seja, de 5 a 7 horas) para ser finalizada.

Alguns sinais e convenções, correspondentes a marcas textuais em que as transcrições estão pautadas, foram utilizados para indicar características nas citações diretas das participantes que estão evidenciadas ao longo das discussões. Equivalentes a: reticências entre colchetes foram usadas para indicar omissão de palavras ou parte do texto citado; as palavras entre colchetes refletem observações da pesquisadora; vírgulas quando há pausa na fala da participante; algumas falas das mulheres foram colocadas entre parênteses como forma de acréscimo ou explicação ao texto; palavras e/ou partes pertinentes das citações foram selecionadas com sublinhado com intuito de destaca-las; e aspas foram acrescentadas quando a participante no decorrer de sua fala se autoquestionava.

Para as Análises de Conteúdo, das dez participantes (cujas falas estão identificadas pelas seguintes designações correspondentes: Araucária; Sininho; Jasmim-grado; Bracatinga; Lanterna Japonesa; Eritrina; Eucalipto; Colorau; Louro; Aroeira), foram estruturadas cinco Categorias Temáticas Apriorísticas. Estas foram definidas com base no corpus do trabalho, e as produções de sentido dos discursos.

Desse modo, foram identificadas as seguintes Categorias Temáticas:

1.Motivações para as práticas e saberes agroecológicos;

2.Significados, Percepções e Mudanças vinculadas a Agroecologia;

3.Agroecologia enquanto criadora e fortalecedora de processos de empoderamento e construção de autonomia para as mulheres;

4.Dinâmica da produção agroecológica e seus destinos;

5.Relações de gênero nas tomadas de decisões sobre produção, processamento, alimentação e comercialização.

Primeiramente, convém contextualizar de forma sucinta alguns aspectos do lugar de enunciação do qual as participantes provêm, para compreender o desafio que cabe o *falar com*, e não apenas o *falar sobre* elas, bem como evidenciar de antemão que seus discursos estão imbricados de processos que favoreceram suas atuais produções de sentidos.

3.2 MULHERES CAMPONESAS EM DISCURSO: LUGAR DE FALA E IDENTIDADE POLÍTICA

Segundo Djamila Ribeiro (2017), uma teórica do feminismo negro contemporâneo, o *lugar de fala* pode ser entendido como o ponto a partir do qual cada pessoa compreende o mundo e, portanto, constrói interpretações sobre o mesmo, faz pesquisas e produz conhecimento. Mais do que isso, a autora destaca que a forma de compreender o mundo é perpassada por elementos estruturais, enfatizando que quando se falam de pontos de partida, não se fala de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.

De acordo com a autora citada, ainda que lugar de fala tenha na experiência e visão de uma pessoa seu ponto de partida, o foco não se limita a esta forma individualizada, mas em entender as condições sociais que constituem o grupo do qual aquela pessoa faz parte e quais são as experiências que compartilha como grupo. Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, já que neste contexto existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham o direito a fala, à humanidade ou mesmo às condições dignas de acesso.

Desta maneira a fala é assimilada enquanto uma dupla dispersão: por um lado o cruzamento de vários dizeres; e por outro, as várias posições que o sujeito pode ocupar. Sendo então o discurso heterogêneo: "*quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos, à natureza das linguagens e às posições do sujeito*" (ORLANDI, 1999, p. 70). O discurso não é homogêneo, mas é marcado pela multiplicidade e alteridade, já que as palavras são repletas de sentidos, e vêm sempre de um já-dito na fala do outro: nenhuma palavra é neutra, mas

inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada (AUTHIER-REVUS, 1990).

Elementos de identidade, que apareceram no processo de constituição discursiva das entrevistadas, e foram evidenciados durante a pesquisa empírica, merecem destaque, como o fato das participantes se perceberem enquanto *mulheres camponesas assentadas de reforma agrária e membros do MST*, que já passaram por um processo de mobilização e luta pela terra, e que estão inseridas em um circuito de certificação participativa (Rede Ecovida), de modo que já possuem sua produção agroecológica certificada. A inserção no MST, e ainda terem sido assentadas no Assentamento do Contestado, cujo território dispõe da Escola Latino Americana de Agroecologia/ELAA, da Cooperativa Terra Livre (um importante canal de comercialização dos alimentos agroecológicos) e, por fim, ser do Grupo de Certificação Participativa – *Che Guevara* - contribui para que estas mulheres se identifiquem sem titubear como camponesas e assentadas. Podemos inferir que carregam em suas identidades o conhecimento e o reconhecimento do que é lutar, e mais ainda, que sabem o valor e a necessidade das lutas, bem como o valor da participação política.

A utilização da categoria "*mulher camponesa"* remete a uma mudança conceitual e política, que unifica movimentos *na* e *pela* criação de uma identidade política comum. O termo *camponesa,* de acordo com Maria Ignez Paulilo (2004), tem uma conotação política de criação de identidade em momento de lutas. Sobre a categoria *camponesa,* o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) produz o seguinte esclarecimento (grifo meu):

> Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência, e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e <u>assentadas,</u> assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legitimam e confirmam, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC-Brasil, 2005).

Diante dessas constatações, se reconhece que as participantes partem dos seus respectivos lugares de fala, que perpassam por sua trajetória de identidade política, que as distinguem de outras mulheres na construção de seus discursos e nas formas de como experienciam o "ser mulher"[6] e, portanto partem de diferentes racionalidades.

De tal modo, reafirmamos a necessidade de reconhecer os respectivos "lugares de fala", como parte do processo que se propõe apresentar nesta pesquisa, sendo, portanto as participantes, mulheres camponesas e agroecológicas.

Feitas estas considerações, serão apresentadas as cinco categorias temáticas apreendidas no campo empírico a partir das concepções vivenciadas (ouvidas, sentidas, observadas) com as mulheres nos seus cotidianos.

3.3 CATEGORIAS TEMÁTICAS

3.3.1 Primeira Categoria Temática.

- Motivações para as práticas e saberes agroecológicos:

Na trajetória da Agroecologia na vida das participantes desta pesquisa, a produção de sentido que teve maior expressividade na maioria dos enunciados estava atrelada ao processo de se tornarem assentadas no *Assentamento do Contestado*. Uma vez que todas expressaram as mesmas aspirações e, sobretudo, concordância em relação à proposta formativa do Assentamento, a qual foi transmitida pelas lideranças do MST que "as pessoas interessadas em constituí-lo, deveriam trabalhar com a recomendação de que a matriz produtiva deste local deveria ter como princípio a Agroecologia". A seguir, destaca-se um desses enunciados que contempla essas assertivas:

> *Para o Assentamento e para meu lote individual, era uma discussão que tinha no MST, seria um dos princípios do movimento, tava começando a surgir os debates, nas direções e coordenação do MST, e foi para o Assentamento essa linha de produzir agroecológico e orgânico, nessa*

[6] Torna-se essencial levar em consideração que apesar da referencia em formato singular de "ser mulher", assume-se aqui um enfoque interseccional, uma vez que se reconhece que existem múltiplas formas de "ser mulher", sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum, como constatam Rita Gomes, Conceição Nogueira e Maria Toneli (2015). Neste sentido, estas autoras reconhecem a pluralidade nas dimensões singulares e locais da vida das mulheres, rompendo com a ideia de que seja possível universalizar as discussões, uma vez que as dimensões socioculturais são fundamentais para a compreensão das dinâmicas que transversalizam as discussões.

> *época. (...) e as famílias já foram se organizando para produzir orgânico, e também a Escola Latina de Agroecologia, se instalou no Assentamento e foi talvez o que apareceu mais na época. (Araucária, 2018).*

Esses enunciados corroboram as informações já compartilhadas no tópico (2.3) correspondente a caracterização da área deste estudo, com destaque para reportagem evidenciada por Camila Hoshino e Camila Rodrigues (2016). Nesta perspectiva, os discursos comunicam a contribuição fundamental que o MST teve, ao longo do processo organizativo das experiências que conceberam o Assentamento do Contestado, para adoção da Agroecologia como modelo produtivo de alimentos. Representações que também foram identificadas como motivação para adesão da Agroecologia em outros Assentamentos como apresentado na pesquisa de Rosemeire Scopinho, José Gonçalves e Thainara Melo (2016).

Neste cenário, nota-se que as produções de sentidos pontuadas pelas participantes, se equivalem de assimilação e respeito às normativas, convenções, condicionalidades e reivindicações partilhadas por todas a partir da incorporação do sentimento de pertencimento ao MST e suas ideologias e suas reelaborações com diferentes concepções e práticas sociais. Convém destacar a relevância da Escola Latino Americana em Agroecologia (ELAA) e da Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, as quais se constituem como importantes espaços de organização social no processo de construção do conhecimento agroecológico e de difusão das práticas agroecológicas estabelecidas no Assentamento do Contestado. Ambas também foram mencionadas como elementos motivadores na construção da Agroecologia na vida de algumas interlocutoras.

Com relação às práticas educativas em Agroecologia, desde 2002, elas integram o escopo de ações do MST, no estado do Paraná, visando à qualificação da formação política e técnica de seus sujeitos, na intenção de que seja possível a promoção da transição e consolidação da Agroecologia (KAMINSKI et al., 2017).

A ELAA foi inaugurada em 2005, e desde a sua concepção seu principal objetivo era a de contribuir para a qualificação técnica, capacitar militantes e ativistas da América Latina e Caribe para atuação em Agroecologia em seus locais de origem (KAMINSKI et al., 2017). Observa-se que para além da relevância de seus processos formativos e emancipatórios a ELAA, cumpre também o papel de multiplicar a Agroecologia, especialmente, entre as juventudes, público que, em geral dadas às atrações das cidades, não possuem experiências prévias em

Agroecologia. Neste sentido, a ELAA desperta nesses indivíduos um processo de ressignificação de conceitos, incorporando assim discursos e práticas voltados à defesa e à compreensão da Agroecologia como paradigma produtivo, mas também de ser e de viver. Esta concepção pode ser percebida na fala a seguir:

> *A Agroecologia na minha vida entra em 2014, quando eu venho estudar na Escola Latino Americana de Agroecologia [ELAA], é ai que eu começo a ter contato com a Agroecologia (...) (...) a Agroecologia foi entrando aos poucos na minha vida e é uma das coisas que hoje que eu defendo. (Sininho, 2018).*

Já a Cooperativa Terra Livre, foi criada em 2010 com o objetivo de viabilizar a comercialização da produção ecológica certificada pela rede Ecovida, sendo que sua principal fonte de comercialização é o mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e recentemente canais de comercialização articulados a circuitos curtos, como as encomendas de cestas de alimentos agroecológicos, a maioria produzida pelas famílias assentadas, entregues em feiras e/ou locais parceiros nos municípios da Lapa e Curitiba (KAMINSKI et al., 2017). O fato de uma família se tornar associada à cooperativa com intuito de comercialização de sua produção, também reflete um incentivo para incorporação da prática agroecológica, como pode ser observado na fala explicitada pela participante:

> *Eu comecei em 2010, quando eu entrei na cooperativa, aí que começou a vir esses projetos que tem, dai como a Cooperativa é vinculada para Agroecologia, já começamos a produzir agroecológico. (Aroeira, 2018).*

Nesta categoria, também se sobressaem argumentações como essa:

> *Então, a Agroecologia na minha vida [fala sorrindo], desde o começo eu morava mais com meus avós, eles faziam Agroecologia, mesmo sem saber (...). Quando eu vim morar para cá [no Assentamento do Contestado], desde o princípio a ideologia do Assentamento era ser agroecológico (...) (...) então a minha realidade desde o princípio foi entorno da Agroecologia, da produção orgânica, da alimentação saudável. A história inteira da minha vida é em volta da Agroecologia. (Bracatinga, 2018).*

Os quais retratam como o percurso na Agroecologia possibilita a manutenção, o resgate e a valorização de saberes e fazeres tradicionais fundamentais e intrínsecos as camponesas e aos camponeses que aparecem como sujeitos detentores desses conhecimentos adquiridos historicamente, por meio do trabalho

com a terra e das relações sociais no campo que são transmitidas de geração em geração, recuperando uma herança agrícola, como uma (re)construção da memória, de caráter horizontal para o processo de aprendizagem, mediante uma combinação dos saberes-fazeres tradicionais dos quais essas pessoas são portadoras-herdeiras, reforçando as colocações de Diógenes Rabello (2018). De fato, como o autor acrescenta, para chegar até a Agroecologia, também há um caminho ideológico a ser percorrido, em que toda a inversão de concepções sobre o campo, agricultura e alimentação emergidas do modelo de agricultura convencional vão sendo dissipados e suprimidos pelos novos entendimentos e cosmovisões a partir da Agroecologia. Diante disso, destacam-se os sentidos dos discursos principalmente das participantes desta pesquisa que em algum momento de sua vida perpassaram por experiências de agricultura convencional e tiveram de percorrer tais caminhos e (re)significações até a inserção na Agroecologia, como o destacado na sequência.

> *(...) como eu fui aprendendo lá com meu pai* [na agricultura convencional]*, fui desaprendendo aquele jeito e construindo um novo jeito, depois foi evoluindo, "ah, mas não é só orgânico?", é a questão da Agroecologia, que envolve não só não usar veneno, mas preservar e outras questões, é uma mudança de modo de vida assim também, de forma de ver a relação do ser humano e natureza. (Eritrina, 2018).*

Ademais, ao entorno do processo de experimentação e aprofundamento dos princípios, saberes e práticas agroecológicas algumas das mulheres apontaram que a construção do conhecimento agroecológico não se limita ao saber científico, acadêmico e convencional, mas destacaram a relevância das trocas de experiências e saberes-fazeres tradicionais, tanto entre a vizinhança que adota a Agroecologia no Assentamento do Contestado como em vivências externas na participação em cursos, estudos, eventos, encontros e jornadas como processos de incentivo e aprendizado que se refletem na valorização dos conhecimentos tradicionais, nos saberes construídos na prática e vivência da agricultura ecológica, e na adaptação e aperfeiçoamento de suas estratégias e formas de organização da produção agroecológica. A fala seguinte ilustra esta assertiva:

> *Depois nós fomos tomando gosto pela Agroecologia, tomando gosto, com os encontros, as trocas de experiência, fomos aprendendo como lidar e fazer Agroecologia. (Lanterna Japonesa, 2018).*

Neste contexto, Bianca Lima e Waldiléia Amaral (2009) enfatizam como a participação em experiências agroecológicas, que estimulam as práticas de intercâmbio como ferramenta pedagógica para a expressão e troca de saberes, possibilita a ampliação do espaço de atuação das mulheres, colocando-as em contato com outras redes de sociabilidade e legitimando suas contribuições. Fatores que delineiam as participantes desse estudo como construtoras do conhecimento agroecológico.

Infere-se que agroecologia, enquanto uma bandeira de movimento social e/ou campo de conhecimento científico e/ou prática produtiva apareceu na trajetória dessas mulheres como uma novidade, seja no contexto da ocupação do Assentamento do Contestado, a partir do estudo na ELAA, da inserção na Cooperativa Terra Livre e/ou passando a ser resgatada como herança familiar. Neste processo a Agroecologia tem sido, de um modo ou de outro, por elas praticada, e crescentemente difundida por vários mecanismos e formas de comunicação estabelecidas no cotidiano, seja em intercâmbios dentro do Assentamento ou fora dele.

3.3.2 Segunda Categoria Temática.

֍ Significados, Percepções e Mudanças vinculadas a Agroecologia:

Nesta categoria verifica-se que as participantes atribuem sentidos a Agroecologia pontuando-a como um modelo viável e alternativo de produção e consumo sustentável, que se contrapõe ao agronegócio, e vinculando-a a noções de saúde em contexto amplo e de soberania alimentar, uma vez que tanto assimilam a Agroecologia como promotora de saúde de quem produz e de quem consome os alimentos agroecológicos, apontados como saudáveis, com mais nutrientes e de qualidade, saborosos, seguros, puros e limpos por serem livres de agrotóxicos e químicos, estes denunciados como venenos, como também pelos sentimentos de bem-estar, amor, satisfação, segurança e liberdade gerados na prática agroecológica, como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

> *(...) eu não me arrependo do que estou fazendo, hoje eu tenho orgulho do que eu faço, até brinco com as crianças, com quem vêm aqui, eu digo assim que eu vivo no paraíso (sorri), porque eu faço o que eu gosto. (...) você tá fazendo com tranquilidade, com gosto (...). Eu acho que a Agroecologia eu tenho assim que nós estamos produzindo vida, saúde, aonde que você*

> *conhece as plantas medicinais que você pode, do chá, a comida mesmo, que nem eu falo assim: a saúde entra pela boca. (Louro, 2018).*

> *Mas a Agroecologia (...) (...) é plantar sem ter que depender muito de comprar as coisas de fora, de trazer de fora (...) (Lanterna Japonesa, 2018).*

> *Eu acho que produzir agroecológico é ir contra, o agronegócio, essa máquina de destruir vida, de destruir, nossa alimentação. Eu acho que a produção agroecológica tem um potencial enorme, e ela vem pra mostrar que é possível produzir, alimento saudável, sem veneno, sem agrotóxico, e trazer uma melhor qualidade de vida, tanto da saúde, tanto física, mental, eu acho que a produção de alimento saudável é isso, quando você não precisa estar ali se envenenando (...). (Sininho, 2018).*

Tais concepções estão articuladas ao caráter interdisciplinar das diretrizes da Agroecologia que dialogam com as propostas da promoção da saúde e da soberania alimentar, uma vez que possuem como base práticas produtivas e alimentares que sejam ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis, promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural (CONSEA, 2009).

A produção de sentido das participantes quanto à Agroecologia como promotora de saúde, pautada em uma concepção mais ampliada, corrobora o conceito de saúde definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1996), que a caracteriza como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doença. Direito social inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, gênero, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos e todas, como referido por Silvana Ribeiro (2013).

Por sua vez, as apreensões das participantes vinculadas a Agroecologia enquanto promotora da soberania alimentar, se dá pelo fato de reconhecerem que esse modelo produtivo fomenta segurança e liberdade ao permitir que as camponesas e os camponeses definam seu próprio grau de autossuficiência alimentar e desenvolvam sistemas produtivos e de consumo autônomos, ainda que em parte, que reduzem sua dependência de mercados globais e de grandes corporações, concepções abarcadas nos princípios para o alcance da soberania alimentar, definida pela Via Campesina (1996).

Dessa maneira, as mulheres desta pesquisa discorrem sobre a Agroecologia como uma estratégia que materializa a soberania alimentar, e manifestam a integração e exercício desta em seus cotidianos, como uma atividade simples,

porém complexa, como exposta por Esther Vivas (2014), pertinente ao ato soberano, que engloba liberdade do "poder decidir", no caso de quem produz o que e de que maneira será plantado. E, de quem consome neste caso delas (autoconsumo familiar) e para aquelas pessoas que consomem o que elas e suas famílias produzem a segurança de “saber o que se está comendo”.

Vandana Shiva (2015), durante a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), declarou que o modelo de produção agroecológico promove nutrição e saúde para as pessoas, mas o sistema alimentar industrializado subtrai a capacidade de resiliência dos cultivos e a nutrição. Neste mesmo sentido, as mulheres integrantes da pesquisa afirmam que um princípio para o alcance da soberania alimentar esta na priorização de uma alimentação agroecológica, baseada no consumo de alimentos *in natura* e no distanciamento do consumo de produtos industrializados, assim como recomendado pelo Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014) e como ponderado por Vandana Shiva (2015) de que existe uma falta de liberdade de escolha, em estilos de vida baseados em *ultraprocessados*[7], pois há uma imposição nesse contexto de produção e consumo de alimentos como mercadorias.

As mulheres são sujeitos importantes na discussão sobre a soberania dos povos, a manutenção da cultura dos povos camponeses e tradicionais e o respeito à vida e ao meio ambiente, pois constituem o grupo mais afetado pelo peso do sistema agroalimentar atual, que altera e invisibiliza cada vez mais sua atuação na sociedade (SILIPRANDI, 2013). Ignorá-las é permitir que se construísse outra forma de entender e organizar a produção com novas alternativas que continuarão desconhecendo a capacidade e a importância das mulheres na contribuição para o desenvolvimento e para uma maior sustentabilidade da vida.

Concomitante às percepções anteriores, algumas produções de sentidos das mulheres e atividades desenvolvidas por elas, evidenciadas durante a observação participante, se relacionam a uma perspectiva sistêmica e holística sobre as formas de vida, inter-relacionadas com o cuidado do solo, plantas, animais e natureza na

[7] De acordo com o Guia Alimentar da população brasileira (BRASIL, 2014), alimentos ultraprocessados, na verdade não são alimentos propriamente ditos, são formulas industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos).

Agroecologia, mediante práticas de manejo ecológico, equilíbrio nutricional do solo, diversificação da produção nos agroecossistemas, plantio de espécies consorciadas e controle biológico. Assim, corroborando as discussões de Ana Maria Primavesi (2002; 2016), as participantes refletem sobre os princípios da produção ecológica, observando a ecologia da vida, a conhecendo, se integrando aos ecossistemas naturais capazes de manter e gerar vida, com todas as estruturas e os serviços ecossistêmicos desenvolvidos, produzir e até corrigir desequilíbrios com o mínimo de interferência humana. A seguinte narrativa compõe uma das que representam este significado da Agroecologia:

> *Significa cuidar da vida, porque não é só o cuidar da planta, você cuida do solo, você cuida dos animais que tá no solo, você acaba cuidando de você mesmo. (...) Agroecologia não é matar* [os insetos e animais denominados de pragas]*, é fazer uma forma com que ele saia sem matar, é ter equilíbrio. (Bracatinga, 2018).*

É bem verdade que este “cuidado” trata-se de uma construção social, que foi muito bem aproveitado pelo sistema patriarcal e capitalista para demarcar as atribuições de gêneros, em que os diferentes espaços, trabalhos e atividades relacionados a componentes subjetivos das necessidades humanas, os quais são comprometidos com a sustentabilidade dos processos da vida e reprodução humana, não dispõem do mesmo reconhecimento social (e econômico) daqueles com carga objetiva, uma vez que há entre eles componentes hierárquicos de valores – sobretudo monetário -, como explicitado por Cristina Carrasco (2002). Em virtude dessa perspectiva, a autora destaca que têm se estabelecido a visão de uma sociedade dividida em duas esferas, a pública (masculina), relacionada ao componente mais objetivo das necessidades humanas (único reconhecido), focado no que se considera social, político e econômico e regida por critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina), que incorpora noções subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas, se foca no lar e se baseia em laços afetivos e sentimentos, e ao contrário da anterior se encontra desprovida de valorização social, política ou produtiva (e, portanto não monetária).

Contudo, no argumento de *Bracatinga*, exposto anteriormente, a Agroecologia é reconhecida como uma visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe uma vida sem violência, regida pelo respeito e por relações sociais pautadas em

uma lógica de ecodependência, entendendo o ser humano como parte do ambiente em que vive. E de fato, sublinha que experiências em prol de novas formas ecológicas de repensar o modelo de produção, evidenciam que é preciso assumir a valorização do trabalho de reprodução social e cuidado, historicamente desvalorizados.

Ainda, acerca das mudanças instigadas pela inserção na Agroecologia, as participantes evidenciaram que apesar de manterem algum vínculo com compras em mercado para consumo, daquilo que não produzem, a prática agroecológica trouxe a elas e suas famílias uma disposição de melhorias na alimentação, na saúde, na qualidade de vida e do agroecossistema em que vivem, bem como no acesso regular a alimentos. Referiram-se a mudança de hábitos alimentares, resultando em aumento no consumo de alimentos in natura (principalmente de saladas, verduras, legumes, raízes e frutas), maior diversidade de alimentos consumidos no dia a dia, descobrimento, inclusão na alimentação e valorização de alimentos antes desconhecidos (tanto de alimentos convencionais como de Plantas Alimentícias Não Convencionais – as PANC), consumo de alimentos sazonais de acordo com o que é produzido, novos aprendizados de receitas e formas de preparo de alimentos que passaram a incluir no cotidiano, maior consciência sobre o ato alimentar e sobre a qualidade do alimento. Como se nota na fala a seguir:

> *(...) a gente tem mais variedade de alimentos, tem mais diversidade. Consumimos um pouco de tudo o que é produzido. (...) Uma coisa que a gente não comia, na verdade nem conhecia, mas com essas trocas a gente foi conhecendo novos tipos de alimentos, dai a gente passou a consumir. Uma coisa que eu não comia de jeito nenhum era jiló e quiabo, e que nem agora eu gosto de quiabo e de jiló [sorri]. Eu não comia de jeito nenhum, mas depois pegamos experiência com as vizinhas, aprendi a fazer e estamos consumindo agora. Esses novos alimentos. (Aroeira, 2018).*

Ademais, para além de ganhos econômicos e mudanças na percepção do modo de produzir e de consumo, as mulheres mencionaram transformações em seus modos de viver, de pensar e de ver o mundo, a vida e a relação do ser humano com a natureza e com os outros seres, guiadas por uma configuração marcada por aspectos políticos, econômicos, de preservação, convivência, união, confiança, resistência, perseverança, pertencimento, integralidade e cuidado. Esta assertiva fica evidente na fala a seguir:

> *(...) é uma mudança de forma de pensar, de viver, de ver a relação ser humano e natureza, porque você não simplesmente se utiliza da natureza de uma forma exploratória, mas você vai convivendo com a natureza, vai produzindo de forma que não prejudique a natureza que nós estamos inseridos, que a gente não é algo a parte. (Eritrina, 2018).*

A narrativa de *Eritrina* corrobora a definição de Agroecologia, abordada pelo MMC, enquanto princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral, sendo, a partir do qual, possível resgatar o sentido da agricultura como arte, como cultura de lidar com a terra. A partir do feminismo camponês e popular, as mulheres camponesas assumem que optar por um projeto popular de agricultura camponesa e agroecológica significa incorporar um novo modo de vida (MMC/BRASIL, 2018).

Rubia Giordani, Islandia Bezerra e Mônica Anjos (2017), ressaltam que a produção do alimento agroecológico aciona diferentes redes de sentido, como a integração e a dependência com o espaço, assim como renova os significados dos elementos da natureza, amplia o conceito de saúde, que envolve um bem-estar e um bem viver [8] que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração sociedade-natureza. Dessa maneira, as autoras salientam que nesse processo ao envolver um sistema de produção que renova significados a alimentação resgata e reflete uma ligação primordial do ser humano com a natureza e sua posição genuína de dependência e cuidado para com o planeta – aciona redes de sentido, não restrita à sua função nutricional, sendo essa até mesmo dilatada pela noção do bem e bom comer.

Com relação ao complexo e dinâmico sistema de trocas (de saberes e materiais vegetativos) entre o coletivo de famílias agroecológicas do Assentamento, e entre outras comunidades, há reforço na ideia de que para além de um processo de intercâmbio que estimula a prática agroecológica, há enunciações que o destacam como determinante de mudanças relacionais, amparadas por laços de solidariedade/reciprocidade que potencializam a diversificação dos cultivos, ampliam conhecimentos e técnicas, geram troca de sementes, união, convívio e interação entre as pessoas envolvidas, por meio da experimentação, da observação e dos diálogos realizados nessa rede de relações. Estes achados são semelhantes aos

[8] Bem viver configura-se como um conceito que nasce na América Latina, especificamente a partir das bases culturais dos povos originários da América do Sul e dos movimentos indígenas no continente, como forte crítica ao processo liberal e civilizatório e como proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente (VANHULST; BELLING, 2013).

apresentados no estudo de Gabriela Moreira (2017). E podem ser verificados nos seguintes conceitos:

> *(...) a gente começa a conviver mais, a gente vai tendo união, sai mais de casa, convive mais com o coletivo, troca ideia. Às vezes no plano de visita umas vizinhas, vão lá já troca umas ideias [sorri], já traz umas sementinhas, troca muda. É muito bom a parte da convivência, é muito bom. (...) Quando vem as pessoas de fora fazer visita aqui na propriedade eu me sinto valorizada, aumenta até a autoestima [sorri]. (Aroeira, 2018).*

> *Agroecologia não é só mexer na terra, a gente tem que abrir oportunidades de conversar, de aprender com o outro. Eu acho que isso é o mais legal da Agroecologia [sorri], não é só ficar lá nos livros, lendo, lendo. Isso é importante também, mas tem a troca de conhecimento. (Bracatinga, 2018).*

A produção de sentidos sobre as mudanças promovidas no cotidiano das mulheres manifesta a influência da socialização nesse processo, estar na Agroecologia, para essas mulheres, possui significados que correspondem ao ganho de conhecimento, reconhecimento, conquista de espaço e valorização. O intercâmbio de saberes-fazeres traz para elas novos parâmetros e valores do estar junto no processo de aprendizado do trabalho agroecológico, e nesse movimento se reconhecem ao mesmo tempo em que são reconhecidas pelas outras pessoas como referência em Agroecologia. Aqui, ressalta-se que fazer parte do MST facilitou esse processo organizativo já estimulado pelo movimento.

Nesse sentido, a construção da Agroecologia vai além da produção agrícola sustentável, ultrapassando questões ambientais, econômicas e alimentares. Entre os princípios da Agroecologia está à busca pela diversidade, incluindo diversidade de espécies, diversidade de culturas, diversidade de saberes e a interação entre esses. Busca-se mediante seus princípios uma transformação social, o resgate e valorização dos saberes e fazeres locais, e dessa forma a Agroecologia atua também como um modo de vida.

3.3.3 Terceira Categoria Temática.

- Agroecologia que cria e fortalece processos de empoderamento e construção de autonomia para as mulheres:

O empoderamento e a autonomia são temáticas centrais para as mulheres que se envolvem e se dedicam à construção da Agroecologia. De acordo com Inmaculada Buendía-Martínez e Inmaculada Carrasco (2013), empoderamento é o

mecanismo pelo qual as pessoas passam a tomar conta de seus destinos, tendo consciência de sua capacidade e competência para administrar seus atos e suas consequências, dando um passo importante na construção de sua cidadania.

Na perspectiva feminista, Sardenberg (2009) considera que o empoderamento das mulheres, abarca o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação e de liberdade, tratando-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. Desta forma, o empoderamento das mulheres implica em questionar, desestabilizar e, por fim, alterar a ordem patriarcal que sustenta os processos e estruturas da opressão de gênero. Por conseguinte, empoderamento é um conceito utilizado nos estudos de gênero como um aporte analítico que permite conhecer o processo de adição de poder e de aumento de controle das mulheres sobre suas vidas. Sendo assim, o processo de empoderamento relaciona-se com a possibilidade de transformação da ação dessas mulheres visando à superação de desigualdades (SEN, 2000; ZORZI, 2008).

Nesse ponto Nelly Stromquist (1997, 2002) propõe dimensões que constituem o empoderamento, como a dimensão cognitiva (desenvolvimento de uma visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima e confiança positiva), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente).

O empoderamento, portanto, pode ser observado como um dos principais elementos que passa a ser conquistado ao longo de todo processo participativo das mulheres a partir das suas experiências agroecológicas. Na sequência, as assertivas das participantes evidenciam dimensões do empoderamento criadas e fortalecidas pela Agroecologia em suas vidas:

> *Eu acho que quando a gente vai ocupando esses espaços da universidade, dos encontros do movimento ou outros encontros, que tem por aí que a gente vai fazendo essas falas, a gente vai se empoderando, vai cada vez mais se fortalecendo, e vendo que a gente é capaz (...).*
>
> *(...) a partir que eu conheço a Agroecologia e percebo que ela é toda essa totalidade, que a primeira impressão que a gente tem é a produção, mas a partir do momento que eu percebi que ela é uma totalidade, comecei a defender isso, eu acho que a Agroecologia trouxe principalmente essa formação do pensamento crítico, de ter um olhar crítico para as coisas, que vai parecer que a gente vai criticar, mas não é nesse sentido. É um olhar assim que a gente olha as coisas e interpreta e vê porque que isso tá acontecendo. Então eu acho que é principalmente no pensamento, acho que a Agroecologia transformou. (Sininho, 2018).*

Sininho demonstra com muita clareza que a Agroecologia lhe oportunizou conhecer e se apropriar de saberes/conhecimentos, nos dizeres e na prática, e ainda a valorizar toda a sua "bagagem" de conhecimentos ancestrais sobre o fazer agricultura. Isaura Conte, Noeli Weschenfelder e Catiane Cinelli (2010) citam que o processo de construção da identidade feminista das mulheres do MMC de Santa Catarina/SC ganha força à medida que as mulheres passam a ocupar outros espaços, além das suas casas. Espaços aqui apontados pelas participantes como aqueles fomentados em seus percursos na Agroecologia, elas refletem sobre os pressupostos nos quais foram socializadas, modificam a forma de se posicionar no mundo e com as pessoas ao seu redor, se dão conta das desigualdades de direitos em seu dia a dia, que antes eram vistas como naturais e, assim, começam a se questionar e a questionar a realidade vivenciada, compreendendo que o seu cotidiano pode ser diferente.

> *(...) a forma de se organizar da Agroecologia, eu nunca tinha feito papel de uma coordenadora, se impor no meio das outras pessoas, eu era aquela que ficava quietinha, por que eu sempre fui muito tímida e isso foi uma coisa que o convívio com as pessoas foi mudando. A forma de ser eu mudei muito, eu comecei a participar nas reuniões, peguei mais responsabilidade. (...) No meu caso, a minha liberdade veio por questão da Agroecologia, eu fui coordenadora, não que os meus pais não me deixavam sair nem nada, mas eu tenho mais confiança em ir no encontro do ENA [Encontro Nacional de Agroecologia]. (...) A minha liberdade foi no espaço de conhecimento, uma liberdade de conhecimento maior, não é uma coisa muito assim ah é dinheiro, claro que [sorri] a parte financeira também é muito boa (Bracatinga, 2018).*

Bracatinga, mediante as suas palavras, explicita que a sua participação nos processos que trazem a Agroecologia como foco. Ao ocupar espaços de disputas que – em geral, promove enfrentamentos com a necessidade de tomadas de decisões – ela teve a oportunidade de "crescer" e torna-se mais confiante e, por consequência, livre. Estes achados corroboram os de Jordana Georgin et al. (2015), que afirmam que a adoção do sistema agroecológico de produção pelas participantes, bem como a participação crescente em espaços sociais e políticos têm contribuído para o empoderamento das mulheres, uma vez que elas passam a redefinir sua posição e importância na sociedade, não se limitando ao espaço doméstico/privado, obtendo mais independência e autoestima, nova forma de organizar as propriedades e gerir suas vidas, a partir da emancipação e visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos.

Já *Colorau* – como é explicitado na acepção abaixo – atribui o seu empoderamento a uma relativa autonomia financeira.

> *Mudou sim, porque eu planto a verdura, entrego lá, todo mês cai o dinheiro na conta, eu tenho dinheiro [gargalha profundo]. Mudou bastante, eu pego o dinheiro, compro o que eu quero (...). (Colorau, 2018).*

> *(...) um dos princípios da Agroecologia é esse, digamos, é a igualdade entre gêneros, uma liberdade maior. (...) quando a família é mesmo [enfatiza] agroecológica você já consegue perceber a diferença, assim, vamos olhar ali a família do meu vizinho e a Lanterna Japonesa, eles já tem, eles já mudaram muitas coisas da relação deles de masculino e feminino, de criação dos filhos. Mesmo a Louro e o companheiro dela, a partir da produção, a forma de ver a produção agroecológica. Eu acho, porque a Agroecologia ela não é só simplesmente a produção orgânica, ela tem outras coisas que acaba mexendo, quando você vai trabalhando isso. (Eritrina, 2018).*

Contudo, existe a necessidade de se pontuar que o empoderamento e autonomia, assim como a liberdade feminina não estão dados na Agroecologia. Há de fato, um movimento de luta pela conquista dessas condições, que perpassam processos reflexivos, tomadas de mudanças, posicionamentos, resistências e redefinição de relações de poder. Com base nas análises e na observação participante e nas anotações no caderno de campo, foi possível perceber que algumas mulheres, chegaram a vivenciar situações delicadas de enfrentamento e que foi preciso se posicionar para alcançar mudança e reconhecimento do seu papel no âmbito familiar e na unidade produtiva. Suas atitudes questionaram o papel de dominação dos homens (especialmente dos seus companheiros) e reivindicaram autonomia, sobretudo no que se refere ao controle do seu direito de ir e vir. Foi bastante significativo constatar que algumas mulheres se colocaram, inclusive, como observadoras dos processos de mudanças nas outras famílias. Os depoimentos, a seguir, ratificam estas afirmações:

> *(...) a gente escuta muito, não nas famílias que tão mais avançadas na Agroecologia não escuta tanto, mas nas outras assim "ah, vou pedir pro meu marido se eu posso ir. Vou pedir por quê? Ele é o dono? Ele não é." Mas assim, essa frase chega a dar um ruim na gente. "Eu vou pedir pra ele, se eu posso ir em tal coisa, eu vou pedir...". (Eritrina, 2018).*

> *A Agroecologia ela dá uma liberdade maior para as mulheres. (...) a mulher fica mais participativa, quando ta na Agroecologia. Pra mim, sair é tranquilo,*

> *tenho minha liberdade de querer escolher, não foi sempre assim, mas agora eu tenho [ri]. (Araucária, 2018).*

> *Eu tenho liberdade, mas acho que poderia ter mais liberdade. Eu saio, gosto de sair, cada vez que você sai aprende coisas novas, volta pensando...ou as vezes lá na viagem já ta pensando o que vai fazer de novo. Mas acho que às vezes a gente tem de ter um pouco mais de liberdade. Às vezes é a gente mesmo se desafiar e ter mais liberdade. Quando eu quero sair nos lugares, eu resolvo e vou [fala determinada]. Já teve conflito de não querer que eu fosse, mas na verdade tem de conversar, porque isso é uma lida constante. (Lanterna Japonesa, 2018).*

Segundo Peter Spink (2007), o empoderamento deve ser entendido como resultado das circunstâncias e dos posicionamentos aprendidos pelas pessoas. Portanto, um processo de renegociação de relações. De acordo com os achados nesta pesquisa de campo se percebe que ainda há amarras que precisam ser rompidas e que vão além da tomada de consciência por parte das mulheres. Para Paulo Freire (1987) e Peter Spink (2007) este é um processo continuo e envolve a luta pela sua emancipação, para reverter às situações cotidianas da opressão e dominação as quais estão submetidas.

Devido a isso, na perspectiva de Srilath Batliwala (1994), o processo de empoderamento das mulheres passa também pela necessidade de questionar as relações patriarcais e, portanto, implica em mudanças no que refere ao controle dos homens sobre as mulheres, particularmente aquelas do seu grupo doméstico. Assim sendo, o empoderamento das mulheres implica na perda da posição de privilégio e de alteração de seu papel de opressor e explorador concedido aos homens pelo patriarcado. De fato, como bem coloca Ana Alice Costa (2000), o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero.

Na vivência com o coletivo, no trabalho fora de casa, é que as mulheres constroem e reconstroem suas identidades a partir das novas relações que elas estabelecem. É, portanto, ao longo de suas trajetórias na Agroecologia que surge a percepção das desigualdades de gênero e se engendram outras perspectivas junto a um olhar crítico da realidade, que possibilitam à mulher se transformar, por meio da identificação com o grupo, da autorrealização, do sentimento da autoestima e também da relação de novas culturas e novos contextos que lhes são apresentados e que geram uma confrontação do real das relações sociais, situações de resistência

e diálogos que provocam mudanças de atitudes e comportamentos, do mesmo modo que concebem e fortificam condições de empoderamento e autonomia.

Convém ainda destacar as colocações de Boaventura de Sousa Santos (2011) de que todas as lutas emancipatórias que se apresentam na modernidade não podem ser encaradas como ponto de chegada, mas sim como ponto de partida para se pensar uma transição paradigmática.

Nestes termos, a relação favorável evidenciada entre o empoderamento das mulheres com suas experiências agroecológicas, que, por conseguinte, inferem em uma relativa soberania alimentar, não deve ser encarada como a solução para a sociedade hierarquizada, patriarcal, que nega acessos e viola direitos, mas sim como o pontapé inicial para a verdadeira busca da emancipação dos povos e ruptura do sistema de desigualdades nas relações de gênero e transformação das relações sociais entre homens e mulheres.

3.3.4 Quarta Categoria Temática.

- Dinâmica da produção agroecológica e seus destinos:

Com relação aos componentes da unidade produtiva agroecológica, as falas ressaltam que as práticas desenvolvidas são fundamentadas em policultivos alimentares e sistemas agroflorestais, chamando a atenção para o equilíbrio da produção articulado a preservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade. Foi evidenciado e confirmado pelas participantes que o principal destino da produção se direciona para autoconsumo, sendo a maior parte do excedente destinado para comercialização (para Cooperativa Terra Livre, via compra institucional: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e/ou para feiras e entregas coletivas, e/ou para encomendas via email). Além destes circuitos comerciais, também foram referidos destinos para trocas e doações (para ELAA, entre a vizinhança, parentes e amigos/as), ou ainda para alimentação animal e compostagem (esta tanto das sobras da produção como de esterco animal). Alguns aspectos dessa dinâmica podem ser percebidos nas próximas narrativas:

> *Eu me lembro que uma época eram 170 itens que nós tínhamos de produção, que a gente conseguia entregar (para o PNAE e para o PAA) e se alimentar, produzia muito. (...) Temos uns cento e pouco pés de fruta, entre laranja (de umas 4-5 variedades), pêssego, caqui, figo, bergamota. A*

> *gente tem é mais fruta, mas a gente tinha horta e produzia verdura (...). Tinha mandioca, batata doce (variedade cor branca), batatinha, muita variedade, salsinha, repolho, alho, beterraba. (...) almeirão, salsinha, alface, alho. (...) Falando em erva medicinal tem por tudo (...). Tem ali, perto da minha casa velha, perto dos arvoredos, eu tenho umas 10 qualidades por ali têm erva cidreira, boldo, cavalinha, poejo, ginseng, babosa, melissa. (...) orégano, mangerona, cavalinha, pulmonária, alecrim (...) Temos mel, caixa de abelhas (com ferrão). (...) nós já tivemos, galinha, porco, gado (...). (...) toda vida a nossa produção a gente pensou pra autoconsumo, pra vende, e pra doa. A gente faz muitas mobilizações, ajuda outras pessoas que precisam, isso sempre, sempre tem. (Araucária, 2018).*

> *Galinhas (cerca de 40 a 50 mais ou menos), porcos (5, por enquanto, porcas tem algumas para criar). Abelhas (20 a 25 caixas). Pêssego, laranja de vários tipos (Champanhe, De umbigo que é a Bahia, Do céu que é a Lima, Sanguínea, Valência), limão, (Taiti, Rosa), ameixa, nectarina, poncã, amora, banana, pera, maçã, caqui, figo, uva (pro consumo), abacate (mas nunca produziu), nêspera (também nunca produziu), maracujá, mamão (tem um pé na estufa, mas nunca produziu). Repolho, alface (3 tipos – verde crespa, americana e roxa), brócolis (cabeça e maço), couve-flor, couve, acelga, escarola, rúcula, espinafre, semente de linhaça. Beterraba, cenoura, mandioca (para consumo), batata doce (esse ano não tem, mas já produziu) – das duas de casca branca e rosa, batata salsa, abóbora, batata cara, inhame. Orégano, manjericão, salsinha, cebolinha, manjerona, alho, cebola, alho poro. Açafrão nos tinha (...). Tansagem, melissa, erva doce, folha gorda (para colocar em ferimento), eucalipto (usamos para gripe). (Eucalipto, 2018).*

> *Tem uma agrofloresta de mil metros, a outra de cinco mil metros quadrados, aí já incluído a questão da palhada no canteiro. Tem a mandala que foi a primeira que a gente fez. Agora tem essa outra aqui, que na verdade é a mais nova, então é a que a gente tá plantando as hortaliças, no momento, estamos pensando em aumentar os canteiros. (Jasmim-grado, 2018).*

> *Agora é mais com as vizinhas que a gente troca, e não envolve nada de dinheiro, troca mesmo. Tipo vou na casa da vizinha levo alguma coisa, a vizinha vem traz outra coisa que sabe que eu não tenho. Doação é mais com as vizinhas também, sementes a gente troca, doa, mudas. Eu gosto de pegar muda, de doar muda. Da produção quando vai para as mobilização, ou para ir para algum acampamento a gente doa. Para escola (municipal e estadual) a gente doa mais quando é festa junina. (Lanterna Japonesa, 2018).*

> *Tem os descartes que vão pra alimentação dos animais. É muita pouca coisa para compostagem porque você usa, que nem o resto que sobra vai para as vaca, as folhas, aquele resto ali na camionete, ali as folha já deixa que as vaca comem. E daí que nem o resto da comida você tira ali e vai para o porco, então acaba não sobrando quase nada pra compostagem. Daí nos fazemos compostagem dos esterco dos animal. (Louro, 2018).*

Ao tomarem iniciativas de atividades produtivas diversificadas as participantes, assim como constatado por pesquisas como a de Vera Ferrante et al. (2013) realizada com mulheres assentadas, têm se contraposto aos modelos

tradicionais, empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. O fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas não implica, necessariamente, mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem, em muito, na lógica das relações familiares. Entretanto, fomentam-se novas sociabilidades no interior destas experiências produtivas diversificadas, como o aumento da participação de mulheres nas decisões sobre a gestão na dinâmica produtiva e dos destinos.

Destaca-se que a contribuição econômica das mulheres do campo está presente não só no dinheiro, como também em atividades corriqueiras por meio das trocas e doações dos alimentos que elas produzem, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta (SOF, 2016).

Assim, as mulheres cujo trabalho aparece, em geral, envolto em uma rede de invisibilidades vêm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção e de certificação agroecológica participativa, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrando que a constituição e a trajetória dos Assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, as vozes e as ações das assentadas rurais (FERRANTE et al., 2013).

No que se refere às estratégias de desenvolvimento rural, Maria Carneiro (2001) enfatiza que as mulheres sempre desempenharam um trabalho fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural, e na diversificação da propriedade, todavia esta ocupação não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas se manifesta intimamente ligado aos costumes, tradições e valores.

Contribuindo com a assertiva anterior, Julia Serrano (2015), afirma que a perspectiva da Agroecologia incorporada pelas mulheres não esta apenas vinculada ao trabalho na terra, mas à qualidade de vida da família e para comunidade, sendo manifestada em seu protagonismo e na posição de guardiãs das sementes, das ervas medicinais, das variedades de criações, no acesso à água, no roçado e na soberania alimentar. Destacam-se a seguir algumas das noções que indicam o protagonismo das participantes no que concerne ao cuidado com as variedades de sementes crioulas e plantas medicinais:

> *(...) eu não posso ver uma abóbora que eu guardo a semente, daí eu falei "ah, eu sei lá, eu aprendi desde criança que tem que guardar semente", então se tem como guardar eu guardo (...). (Eritrina, 2018).*

> *Algumas sementes crioulas a gente guarda, tipo, milho, feijão, abobora, essas coisas a gente guarda, flor, que eu gosto. As mudinhas de verdura a gente compra, as folhas e tubérculos (alface, beterraba)... Mas alface, pepino, às vezes eu também faço mudas. Os milhos eu comprei numa feira de sementes, então agora a gente tem, e tomate, abóbora, pepino, essas coisas, a gente colhe e guarda pro outro ano, do próprio que a gente colheu, o que a gente plantou, nós guardamos. (Lanterna Japonesa, 2018).*

> *Eu acho que o uso das plantas medicinais é bem forte, pra mim, pra nós (...). (...) eu acho que a gente usa bastante, os chás das plantas medicinais, o que a gente sabe que é bom pra alguma coisa, e a gente tem livros também (...). (Sininho, 2018).*

Conforme ressaltam Renato Maluf et al. (2015) existem diversas iniciativas concretas na produção de alimentos que estão ganhando expressão política, particularmente o caso das experiências em Agroecologia, as quais tem atestado seu potencial na promoção de uma agricultura sensível à nutrição. Experimentos que articulam práticas agroecológicas e estratégias de soberania e segurança alimentar e nutricional, como as expostas nesta pesquisa, envolvem uma diversidade de dimensões, desde o resgate e conservação de sementes e raças de animais locais, diversificação de sistemas de produção e agrobiodiversidade até a recuperação de alimentos regionais, da cultura alimentar, do autoconsumo e maior visibilidade do papel desempenhado por grupos de mulheres neste modelo produtivo.

As seguintes declarações destacam percepções sobre a importância do papel das mulheres no sistema que impera o respeito à natureza e a conservação das sementes crioulas.

> *Eu costumo guardar bastante semente. Eu guardo em latinha, vidro, litro descartável, que não caruncha, não pega umidade. Eu separo quando é sementinha pequena nos potes pequenos, que nem semente de pepino, assim tem de colocar separado, e separo as variedades também. Sou mais eu que gosto de guardar semente, eu cato tudo que tem de flor, de tudo, aqui da propriedade, da jornada de Agroecologia que eu fui. Quando eu vou aos lugares sempre volto com uma semente (sorri). (...) eu vejo que sempre as mulheres tão preocupadas, a gente vai aos encontros é sempre as mulher que tão mais preocupada em pegar semente, pegar uma muda disso, uma muda daquilo. (Aroeira, 2018).*

> *[A pessoa responsável pelo cuidado com as sementes] Eu. É semente crioula daqui mesmo, do que produziu para plantar de novo. (Colorau, 2018).*

A prática de salvaguardar o futuro alimentar – sementes e mudas – faz parte do cotidiano produtivo (e reprodutivo) das mulheres. Mesmo que outras pessoas do domicílio assumam, em parte, esta tarefa (de separar, secar, reservar, guardar), são as mulheres que decidem *onde* e *como* esta prática deve ser realizada. Em que pese o pouco reconhecimento deste trabalho por parte da família ou mesmo da sociedade, registra-se que estas mulheres atribuem uma relevância imensurável. É necessário, portanto, enaltecer este debate não apenas no campo da Agroecologia, mas principalmente para a sociedade em geral sobre o papel que as mulheres desempenham na manutenção e preservação da sociobiodiversidade.

Osprey Lake (2018) chama atenção para o fato de que quando as mulheres ganham espaço para aumentar seu poder e atuação, há benefícios reais para comunidades e sociedades em nível de sistemas, apontando como exemplos a expansão de economias sustentáveis, ecossistemas locais prósperos, assim como experiências no Sul global, nas quais, as mulheres são responsáveis por parte significativa (40-80%) da produção doméstica de alimentos, se posicionando de maneira estratégica para traçar um curso sustentável mediante seu trabalho diário.

No processo em que as mulheres desempenham importantes posições de gerenciadoras no manejo e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, como no caso das mulheres camponesas cujas experiências agroecológicas estão sendo consideradas nessa pesquisa, os papéis de gênero e a dependência de recursos para subsistência são particularmente importantes na formação do conhecimento de recursos e preferências para sua preservação (MEINZEN-DICK; KOVARIK; QUISUMBING, 2014).

3.3.5 Quinta Categoria Temática.

- Relações de gênero nas tomadas de decisões sobre produção, processamento, alimentação e comercialização:

Esta categoria ressalta o lema "*Sem feminismo não há Agroecologia*", construído pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), que expressa o entendimento sistêmico de que a Agroecologia é ciência, prática e movimento, e tem sido um caminho coletivo

de construção de uma filosofia de vida que, a partir de um pensar e fazer agricultura de forma diferenciada propõe relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o ambiente, orientando assim visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e práticas produtivas, de consumo e da construção de novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade e princípios da precaução, responsabilidade e soberania alimentar (GT MULHERES DA ANA, 2018).

Neste sentido, Emma Siliprandi (2015) destaca que a Agroecologia problematiza as questões sociais que perpassam as discussões de gênero e propõe a construção de outro modo de vida, orientado pela noção de bem viver, em que valores éticos, de justiça e equidade social ganham relevo. Corroborando estas afirmações Silvia Vega (2017), em "*A sustentabilidade da vida como eixo para um outro mundo possível",* tece a categoria de sustentabilidade da vida no bem viver, destinada a transformar as relações sociais com a natureza e o sistema político e econômico, apostando para isso na economia feminista, ao se concentrar no reconhecimento da esfera reprodutiva, dedicada à manutenção da vida humana. Por isso, Emma Siliprandi (2015), enfatiza a importância das mudanças no relacionamento entre as pessoas, não apenas no relacionamento dos seres humanos com o meio natural. É aí que se abre espaço para o questionamento, dentro do ideário agroecológico articulando a perspectiva feminista, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural.

As análises revelam que em suas realidades familiares dentro da Agroecologia as participantes experimentam/vivenciam princípios agroecológicos de equidade nas relações de gênero, relacionados às tomadas de decisões produtivas, a alimentação e a comercialização. Desta maneira, são experiências que representam a continuidade e aprofundam o compromisso com a construção da igualdade de gênero e com os direitos de todas as mulheres e meninas, uma vez que corroboram o objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.5 (ODS 5) – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, que se destaca como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017). Os relatos a seguir trazem alguns destes elementos:

> *(...) a gente tomava as decisões juntas, sempre quando a gente ia ah, vamos plantar – por exemplo – batata salsa, a gente olhava o dia, a data, assim, e sempre planejava junto: como que a gente vai plantar, quanto que a gente vai colher, pra quem a gente vai vender, como que a gente vai organizar. Eu acho que isso é uma das coisas, assim, que a gente sempre tenta ter na casa, na família, é o diálogo, das coisas, porque se não for assim, na nossa visão eu acho que não funciona, assim, se for só o homem tomar decisão ou só a mulher sozinha. (Sininho, 2018).*

> *(...) Então é tudo, é muita discussão, assim, tipo não é eu que mando, não é o meu companheiro quem manda, é muita discussão (...). (Eritrina, 2018).*

> *(...) um vai cozinhando uma coisa, outro vai arrumando a mesa, outro fazendo o suco, a salada e todo mundo ajuda. Na parte de cozinhar e lavar a louça a gente se divide, todo mundo participa. (Eucalipto, 2018).*

> *Eu acho que vale a pena eu ressaltar aqui, e você põe em algum lugar. Essa decisão de nós três fazer tudo junto, e tomar as decisões junto, essa é a partir dessa nossa reorganização da nossa família. Depois que eu separei. (...) A maioria das vezes a gente faz junto. Um cozinha uma coisa, o outro faz outra, um faz uma salada, cada uma faz uma coisa. (...) Teve muitas vezes, que eu e ela ficava lá na roça, nos nossos combinados, e ele [o filho] vinha preparar almoço, e outras vezes ela. (Araucária, 2018).*

> *Na parte da venda a gente discute junto, para analisar, até as experiências de cada um. (Jasmim grado, 2018).*

A maioria das famílias participantes desta pesquisa experimentaram importantes transformações, desencadeadas pela adesão à Agroecologia, nas quais há construção de relações mais igualitárias nas tomadas de decisões que tendem a ser debatidas conjuntamente e partilhadas, vinculadas a parte produtiva, a alimentação, as tarefas domésticas, comercialização e ao uso do dinheiro proveniente da produção. Desta maneira, muitos dos trabalhos considerados apenas como responsabilidade de mulheres, nesses espaços, sejam aqueles de tomadas de decisões ou no ambiente doméstico, são também assumidas e compartilhadas pelos homens, ainda que de forma comedida. Contudo, este processo não se dá por completo no conjunto das famílias das mulheres participantes, isto é, algumas estão em processos de construção, já outras caminham persistentes em direção ao estabelecimento de mudanças, ainda que vivenciem situações de desigualdades de gênero e modelos de dominação.

As reflexões que são construídas mediante as vivências agroecológicas, sobretudo em outros espaços (de formação, intercâmbios, cursos, encontros) têm

contribuído para desvendar situações de desigualdades, sobretudo nas relações de poder que surgem em seus lares, principalmente aquelas relativas ao cotidiano em âmbito domiciliar, e que submetem às mulheres a sobrecargas de afazeres domésticos, que antes não eram percebidas por elas. Esta mudança de percepção das ações cotidianas gera posições de questionamento e enfrentamento de algumas opressões de gênero, assim como empenho em estratégias para superá-las. As falas a seguir trazem elementos que refletem esta assertiva:

> *E nas relações também, tipo "ah, porque que só eu que tenho que fazer comida?" eu me questiono. Se fosse há um tempo, lá quando eu era adolescente, para minha mãe, quem tem que fazer comida é a mulher, então eu nem teria esse questionamento. Então hoje, mesmo que a maioria das vezes sou eu quem faço a comida, mas ao mesmo tempo eu me questiono: "tá, por que só eu?", então vai lá, agora é tua vez. (...) Limpar, organização da casa, então tem muito assim: "ah, hoje a máquina tá estragada, então cada um vai ter que lavar sua roupa", porque a máquina lavava de todo mundo, mas e agora? Quem que vai lavar de todo mundo? Então algumas percepções assim que a gente vai criando e fosse um tempo atrás eu "ah, não, mas é eu que tenho que lavar".*
>
> *É ontem o mais velho não lavou a louça, mas ele tem uma questão assim, a responsabilidade dele é organizar basicamente, então dá uma varridinha na casa, lavar a louça que esteja ali. Se é noite, a gente faz janta, todo mundo lava ali, cada um... Aí tem lá em casa, gera polêmica com a vizinhança, mas assim, é cada um lava seu prato (...). (Eritrina, 2018).*

Eritrina demonstra em sua percepção um real processo de amadurecimento que impulsionou sua transformação enquanto mulher na condição de mãe e trabalhadora. Não apenas problematizando e questionando sua própria prática – que lhe foi concebida e "ensinada" pela sua mãe – mas, avançando nas relações com a própria família. No entanto, é oportuno destacar que a "desconstrução" destes papéis, especialmente, no que diz respeito à divisão justa das tarefas domésticas, não é algo simples, nem fácil.

Segundo Ana Paula Ferreira (2017) uma dessas desigualdades esta contida na divisão do trabalho doméstico, quando se atribui a homens e mulheres a responsabilidade sobre tarefas diferentes. A injusta divisão sexual do trabalho e os papéis tradicionais no meio rural condicionam às mulheres, que são educadas para, os cuidados com a casa, com as crianças, com os idosos e com os doentes. Os homens são vistos, quando muito, como meros ajudantes nesses trabalhos, mas nunca como responsáveis por eles. Por isso, não são cobrados pela sociedade nas tarefas de limpar a casa, lavar louça, fazer comida e cuidar das pessoas. É a

sociedade que naturaliza a dureza das tarefas domésticas como responsabilidades das mulheres, recaindo sobre elas a responsabilidade por essas atividades de reprodução da vida. Sobre esta constatação convém trazer os seguintes sentidos.

> *Quem sempre lava a louça é eu ou a filha, mas às vezes eu coloco o filho mais velho pra lavar também, ele sabe fazer almoço também. Aqui em casa todo mundo faz comida, menos o filho mais novo. (Lanterna Japonesa, 2018).*

> *Mais é eu quem limpo a casa, eu coloco eles [os filhos] pra arruma a cama, arrumar o quarto, os calçados deles e eles que lava. A roupa é mais eu que lido (...). Só quando eu não posso mesmo, aí eu ensino eles ali a mexer e aí eles lavam. Mas é meio assim tudo junto. O meu marido lava bastante louça, agora os meninos são meio preguiçosos, não gostam muito de lavar louça não. Mas eles lavam, se for preciso eles lavam, se der uma insistidinha, assim: vai lavar! [ri] Aí eles vêm. (Aroeira, 2018).*

> *Até mesmo aqui no lote às vezes, eu fico em casa pra atender às crianças. Mas às vezes quando eu vou ajudar ele, ou quando eu preciso sair, por algum motivo, daí ele toma conta. [ri] ele se vira. Que nem ontem eu precisei ir pra cidade e ele ficou. (Jasmim grado, 2018).*

Lanterna Japonesa, Aroeira e Jasmim Grado, assumem que tem provocado pequenas mudanças no cotidiano dos afazeres domésticos. Para elas estes avanços são muito significativos, especialmente quando relembram sua época de criança e adolescência. Obviamente que uma transformação real nas relações desiguais entre os gêneros, não se limitam, a prática da divisão dos afazeres domésticos. Porém, ao considerar o contexto ao qual foram orientadas, educadas e cresceram acreditando ser esta a “norma” pode-se considerar sim que tais mudanças são significativas e transformadoras.

É oportuno relembrar as interpretações de Joan Scott (1995) de que gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, o que implica pensar nos símbolos culturalmente disponíveis que remetem a representações simbólicas, também contraditórias, implica pensar em conceitos normativos, reprodutores de injustiças contra as mulheres.

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, sempre foi determinante para a garantia da perpetuação da espécie (e da natureza) tanto na produção da alimentação, como para a manutenção e preservação ambiental, e ainda na garantia de renda, seja mediante o processo de comercialização, ou seja, na própria reprodução da vida. Porém, essa participação ao longo da história foi (e

por muitas vezes continua sendo) marginalizada e invisibilizada diante da organização social capitalista e patriarcal, geradora de padrões naturalizados de discriminação e exploração que atingem as mulheres, como pode ser verificado na obra *"Calibã e a Bruxa",* de Silvia Federeci (2017). Esta autora realiza uma teorização e resgate histórico dos processos que construíram a hierarquização dos trabalhos por meio do salário e da subordinação do trabalho reprodutivo, este caracterizado como uma tarefa a ser executada exclusivamente por mulheres de forma não remunerada, reduzindo o reconhecimento social ao trabalho doméstico e não produtivo.

Nesse panorama, a sobrecarga de trabalho, representada especialmente pela não divisão das tarefas domésticas representam os principais empecilhos para a instauração das relações democráticas, tanto no domicílio, como dentro de suas vivencias agroecológicas, mas que nem sempre são percebidas como tais. Como se notam nos seguintes depoimentos:

> *Iiih, aqui tudo sou eu, se eu não ir para panela aqui tudo morre de fome [risada]. [Repete] Aqui se eu não ir para panela esse aí morre de fome [referindo-se ao companheiro que está sentado próximo].*
>
> *(...) é só se eu mandar. Outro dia eu tava apurada, apurada, apurada, e eu tinha alface para plantar, alface estava desse tamanho, e eu ganhei visita, e eu não sabia onde pegar. E eu tinha que ir lá fora, aí ele não tava muito bom, fui e falei assim pra ele: olha o que tu vai fazer? Mulher vou te dar uma mão na pia. Ele ficou uma manhã inteirinha na louça, mas ele conseguiu educar a pia, mas ficou uma manhã inteirinha. Eu vim era meio dia da horta, o homem ainda estava na pia. Ele não gosta de ir na pia. (Colorau, 2018).*

> *Nessa parte depende, se eu pedir: ajuda aqui e tal?, ele vai lá e faz. Mas eu sou meio flexível nessa parte, que nem, por exemplo, às vezes ele vai trabalhar na cooperativa, não é todos os dias, é dois/três dias na semana que ele vai. É um trabalho cansativo, com máquina, e peça, implemento, é pesado, nessa parte eu sou compreensível, ele chega em casa, eu não vou sobrecarrega ele. Mas quando ele tá em casa, eu chamo ele pra <u>me ajudar,</u> ele vai lá e faz, não tem problema nenhum nessa parte. (Jasmim-grado 2018).*

> *(...) eu de manhã tenho a tarefa de fazer comida para meu irmão mais novo, o pai faz o chá, mas eu tenho de levanta ele [o irmão], colocar a roupa nele e arrumar a comida e entregar na mesa, ou ele se vira mais um pouco e faz a comida dele e come (...). (Bracatinga, 2018).*

A declaração de Colorau evidencia sua própria dificuldade de transpor os obstáculos, construídos socialmente, que dizem respeito à injusta divisão dos afazeres domésticos. No entanto, ao se inserir no movimento agroecológico, ela

consegue lidar com suas limitações, respeitando assim, o seu tempo. Na Agroecologia estas relações desiguais aparecem de forma mais expressiva, especialmente, por que esse modelo produtivo incita constantemente analogias das relações entre as pessoas com aquelas relativas às existentes na natureza, no sentido de que na natureza, tudo ocorre em sinergia. Desse modo, ao se permitirem "comandar", "mandar", "pedir" para fazer algo referente aos cuidados com a casa, *Colorau, Jasmim grado e Bracatinga* exercitam – cotidianamente – novas relações sociais e afetivas que a Agroecologia lhes possibilita.

Os enunciados refletem ainda as percepções das mulheres de que os homens "ajudam" no trabalho doméstico ou no cuidado com os filhos. Ou seja, não existe de fato uma compreensão de tais responsabilidades devam ser de fato, divididas e partilhadas. Estas constatações expressam e reforçam as concepções e atitudes patriarcais de que estas seriam apenas responsabilidades da mulher.

Contudo, ações educativas de cunho político e pedagógico, como a Campanha pela Justa Divisão de Trabalhos Domésticos, lançada em 2017 e evidenciada por Lorena Moraes et al. (2018), ressaltam que não se trata de uma ajuda e sim de dividir o trabalho, pois a casa é uma responsabilidade compartilhada por todos que moram nela, convocando os homens e o restante da família (filhos/as, parentes e agregados) para a divisão das responsabilidades domésticas e do cuidado, de forma crítica e propositiva. Essa campanha vem denunciar como as mulheres estão sobrecarregadas e enfatiza que os afazeres de casa e de cuidado com as pessoas devem ser de responsabilidade de todos e todas que habitam o mesmo lar. Faz-se necessária uma mudança de atitude. A luta por justiça começa dentro de casa, no compartilhamento do trabalho doméstico.

Esta campanha corrobora a recomendação para o alcance da meta referente ao ODS 5 (ONU, 2017), que é a necessidade de avançar quanto ao combate às desigualdades de gênero que permanecem pouco questionadas, como a responsabilidade pelas tarefas domésticas, que são socialmente naturalizadas como femininas. Reconhecer que essas responsabilidades não são naturais das mulheres e que possuem caráter de ordem pública é fundamental e deve implicar no fortalecimento de um Estado social que garanta mobilidade urbana adequada e serviços de atenção à família e à infância, como a expansão da cobertura de creches, de forma a permitir para mulheres e homens o uso do tempo igualitário.

Emma Siliprandi (2011), também já enfatizava que os trabalhos domésticos e de cuidados necessitam ser encarados como um trabalho necessário para a sobrevivência dos seres humanos e para a manutenção da unidade familiar, mas que estas devem ser compartilhadas entre homens e mulheres na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Dessa forma, as atividades de cuidado (cozinhar, lavar, educar as crianças) não podem mais apenas ser concebidas como atividades privadas, necessitando ser tratadas e vistas primordialmente como sociais.

Em uma perspectiva de transformação social, o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), que surgiu a partir da reivindicação pelo acesso à terra, em seu processo de sua organização e consolidação, passou a incorporar outras lutas, como uma política própria de educação, tendo em vista a construção de novos valores; por novas estratégias de produção; por novas relações com o meio ambiente, bem como pela construção de um novo homem e de uma nova mulher (FURLIN, 2013).

A partir do II Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1990, o movimento assume novos compromissos em relação às mulheres, tais como na mudança das relações de gênero no interior do MST, propondo linhas de ação política para orientar o seu trabalho, o que revela a percepção de que não basta a conquista da terra, mas faz-se necessário lutar também por relações novas, como condição para transformações (FURLIN, 2013). Nessa perspectiva, Guacira Louro (1999) considera que as relações de gênero, sendo resultado de uma construção histórico-cultural, também podem ser desconstruídas e reconstruídas por meio de novas dinâmicas culturais. Isso aponta para a ideia de que as construções de gênero são históricas e sempre passíveis de se transformarem diante das mudanças na cultura.

Diante do exposto, esta categoria aponta que apesar do movimento agroecológico debater, ter como princípio e oportunizar a igualdade entre homens e mulheres, na medida em que o trabalho familiar vem incorporando significativas singularidades e pressupondo redefinições na organização de papéis de gênero, colocar isso em prática é um desafio constante, e enquanto se fizerem presentes relações desiguais haverá entraves para o avanço da Agroecologia, assim como da soberania alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IMAGEM 8 – ARAUCÁRIA. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 9 – SININHO. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 10 – AROEIRA. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

IMAGEM 11 – EUCALIPTO. PESQUISA DE CAMPO, 2018.

FONTE DAS IMAGENS 8, 9, 10, 11: Elaboração própria. Assentamento do Contestado (2018).

Ao longo da pesquisa de campo, além das falas e dos silêncios, o olhar investigativo buscou observar os espaços, as atividades, os sentimentos, as emoções, as experiências, as relações de gênero, as tomadas de decisões, os espaços produtivos, o empoderamento, as práticas alimentares, relações com a natureza e cotidiano das participantes. E para além da observação participante e realização das entrevistas, as conversas informais e participação nas reuniões do grupo de certificação participativa *Che Guevara* contribuíram significativamente para a escrita desta dissertação, que buscou o diálogo entre conceitos e práticas no âmbito da Agroecologia, da soberania alimentar, e das epistemologias de gênero e feminista.

No percurso desta pesquisa, e, sobretudo da escrita, em que pese minhas limitações para fazer as conexões necessárias, ao ter assumido uma postura ousada (e desafiadora) em problematizar e refletir as relações que se estabelecem entre Agroecologia e soberania alimentar alinhadas ao papel das mulheres assentadas – temas por si só complexos e abrangentes – certamente foi o maior aprendizado. A opção em *falar com* - e não apenas *falar sobre* - as mulheres camponesas assentadas e principalmente reconhecê-las e valorizá-las enquanto sujeitos políticos, enquanto detentoras de saberes, enquanto mulheres companheiras, mães e amigas, foi algo indescritível.

O processo da escrita, mediante as análises do campo empírico, apenas concebe a concretude do registro para que seja possível reconhecer as contribuições, bem como as limitações destas mulheres para o desenvolvimento e conservação de sistemas agroalimentares sustentáveis, destacando e evidenciando suas trajetórias e protagonismo na Agroecologia e em prol da soberania alimentar.

A perspectiva feminista que subsidiou as análises deste estudo, a qual confronta o projeto social, político e cultural que age para silenciar, ocultar e excluir as mulheres dos processos históricos evidencia como a luta pela visibilidade das falas, dos saberes e das práticas dessas mulheres camponesas na produção de conhecimento se materializa na relação dialética com o ativismo político, sendo, ela própria, parte da ação contra-hegemônica na produção do saber, e na construção de outro projeto de sociedade.

As experiências com as mulheres trazem como aprendizado o entendimento da relação entre a vivência cotidiana, visões de mundo e resistência que inverte uma

possível interpretação de vitimização, subordinação ou que sublinha apenas a falta de poder, igualdade ou opressão das mulheres. Essa aprendizagem instiga a (re)pensar sobre a capacidade de ressignificação da política, seja no público, e/ou no privado que sejam capazes de reverberar nas práticas sociais. A relação entre o dizer e as práticas cotidianas, sobre a lógica do cuidado, as relações de solidariedade/reciprocidade e as concepções éticas mostra-se como sendo os aspectos que mais despertam o interesse para a constituição da perspectiva agroecológica e feminista.

As concepções teóricas adotadas, bem como os achados empíricos que construíram este texto trazem a perspectiva feminista e ativista e ainda, se apoia na construção de uma ciência cidadã, cujo princípio é conhecer para transformar. Assim, os achados da pesquisa evidenciam que dentre os aspectos supracitados, infere-se que estes foram forjados por vivências de interdependência, ecodependência e sustentabilidade. Esta constatação traz elementos que reforçam a necessidade de romper com os pressupostos de neutralidade dos saberes atribuídos ao conhecimento científico hegemônico, provocando rupturas com a noção de única fonte e forma de conhecimento válido e relevante. Desta forma, o meu olhar na condição de pesquisadora, alinhado aos dados da pesquisa de campo, me possibilita inferir que as mulheres constroem e se constroem cotidianamente para romper com os estereótipos de que são elas as responsáveis (as únicas) pela manutenção e preservação e cuidado.

No que coube a análise referente às práticas e saberes em Agroecologia vivenciadas pelas mulheres, foram evidenciadas dentre as motivações que as conduzem e/ou conduziram a se inserirem na construção e desenvolvimento da Agroecologia elementos discursivos vinculados a: inserção destas no MST; terem sido assentadas no Assentamento do Contestado; estudar e/ou compor a equipe da ELAA; a inserção na Cooperativa Terra Livre. Ainda referente a esse contexto, algumas participantes referiram que a prática Agroecológica possibilita a manutenção, o resgate e valorização de saberes e fazeres tradicionais, proporcionando uma (re)construção da memória de práticas ancestrais, vinculadas ao produzir, preparar e consumir alimentos, atribuindo assim, novas (re)significações em seus cotidianos. Além disso, os intercâmbios de saberes, em trocas de experiências também foram apontados como determinantes para o processo de

incentivo, aprendizado e aperfeiçoamento de suas estratégias e formas de organização da produção agroecológica.

As participantes praticam e constroem e incorporam a Soberania Alimentar em seus cotidianos, oportunizada e promovida pela Agroecologia, manifestando experiências direcionadas para uma nova sociedade e novas relações entre as pessoas e destas com o ambiente. Não se trata, portanto, apenas de um conceito defendido, mas de um princípio, uma ética de vida, uma estratégia política de enfrentamento ao sistema agroalimentar hegemônico, que na Agroecologia se apresenta como sendo viável e alternativo de produção e consumo sustentável, e um caminho de transformações em seus modos de viver, pensar e ver o mundo, a vida, a saúde e a relação do ser humano com a natureza e com os outros seres.

Reconhecer o protagonismo das mulheres camponesas convoca uma profunda mudança de paradigmas em direção à sustentabilidade da vida, ao bem viver, a reaprender a enxergar e a se abrir para a troca de saberes, para descobrir uma nova forma de olhar e estar no mundo, denunciando o que ficou de fora da história oficial e reconhecendo o que emerge, o novo, com suas práticas, suas falas, seus olhares, suas subjetividades e racionalidades.

Nesta pesquisa, as trajetórias agroecológicas das participantes são delineadas como experiências em construção e que exigiram/exigem luta e compromisso pela visibilidade e pelo reconhecimento do protagonismo histórico realizado pelas mulheres camponesas na produção de alimentos saudáveis e diversificados, destinados em maioria para autoconsumo, sendo o excedente para comercialização, e/ou trocas e doações, alimentação animal e compostagem. Evidencia-se a potência dos conhecimentos e as dinâmicas da produção agroecológica das participantes, por meio do manejo ecológico dos solos, equilíbrio da produção articulado a preservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade, o respeito à natureza, o papel delas como guardiãs das sementes crioulas e das plantas medicinais, suas práticas solidárias, de reciprocidade e noções de economia solidária, bem como o desejo em buscar novos saberes, experimentar e trocar conhecimentos: princípios que constroem uma perspectiva feminista, camponesa e agroecológica. Dessa forma, as participantes da pesquisa, identificadas como mulheres camponesas e agroecológicas fazem parte de um processo de resistência à ofensiva patriarcal e a lógica capitalista que impõe uma agricultura de mercado e oprimi a vida no campo, sobretudo das mulheres.

Acerca do segundo objetivo delineado para esta pesquisa, evidenciou-se que o empoderamento das mulheres participantes pode ser observado como um dos principais elementos que passa a ser conquistado ao longo de todo processo participativo nas suas experiências agroecológicas. Em outros termos, a análise dos enunciados revela que há relação positiva entre as experiências agroecológicas e os processos de empoderamento das mulheres, assim como para construção de autonomia. De modo que ao ocuparem espaços (sociais, políticos, educativos e outros) fomentados pela Agroecologia, as participantes passam a redefinir sua posição e importância na sociedade, não se limitando ao espaço doméstico/privado, obtendo mais independência e autoestima, nova forma de organizar as propriedades e gerir suas vidas, a partir da emancipação e visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos.

Por conseguinte, em resposta ao terceiro objetivo, os dados revelaram que em suas realidades familiares e por estarem inseridas nos processos agroecológicos as mulheres experimentam/vivenciam princípios de equidade nas relações de gênero, relacionados às tomadas de decisões sobre a produção, processamento, alimentação e comercialização. Nestas relações há construção de mudanças significativas e transformadoras, que caminhando para relações mais igualitárias nas tomadas de decisões, que tendem a ser debatidas conjuntamente e partilhadas, ainda que isto não se dê por completo no conjunto das famílias participantes, algumas estão em processos de construção, já outras caminham persistentes em direção ao estabelecimento de mudanças, ainda que vivenciem situações de desigualdades de gênero e modelos de dominação. Ressaltasse que enquanto se fizerem presentes tais situações de desigualdades haverá entraves para o avanço da Agroecologia, assim como da soberania alimentar.

Assim como as mulheres camponesas, busquei, com essas páginas, compartilhar conhecimentos, questionar a ciência e a história e me nutrir de esperanças. Esperanças, que como nos recorda Paulo Freire (1992), em tempos difíceis, é preciso esperançar, E esperançar é levantar-se, ir atrás, juntar-se para construir e jamais desistir.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA (ASPTA). Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, n. 4, v. 6, 2009.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA (ASPTA). Pela vida das mulheres e pela Agroecologia. Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, n. 4, v. 12, 2015.

AGUIAR, Maria V.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria E. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. In: Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2009.

AGUIAR, Vilênia V. P. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. *Raízes*, v. 37, n. 2, 2017.

ALEM, Daniel; OLIVEIRA, Gilca G.; OLIVEIRA, Jaqueline; IMBIRUSSÚ, Érica. *Segurança Alimentar e Soberania Alimentar:* construção e desenvolvimento de atributos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 20., 2015, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu, 2015.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê o gênero da política: feminismos, estado e eleições. *Cadernos Pagu*, v. 43, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Paradigmas qualitativos. In: BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação:* Uma introdução a teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

ANDRÉ, Marli E. D. A. *Etnografia da pratica escolar.* São Paulo: Ed. Campinas, Papirus, 2012.

ARO, Daniele T. *Mulheres assentadas:* da invisibilidade ao protagonismo. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, São Paulo, 2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Mulheres construindo a Agroecologia. In: CADERNO II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Construção do conhecimento agroecológico novos papéis, novas identidades.* Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Rio de Janeiro: ANA, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. *Cadernos de Estudos Linguísticos.* Campinas, UNICAMP/IEL, n. 19, 1990.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

BATLIWALA, Srilath. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. *Population policies reconsidered:* health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.) *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983.

BRANDEMBURG, Alfio; BEZERRA, Islandia; GIORDANI, Rubia C. F. Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos. *Guaju,* v. 2, p. 2-13, 2016.

BRASIL. *Direito à alimentação adequada.* Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de dez. 2003.* Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan).* Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira.* Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BUENDÍA-MARTÍNEZ, Inmaculada; CARRASCO, Inmaculada. Mulher, atividade empreendedora e desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe. *Cadernos de Desenvolvimento Rural*, v. 10, n. 72, 2013.

BURITY, Valéria. et al. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.* Brasília: DF. ABRANDH, 2010.

CAMURÇA, Andréa M. *Mulheres e Agroecologia:* possibilidades para sustentabilidade local da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-Ce. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza. 2013.

CAPITANI, Antonio. In: HOSHINO, Camila; RODRIGUES, Camila. Experiência agroecológica fortalece produção de alimentos saudáveis. *Jornal Brasil de Fato,* Lapa, p.1-9, 2016.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervásio. *Agroecologia:* Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2006.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José. A. *Agroecologia:* Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

CAPPELLIN, Paola G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, Eliane M. et al. *Camuflagem e transparência:* as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. CUT. São Paulo: 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo.* Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, Fernando F. et al. (Orgs.) *Dossiê ABRASCO:* um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Maria J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, 2001.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam*. A produção do viver.* Editora SOF, 2002.

CARSON, Raquel. *Silent Spring.* Boston: Houghton Miffin, 1962.

CARTA DA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA. *"Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos".* "Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, colhendo Soberania Alimentar". Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.jornadaAgroecologia.com.br/?p=4976. 2018>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CHARMAZ, Kathy. *Constructing grounded theory:* A practical guide through qualitative analysis. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006.

COMPOSIÇÃO COLETIVA – Juventude campo e cidade – MST, PJR, PJMP, Trecho *Sangue Caboclo.* 2011. Disponível em: <http://desacato.info/jovens-produzem-musica-do-contestado/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). GT Alimentação Saudável. *Relatório Final.* 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ Consea/static/documentos/Tema/ AlimentacaoAdequa/RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 17 dez.. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *Avanços e desafios na implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada.* Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. *Relatório Final.* Brasília: CONSEA, 2015.

CONTE, Isaura I.; WESCHENFELDER, Noeli V.; CINELLI, Catiane. *A construção do feminismo e da identidade camponesa no movimento de mulheres camponesas.* FAZENDO GÊNERO, 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). Região Metropolitana de Curitiba. *Revista da Região Metropolitana de Curitiba*, 2017.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres.* Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000.

COSTA, Rakuel S. S. *Pra não dizer que não falei das flores*: um estudo sobre relações de gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2009.

DE BIASE, Laura. Condição feminina na agricultura e a viabilidade da Agroecologia. São Paulo. *Revista Agrária,* n. 7, 2007.

DINIZ, Priscila R. *Conexões agroecológicas em rede:* o diálogo entre alimentação escolar e agricultura familiar na Lapa – PR. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Curitiba, 2014.

ESMERALDO, Gema G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Organizadoras). *Mulheres camponesas:* trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

ESTEVE, Esther V. *O negócio da comida:* quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa:* mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Fernando M. B.; MOREIRA, Marcelo R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2013.

FERNANDES, Gabriela M.; FACCO, Vinicius A. B. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). *Revista Pegada,* v. 16, 2015.

FERRANTE, Vera L. S. B. et al. Na trajetória dos Assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Organizadoras). *Mulheres camponesas:* trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FERREIRA, Ana Paula L. *Recursos naturales y sostenibilidad y adscrito a la línea de investigación:* Agroecologia. Tese (Doutorado) – Universidade de Córdoba, Pernambuco, 2015.

FERREIRA, Ana Paula. *Por uma divisão justa do trabalho doméstico!* Act!onaid. 2017. Disponível em: <http://actionaid.org.br/noticia/por-uma-divisao-justa-do-trabalho-domestico/>. Acesso em: 10 abr. 2010.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. Interviewing the art of Science. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. *Handbook of qualitative research.* London: Sage Publications Inc, 2000.

FÓRUM INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Declaração.* Nyéléni, 2015.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar. *Declaração Final.* Havana, 2001.

FRAGA, Nilson C. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio J.; TRICHES, Rita I. (Orgs.) *Paraná, Espaço e Memória:* diversos olhares históricos geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005.

FRASER, Márcia T. S.; GONDIM, Sônia M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia,* v. 14, n. 28, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança:* um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROES, Lívia T. M. Gestão feminina, luta e resistência em Água Boa II, Minas Gerais. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (Orgs.) *Coletânea sobre estudos rurais e gênero:* Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (Organizadoras). *Mulheres camponesas:* trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

FURTADO DA SILVA, Adriella C. G. F. S.; ANJOS, Mônica C. R.; ANJOS, Adilson. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. *Guaju*, v. 2, 2016.

GASPARI, Luciene C. *Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos:* o lugar da agricultura nas estratégias familiares. Tese (Doutorado). Escola Superiro de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba: 2016.

GEORGIN, Jordana; WIZNIEWSKY, José G.; OLIVEIRA, Gislayne A.; ROSA, Ana Lúcia D. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. *Revista Monografias Ambientais Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM,* Santa Maria, v. 14, n. 3, 2015.

GERGEN, Mary M.; GERGEN, Kenneth J. Qualitative inquiry: Tensions and transformations. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. *Handbook of qualitative research.* London: Sage Publications Inc, 2000.

GIORDANI, Rubia C. F. *Comportamento alimentar entre os Guarani.* Cultura e Alimentação. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba, 2012.

GIORDANI, Rubia C. F.; BEZERRA, Islandia; ANJOS, Mônica C. R. Semeando Agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: SAMBUICHI, Regina Helena R. et al (Orgs.) *A política nacional de Agroecologia e produção orgânica no Brasil:* uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia:* processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GOMES, Rita C. M.; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v.28, n.1, 2015.

GONÇALVES, Sérgio. *Campesinato, resistência e emancipação:* o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2008.

GT MULHERES DA ANA. *Sem feminismo na há Agroecologia.* Folheto IV Encontro Nacional de Agroecologia. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. *Debates en torno una metodología feminista.* México. DF: UAM, 1998.

HENN, Iara A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. *Mulheres camponesas:* trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa. 2013.

HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero:* Prêmio Margarida Alves. 4ª Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

HOSHINO, Camila; RODRIGUES, Camila. Experiência agroecológica fortalece produção de alimentos saudáveis. *Jornal Brasil de Fato,* Lapa, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2017:* resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010:* características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Caderno Estatístico do Município da Lapa.* 2018.

JALIL, Laeticia M. *As flores e os frutos da luta.* O significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. Tese (Doutorado). Pós-Graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro, 2013.

JALIL, Laeticia M. *Mulheres e soberania alimentar:* a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

KAMINSKI, Tatiana Cristina G. et al. *Organizações sociais no Assentamento Contestado, Lapa/PR:* alternativas de reprodução socioambiental. In: XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), Montevídeo/Uruguai. Anais...Montevídeo/Uruguai. 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Organizadoras). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

KUHN, Daniela I. *Eu não sou lixo:* abjeção na vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2016.

LAKE, Osprey O. WE RISE. *Earth Island Journal,* v. 33, 2018.

LIMA, Bianca F.; AMARAL, Waldiléia R. Das janelas para o rio às práticas agroecológicas: a experiência das mulheres agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho. *Agriculturas,* v. 6, n. 4, 2009.

LONG, Norman; PLOEG, Jan D. der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Orgs.) *Os atores do desenvolvimento rural:* perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação.* Petrópolis: Vozes, 1999.

MAFORT, Kelli. In: GHISI, Ednubia. Agroecologia gera renda e emancipação para mulheres, diz Kelli Mafort, do MST. *Brasil de Fato,* 2017.

MAFORT, Kelli. Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. *MST,* 2014.

MAGRINI, Pedro R.; LAGO, Mara C. S. *Produção acadêmica sobre o MST:* estudos sobre gênero, sexualidade, raça e etnia. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador/BA, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw C. *Argonautas do Pacífico Ocidental.* São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALUF, Renato S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva,* v. 20, n. 8, 2015.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. *Didática,* São Paulo, v. 26/27, 1991.

MANZINI, Eduardo J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria C.; ALMEIDA, Maria A.; OMOTE, Sadao. (Orgs). *Colóquios sobre pesquisa em educação especial.* Londrina: Eduel, 2003.

MARTINS, Sergio R. *Agricultura, ambiente e sustentabilidade:* seus limites para a América Latina. CD-ROM/EMATER, 2001.

MATTA, Roberto. "O oficio de etnólogo, ou como ter anthropological blues". In: NUNES, Edson O (Org.). *A aventura sociológica:* objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MEINZEN-DICK, Ruth; KOVARIK, Chiara; QUISUMBING, Agnes R. Gender and Sustainability. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 39, 2014.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo.* São Paulo: Piaget, 1997.

MINAYO, Maria Cecília S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa.* São Paulo (SP), v. 5, n. 7, 2017.

MINAYO, Maria Cecília S. Introdução – conceito e avaliação por triangulação de métodos. In: *Avaliação por triangulação de métodos:* abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 14ªed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MISNEROVICZ, José V. *O papel dos acampamentos na luta pela terra.* VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais, 2017.

MORAES, Lorena L. et al. Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. *Interritórios Revista de Educação.* Universidade Federal de Pernambuco, Caruru, v. 4, n. 6, 2018.

MOREIRA, Gabriel D. L. B. Agricultura Beiradeira: sabedorias e resistências no cultivar da liberdade. In: BEZERRA, Cristina S. et al. (Orgs.) *Residência Agrária em Debate.* Movimentos Sociais e Universidades Públicas na Construção de Territórios Camponeses no Brasil, Cultura e Agroecologia. Rio de Janeiro: Bonecker, v. 2, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - BRASIL (MMC/BRASIL). *A afirmação de muitas histórias.* 2005.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - BRASIL (MMC/BRASIL). *Feminismo camponês e popular.* Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *MST Lutas e Conquistas.* Reforme Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular. São Paulo, 2010.

MUSSOI, Eros M.; PINHEIRO, Sergio L. G. *Desafios para a Pesquisa e Socialização do conhecimento em Agroecologia:* uma reflexão a partir das experiências das Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão Rural em Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 1., 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

OLIVEIRA, Cidvânia A. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, v. 6, n. 4, 2009.

OLIVEIRA, Maria Lúcia L. *Transformação das Desigualdades de Gênero?* Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Asamblea General. 2015. *Transformar nuestro mundo:* la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible (A/70/L.1). Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/70/L.1&Lang=S>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Documento Temático ODS-5 Igualdade de Gênero.* 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Tem%C3%A1tico-ODS-5-Igualdade-de-Genero-editorado_11junho2017.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). *O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación.* Roma, FAO, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). *Towardas sustainable food security.* Women and sustainable food security, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). *Interacção do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar.* Itália, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). *Mulheres:* Utilizadoras, preservadoras e gestoras da agrobiodiversidade. 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/MUJERES (ONU MUJERES). *El empoderamiento de las mujeres rurales a través de los ODS.* 2015. Disponível em: <http://www. unwomen.org/es/news/in-focus/rural-women-food-poverty. 2015>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ORGANIZACIÓN MUNDIA DE LA SALUD (OMS). Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). *Promoción de la salud:* uma antologia. Washington: OPAS, n. 557, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura.* São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1999.

ORZEKOVSKI, Nei. *Relações de Trabalho no Assentamento Contestado.* (PR) Contradições de Classe e Desafios analíticos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014.

PACHECO, Maria Emilia. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas Mulheres Agricultoras. In: Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, v. 6, n. 4, 2009.

PACHECO, Maria Emilia. *Por Direitos e Soberania Alimentar:* falam as mulheres! Rio de Janeiro: FASE, 2016.

PAINEL DE PERITOS DE ALTO NÍVEL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO (HLPE). *Food losses and waste in the context of sustainable food systems:* A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO, 2014.

PAIXÃO, Ângela L. Mulheres que mudaram o destino de uma comunidade. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (Orgs.) *Coletânea sobre estudos rurais e gênero:* Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

PAULILO, Maria I. S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. *Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013.

PAULILO, Maria I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas,* v. 12, n. 1, 2004.

PAULILO, Maria I.; SILVA, Cristiani B. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. *Gênero e gerações em contextos rurais.* Florianopolis/SC: Editora Mulheres, 2010.

PEREZ-CASSARINO, Julian. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.* Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Agronomia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os Silêncios da História.* São Paulo: EDUSC, 2005.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, Paulo. A. et al. *Agroecologia:* práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas:* experiências em Agroecologia, v. 6, n. 4, 2009.

PLOEG, Jan D. der. *The virtual farmer:* past, present and future of the dutch peasantry. Assen: Van Gorcum, 2003.

PLOEG, Jan D. V. der. *Camponeses e impérios alimentares:* lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan D. V. der. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis,* v. 40, n. 4, 2000.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manejo ecológico do solo:* a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

PRIMAVESI, Ana Maria. Observar, conhecer e integrar. Passos para uma perspectiva sistêmica. Entrevista especial com Ana Primavesi. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos, *IHU On-Line*, Rio Grande do Sul, 2016.

RABELLO, Diógenes. *Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2018.

RAMÍREZ, Gezabel G.; MÁRQUEZ, Martha B. *Construyendo la herramienta pespectiva de gênero:* cómo portar lentes nuevos. México: Universidad Iberoamericana, 2010.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de Organização e Funcionamento.* Lages: Rede Ecovida, 2000 (mimeo).

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Silvana M. *Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde:* a experiência do projeto colhendo sustentabilidade – Embu das Artes – SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Publica. São Paulo, 2013.

RIGON, Silvia A. et al. *Soberania e segurança alimentar na construção da Agroecologia:* sistematização de experiências. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ ANA. (Orgs.). Rio de Janeiro: FASE, 2010.

ROSA, Patricia L. F. S. et al. Uso de plantas medicinais por mulheres negras: estudo etnográfico em uma comunidade de baixa renda. *Revista da Escola de Enfermagem da USP,* 2014.

ROSSET, Peter. “Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements.” *Institute for Food and Development Policy Backgrounder*, v. 9, n. 4, 2003.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes toward a political economy of sex. In: REITER, R. *Toward an anthropology of women.* New York: Monthly Press, 1975.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil:* Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SACCHI, Giovanna; CAPUTO, Vincenzina; NAYGA, Rodolfo M. Alternative labeling programs and purchasing behavior toward organic foods: the case of the participatory guarantee systems in Brazil. *Sustainability,* 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho.* São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana I. J. *Entre a igualdade e a diferença:* mulheres camponesas em lutas de gênero. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2010.

SANTOS, Adriano L. S. *Agroecologia e campesinato:* relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no Assentamento Contestado, Lapa PR. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. 2015.

SANTOS, Boaventura S. *A crítica da razão indolente:* contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, v. 1, 2011.

SANTOS, Graciete. As relações de gênero na agricultura familiar. In: LIMA, Maria Ednalva B.; COSTA, Ana Alice A.; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia;

SOARES, Vera Lúcia. *Transformando as relações de trabalho e cidadania:* produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007.

SANTOS, Graciete; CASTRO, Emanuela; MORAES, Ariane. *Mulher e Trabalho.* Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2013.

SANTOS, Laiany R. S.; SANTOS, Josefa L. A soberania alimentar: construção política desde a organização das mulheres camponesas. *Boletim DALUTA*. 2015.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia M. B. (Organizadoras). *Feminismo, Ciência e Tecnologia.* Salvador: Coleção Bahianas, 2002.

SARDENBERG, Cecilia M. B. *Liberal vs Liberating Empowerment:* Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.

SCOPINHO, Rosemeire A.; GONÇALVES, José C.; MELO, Thainara G. Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre Agroecologia. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 2, 2016.

SCOTT, Joan W. Gender: Still a Useful Category of Analysis? *Diogenes,* v. 57, n. 1, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, 1995.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Mulheres do campo construindo autonomia.* Experiências de comercialização. São Paulo: SOF Sempre-viva Organização Feminista, 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENRA, Lidia. et al. *Las mujeres alimentan al mundo.* Soberanía Alimentaria em defesa de la vida y el planeta. Barcelona: Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte, 2009.

SERRANO, Julia S. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e a Agroecologia. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (Orgs.). *Coletânea sobre estudos rurais e gênero:* Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SHIVA, Vandana El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *La praxis del ecofeminismo.* Barcelona: Icaria.1998.

SHIVA, Vandana. *Em favor da soberania:* do conhecimento, das sementes e dos alimentos. Texto por Juliana Guedes. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2015.

SILIPRANDI, Emma C. Alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. *Segurança alimentar e nutricional:* perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SILIPRANDI, Emma C. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberanía e seguranca alimentar. In: LAGARDE, Marcela; VALCÁRCEL, Amélia *Feminismo, gênero e igualdade.* Madrid: Egraf, 2011.

SILIPRANDI, Emma C. *Mulheres e Agroecologia:* a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília - UnB. Brasília-DF, 2009a.

SILIPRANDI, Emma C. *Mulheres e Agroecologia:* transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma C. Mulheres Rurais e a construção da Agroecologia: por um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e com igualdade de gênero. *Carta Maior.* 2016.

SILIPRANDI, Emma C. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo. (Org.) *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b.

SILVA, Mauricélia S. A história de resistência e liderança das mulheres no Assentamento Lagoa D'Outra Banda. In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero:* Prêmio Margarida Alves. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SOUSA, Francisca C. R. *Quintais produtivos no Assentamento Palmares:* um resgate de saberes, sabores e beleza. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SPINK, Peter K. Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In: JACÓ-VILELA, Ana M.; SATO, Leny. *Diálogos em Psicologia Social.* Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007.

STROMQUIST, Nelly P. Education as a means for empowering women. In: PARPART, Jane; RAI, Shirin; STAUDT, Kayhleen. *Rethinking empowerment:* gender and development in a global/local world. London: Routledge, 2002.

STROMQUIST, Nelly P. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena. *Poder y Empoderamiento de las Mujeres.* Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997.

TAIT LIMA, Márcia M. *Elas dizem não!* Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina. Tese (Doutorado em Política Científica e

Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TOMAZI, Gilberto. Heranças e direitos dos jovens do Contestado. *Visão Global,* Joaçaba, v. 11, n. 1, 2008.

TORINELLI, Michele. *Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de Agroecologia.* Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-Agroecologia.html>. Acesso em: 12 abr. 2018.

VALADÃO, Adriano C. *Transição agroecológica nos assentamentos rurais:* estratégias de resistência e produção de novidades. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba. 2012.

VANHULST, Julien; BELLING, Adrian E. Buen vivir: la irrupción de América Latina en el campo gravitacional del desarrollo sostenible. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, Morelia, v. 21, p. 1-14, 2013.

VEGA, Silvia. "La Sostenibilidad de la vida como eje para Otro Mundo Posible". In: VAREA, Soledad; ZARAGOCÍN, Sofía. (Compiladoras). Feminismo y Buen Vivir. *Utopías decoloniales.* Cuenca/Ecuador: PYDLOS Ediciones, 2017.

VIA CAMPESINA. *El Derecho a Producir e el Acceso a la Tierra.* Posición de Via Campesina en cuanto a Soberanía Alimentaria presentada en la Cumbre Alimentaria, 1996. Roma, 1996.

VÍCTORA, Ceres G; KNAUTH, Daniela; HASSEN, Maria N. *Pesquisa qualitativa em saúde.* Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

VINHAS DE QUEIROZ, Mauricio. *Messianismo e conflito social:* a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VIVAS, Esther. *O que é a soberania alimentar?* 2014. Disponível em: <https://esthervivas.com/portugues/o-que-e-a-soberania-alimentar/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

VIVAS, Esther. Soberanía alimentaria, una perspectiva feminist. *El Viejo Topo*, n. 288, 2012.

VRIESMAN, Alice K. *Legislação para os sistemas orgânicos de produção vegetal.* Ponta Grossa: UEPG, 2016.

WALBY, Sylvia. Patriarcado. In: SCOTT, Joan W. *Sociologia:* conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania:* políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, professores e professoras, pós-graduandas (mestrado e doutorado) e graduandas, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná/UFPR, estamos convidando você a participar de um estudo intitulado "TEMPOS MODERNOS": a relação produção-consumo de alimentos (re)significada a partir de compras públicas. A pesquisa pretende dar visibilidade a política pública dirigida ao mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e suas modalidades de operação/PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Tem-se consumidores (universitários, estudantes maiores de 18 anos das escolas de ensino médio), nutricionistas, funcionários (cozinheiros/as, auxiliares, estoquistas), merendeiros/as, administradores/as e gestores de políticas/programas que executam a compra pública de alimentos a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA (e suas modalidades de operação) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, assim como agricultores familiares e camponeses que acessam tais políticas/programas mediante suas representações coletivas como cooperativas e associações localizados no Estado do Paraná.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar em que medida, estratégias como o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (nas diferentes modalidades de operação) e o Programa Nacional de Alimentação/PNAE - na sua condição de compras públicas - são capazes de operar como instrumentos de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada/DHAA e quais seus impactos no sistema agroalimentar, sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR
Parecer CEP/SD-PB.nº 1061.396
na data de 13/05/2015

Profª. Drª. Islândia Bezerra da Costa
Departamento de Nutrição - UFPR
Matrícula SIAD: 200346

Rubricas:
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal_____
Pesquisadora Responsável IBezerra
Pesquisador/a que está em contato com o participante da pesquisa_____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário coletarmos informações - mediante entrevistas (que poderão durar aproximadamente 30 minutos), questionários e registros realizados através de nossas próprias observações - em um caderno de campo - para que possamos analisar, posteriormente.

c) Para tanto você deverá autorizar a nossa presença na sua propriedade (casa ou Unidade Produtiva), ou no seu local de trabalho ou estudo (escritório, sede da cooperativa ou associação, colônia de pescadores, universidade), ou em algum lugar que lhe faça sentir à vontade para conversarmos sobre o principal objeto desta pesquisa. Em alguns casos, teremos que fazer, pelo menos, dois encontros até o término do projeto de pesquisa. Solicitamos também, autorização para gravarmos nossa conversa, para um melhor uso da informação.

d) Pode ser que você experimente algum desconforto em relação às perguntas que serão realizadas ou à coleta de informações. Caso sinta constrangimento, a entrevista, questionário e/ou coleta de outros dados poderá ser encerrada.

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: 1) Produzir novos conhecimentos que orientem a ação de gestores públicos e organizações sociais com vistas a promover a melhoria dos sistemas de produção e consumo de alimentos; 2) Construir mecanismos analíticos que permitam compreender o papel das compras públicas como estratégia de desenvolvimento que integra a formação de mercados com o referencial da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); 3) Facilitar processos de mudanças na execução tanto no PAA como no PNAE, adequando-os às realidades dos diferentes municípios paranaenses.

Profª. Drª. Islândia Bezerra da
Departamento de Nutrição -
Matrícula SIAD: 20034

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1061396
na data de 13/05/2015.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal_____

Pesquisadora Responsável Islândia Bezerra

Pesquisador/a que está em contato com o participante da pesquisa_____

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

f) A pesquisadora Islandia Bezerra é a responsável por esta pesquisa. Doutora em Ciências Sociais/UFRN e Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN da Universidade Federal do Paraná. Ela poderá ser contatada por correio eletrônico: islandia.ufpr@gmail.com e/ou pelos telefones: 41. 3360.4005 / 41. 8884.3011 (sempre em horário comercial) para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

O/a pesquisador/a _____que está em contato com o participante de pesquisa é _____ _____.

Ele(a) poderá ser contatado(a) pelo correio eletrônico:_____, pelos telefones:_____ e/ou no endereço:_____
(sempre em horário comercial) para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

g) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

h) Caso alguma informação seja divulgada em relatório ou em publicação científica, será realizada sob a forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR. Parecer CEP/SD PB.nº 1061.396 na data de 13/05/2015.

Rubricas:
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal_____
Pesquisadora Responsável Barra
Pesquisador/a que está em contato com o participante da pesquisa_____

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1061396
na data de 13/05/2015.

j) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

k) Um banco de dados será montado, a partir da coleta de informações referente a esta pesquisa. Caso os dados desse banco de dados sejam utilizados em pesquisa de outra natureza, após submissão e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, você gostaria de:

( ) Ser informado e assinar outro Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

( ) Ser informado, mas não vê a necessidade de assinar outro TCLE.

( ) Não quer ser informado e aceita que os dados sejam usados sem a necessidade de assinar outro TCLE.

( ) Não gostaria de que seus dados fossem utilizados em outra pesquisa.

Eu,_____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão traga qualquer prejuízo para mim. Eu entendi que não existe nenhuma restrição sobre a minha participação nesta pesquisa.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____

(Assinatura do(a) participante de pesquisa)

Local e data

Profª. Drª. Islândia Bezerra
Departamento de Nutriça
Matrícula SIAPE: 200

_____ _____

Assinatura do(a) Pesquisador(a) que está em contato com o(a) participante de pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a) responsável

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

APÊNDICE II

TERMO DE AUTORIZAÇAO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins de direito,

Eu,_____,

identidade n.(RG): _____e CPF:_____autorizo o uso da veiculação da minha imagem e voz/depoimentos para fins de divulgação e publicidade do trabalho, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens.

As imagens e voz poderão ser exibidas: parcial ou total, em apresentação audiovisual, publicações e divulgações em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa, na internet e em qualquer meio de comunicação, para fins didáticos, artísticos, culturais, de pesquisa e divulgação de conhecimentos sem quaisquer ônus e restrições.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Telefone: (...) _____

Cidade:_____Estado:_____

_____de_____de 20___.

_____

Assinatura